

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO DIRETORIA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO E PESQUISA MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

RODRIGO VIEIRA DE FREITAS

ESPECTROCÍDIO E CAPACITISMO: AUTISMO DIANTE DOS  
DISCURSOS RELIGIOSOS DE CURA, EXORCISMO E PUREZA



SÃO BERNARDO DO CAMPO

2025

RODRIGO VIEIRA DE FREITAS

ESPECTROCÍDIO E CAPACITISMO: AUTISMO DIANTE DOS  
DISCURSOS RELIGIOSOS DE CURA, EXORCISMO E PUREZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientação: Profa. Dra. Clarissa de Franco

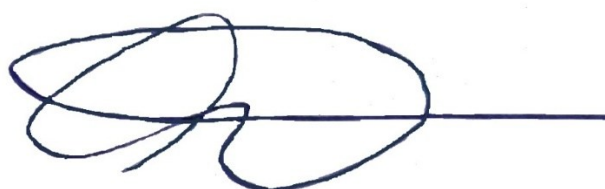
SÃO BERNARDO DO CAMPO

2025

### FICHA CATALOGRÁFICA

F884e	<p>Freitas, Rodrigo Vieira de</p> <p>Espectrocídio e capacitismo: autismo diante dos discursos religiosos de cura, exorcismo e pureza / Rodrigo Vieira de Freitas -- São Bernardo do Campo, 2025.</p> <p>161 p.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) --Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2025.</p> <p>Orientação de: Clarissa de Franco.</p> <p>1. Autismo - Aspectos religiosos 2. Igrejas evangélicas - Discursos religiosos 3. Religião e sociedade I. Título</p> <p>CDD 261.5</p>
-------	--

A dissertação intitulada: ESPECTROCÍDIO E CAPACITISMO: AUTISMO DIANTE DOS DISCURSOS RELIGIOSOS DE CURA, EXORCISMO E PUREZA”, foi elaborada por Rodrigo Vieira de Freitas, e defendida em 15 de dezembro de 2025, perante banca examinadora composta pela Profa. Dra. Clarissa De Franco (Presidente/UMESP), pela Profa. Dra. Priscila Benetiz (Titular/UFABC), pela Profa. Dra Diane Portugueis (Titular/UMESP) e pelo prof. Dr. Airton Rodrigues (Titular/UMESP).



---

**Profa. Dra. Clarissa de Franco Orientadora e  
Presidente da Banca Examinadora**



---

**Prof. Dr. Marcelo da Silva Carneiro  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação**

**Programa:** Pós-Graduação em Ciências da Religião

**Área de Concentração:** Religião, Sociedade e Cultura

**Linha de Pesquisa:** Religião e dinâmicas pedagógicas e psicossociais

*Ao meu filho Heitor Freitas, cuja presença constante e força afetiva iluminaram cada etapa desta jornada. Em momentos de desafios, incertezas e superações, você foi minha companhia, meu alento e meu incentivo silencioso. A tua existência trouxe sentido, coragem e alegria a esta trajetória, e cada conquista aqui registrada carrega a marca do seu apoio e amor.*

*Aos meus pais, Paulo e Vandaluze, pelo cuidado, suporte e possibilidades que me proporcionaram ao longo da vida. Mesmo que nossos caminhos não tenham sido sempre pautados pelo incentivo direto da pesquisa, vocês estiveram presentes de forma concreta, possibilitando meus estudos, oferecendo apoio material e demonstrando confiança em minhas escolhas. A gratidão se estende à vida que me deram e aos valores que me sustentam até hoje.*

*Aos meus companheiros de todas as horas, meus animais — minhas cachorras Narcisa Aurélia, Hebe Maria, Lady Laura e meus psitacídeos — cuja presença afetuosa e constante trouxe conforto, equilíbrio e momentos de leveza em meio às demandas e pressões deste percurso.*

*E, finalmente, a Deus, que caminha comigo, sustentando-me com força, clareza e compreensão. Que a diferença que sou, única e potente, seja reconhecida como fonte de resistência e aprendizado. Que esta dissertação seja também um reflexo do cuidado, da fé e da potência que brota da singularidade de cada vida.*

## AGRADECIMENTOS

Expresso minha profunda gratidão a todos que contribuíram para a realização desta dissertação. Minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Clarissa De Franco, foi essencial em cada etapa do processo. Sua escuta atenta, sensibilidade neuroafirmativa e respeito à minha autonomia na escrita me empoderaram e fortaleceram como pesquisador, permitindo que eu avançasse com confiança e desenvolvesse perspectivas próprias diante de desafios que, muitas vezes, pareciam complexos. Sua orientação foi decisiva não apenas para a construção deste trabalho, mas também para meu crescimento acadêmico e pessoal.

Agradeço à Prof<sup>a</sup> Diane, cuja disciplina ministrada por ela no primeiro semestre do curso me proporcionou importantes reflexões teóricas e práticas. Sua postura humanizada, sensível às questões críticas e posicionada frente aos desafios acadêmicos, contribuiu de maneira significativa para meu aprendizado e para a consolidação de abordagens posicionais em minha pesquisa.

Registro ainda minha gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Instituto Ecumênico de Pós-Graduação (IEPG) pelo apoio fundamental à realização integral desta pesquisa, e à coordenação e corpo docente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista, pelo incentivo à produção de conhecimento crítico e ao desenvolvimento de uma formação acadêmica de excelência.

Um agradecimento especial para o coletivo autista da Universidade Metodista, grupo de estudantes autistas do stricto sensu que tive a oportunidade de construir, juntar e sensibilizar durante o mestrado, cuja articulação e participação proporcionaram um espaço de pertencimento, troca e fortalecimento da neurodiversidade na academia. Este coletivo exemplifica a importância do engajamento coletivo de pessoas autistas na construção de espaços de inclusão e afirmação.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta dissertação, inspirando reflexão, resistência e transformação. Que este trabalho reafirme a dignidade, a autonomia e o protagonismo das pessoas autistas, incentivando práticas acadêmicas e sociais comprometidas com a diversidade e a inclusão.

FREITAS, Rodrigo Vieira de. ESPECTROCÍDIO E CAPACITISMO: AUTISMO DIANTE DOS DISCURSOS RELIGIOSOS DE CURA, EXORCISMO E PUREZA . 2025. Dissertação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

## RESUMO

A difusão de discursos religiosos que atribuem significados negativos ao autismo constitui um fenômeno complexo e de grande relevância sociocultural, especialmente nas igrejas evangélicas brasileiras. Esta pesquisa investiga como lideranças pastorais empregam narrativas de cura, libertação e exorcismo para patologizar e disciplinar pessoas autistas, evidenciando os mecanismos de exclusão, estigmatização e normalização impostos pelos discursos de cura e libertação. O estudo focaliza três pronunciamentos pastorais amplamente difundidos em meios digitais, nos quais o autismo é associado à ação demoníaca, à insuficiência de fé ou à necessidade de transformação espiritual. Os objetivos específicos da pesquisa são:

a) apresentar o percurso teórico e metodológico, incluindo delimitação do tema, formulação do problema, justificativa e fundamentação conceitual, bem como os procedimentos de análise do corpus discursivo sob a perspectiva da Análise do Discurso Foucaultiana;

b) contextualizar historicamente a exclusão de corpos autistas e conceituar o espectrocídio religioso, articulando criticamente interpretações biomédicas e religiosas da diferença;

c) discutir como práticas religiosas evangélicas centradas na cura e na libertação operam como dispositivos de exclusão simbólica e espiritual, reforçando estigmas e a patologização da neurodivergência; d) aplicar a análise foucaultiana aos discursos pastorais selecionados, identificando formações discursivas, enunciados recorrentes e efeitos simbólicos que sustentam a patologização espiritual da neurodivergência e contribuem para o espectrocídio, evidenciando as formas de exclusão e as pressões de normalização impostas às pessoas autistas. A investigação, de natureza qualitativa, evidencia que os discursos religiosos baseados em teologias da cura, do exorcismo e da pureza configuram formas de violência simbólica e espiritual, caracterizando o espectrocídio — entendido como tentativa de apagamento da identidade autista por meio da normalização religiosa. A análise dos discursos permite identificar como práticas religiosas contribuem para a exclusão e o estigma, reforçando padrões capacitistas e excludentes, sem depender da coleta direta de relatos de pessoas autistas. Os resultados destacam a urgência de processos de ressignificação ética e epistemológica nos espaços religiosos. Conclui-se que o reconhecimento da neurodiversidade e a promoção de uma espiritualidade inclusiva são fundamentais para comunidades religiosas que desejam efetivamente acolher pessoas autistas.

Palavras-chave: Espectrocídio; capacitismo; discursos religiosos, cura; exorcismo.

FREITAS, Rodrigo Vieira de. SPECTROCIDIC AND ABLEISM: AUTISM IN THE FACE OF RELIGIOUS DISCOURSES OF HEALING, EXORCISM, AND PURITY. 2025. Master's Dissertation in Religious Studies, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, Brazil.

## ABSTRACT

The dissemination of religious discourses that attribute negative meanings to autism constitutes a complex phenomenon of significant sociocultural relevance, especially within Brazilian evangelical churches. This study investigates how pastoral leaders employ narratives of healing, spiritual liberation, and exorcism to pathologize and discipline autistic individuals, highlighting the mechanisms of exclusion, stigmatization, and normalization imposed by these discourses. The research focuses on three widely circulated pastoral statements in digital media, in which autism is associated with demonic influence, lack of faith, or the need for spiritual transformation. The specific objectives of the study are: a) to present the theoretical and methodological framework, including topic delimitation, problem formulation, justification, conceptual foundation, and procedures for analyzing the discourse corpus from a Foucauldian Discourse Analysis perspective; b) to historically contextualize the exclusion of autistic bodies and conceptualize religious spectroicide, critically articulating biomedical and religious interpretations of difference; c) to discuss how evangelical religious practices centered on healing and liberation operate as devices of symbolic and spiritual exclusion, reinforcing stigma and the pathologization of neurodivergence; d) to apply Foucauldian analysis to the selected pastoral discourses, identifying discursive formations, recurring statements, and symbolic effects that sustain the spiritual pathologization of neurodivergence and contribute to spectroicide, revealing mechanisms of exclusion and pressures toward normalization imposed on autistic individuals. This qualitative study demonstrates that religious discourses based on theologies of healing, exorcism, and purity constitute forms of symbolic and spiritual violence, characterizing spectroicide—understood as an attempt to erase autistic identity through religious normalization. The discourse analysis allows the identification of how religious practices contribute to exclusion and stigma, reinforcing ableist and exclusionary patterns, without relying on the direct collection of accounts from autistic individuals. The findings underscore the urgency of ethical and epistemological reconfiguration within religious spaces. It is concluded that the recognition of neurodiversity and the promotion of an inclusive spirituality are essential for religious communities that genuinely aim to welcome autistic individuals.

Keywords: Spectroicide; ableism; religious discourses; healing; exorcism.

## **POR QUE PESQUISAR A RELAÇÃO ENTRE AUTISMO, RELIGIÃO E CAPACITISMO?**

O encontro entre neurodiversidade e religião sempre despertou em mim uma inquietação constante. Ao longo da minha trajetória pessoal e acadêmica, uma questão reapareceu diversas vezes: por que investigar os discursos religiosos sobre o autismo? Essa pergunta transformou-se em chamado ético, diante da constatação de que, em espaços nos quais se espera acolhimento e espiritualidade, frequentemente emergem práticas de exclusão, estigmatização e violência simbólica.

A escolha por analisar o campo evangélico brasileiro justifica-se pelo fato de ser um ambiente no qual discursos pastorais exercem forte influência sobre a vida comunitária. Nesse contexto, teologias de cura, libertação e pureza constroem representações sociais que reduzem o autismo a desvio espiritual ou possessão demoníaca. O efeito dessa lógica é a naturalização de processos de silenciamento, que impedem o reconhecimento integral da pessoa autista como parte legítima da comunidade de fé.

Minha trajetória pessoal reforça essa necessidade de investigação. Desde cedo, fui nomeado como “estranho” e “problemático”, vivenciando tentativas sistemáticas de correção que negavam minha forma singular de existir. No espaço religioso, minhas características autistas foram interpretadas como sinais de malignidade espiritual, produzindo dores e apagamentos que hoje identifico como parte de um espectrocídio — um processo de eliminação simbólica das identidades autistas em nome da normatividade religiosa.

Ainda assim, o vínculo com o saber e com a espiritualidade permaneceu. Percorri diferentes formações acadêmicas e concluí psicologia, pedagogia e teologia, cada uma representando tentativas de elaborar sentido para minha existência. Na teologia, o desejo de seguir os passos do ministério pastoral metodista foi atravessado por barreiras institucionais e exigências de performatividade que ultrapassavam minha condição. Esse percurso me levou a compreender que minha identidade autista não é apenas pessoal, mas também política.

Assumir-me como autista significou ressignificar minha própria história e compreender que minha existência desafia estruturas de exclusão. O hiperfoco e os interesses restritos, frequentemente vistos como limitações, tornaram-se motores para o ativismo em defesa da neurodiversidade. É desse lugar que nasce esta dissertação, como um gesto de resistência e

denúncia, que busca analisar três discursos pastorais para evidenciar como o capacitismo religioso perpetua exclusão, estigma e inclusão perversa.

Assim, este trabalho se configura como uma resposta crítica e emancipatória: propor uma teologia que não reduza a pessoa autista a objeto de cura ou exorcismo, mas que reconheça sua presença como plena e legítima, reafirmando a dignidade e a justiça social como fundamentos da vida comunitária de fé.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
1. O CAMINHO PERCORRIDO NAS ESCOLHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA DISSERTAÇÃO .....	14
1.1 Delimitação do tema .....	14
1.2 Problemática principal.....	15
1.3 Objetivos da pesquisa.....	16
1.4 Justificativa e demonstração da importância.....	17
1.5 Referencial teórico metodológico .....	20
1.5.1. A constituição do corpus: discursos pastorais e contexto religioso-midiático .....	22
1.5.2. Procedimentos analíticos: enunciados, regimes de verdade e práticas de exclusão .....	24
1.5.3. Procedimentos éticos, critérios de inclusão e rigor analítico .....	27
1.5.4. Ética da problematização e responsabilidade interpretativa.....	27
1.5.5. Critérios de inclusão e campo empírico .....	28
1.5.6. Estratégias de rigor e validade interpretativa .....	29
1.5.7. Compromisso ético-político da pesquisa.....	30
1.5.8. Considerações finais: a análise foucaultiana como prática de liberdade e descolonização do olhar.....	30
1.5.9. O discurso religioso como tecnologia de poder .....	31
1.5.10. O sujeito e a constituição da verdade .....	31
1.5.11. Genealogia, resistência e descolonização.....	32
1.5.12. A análise foucaultiana como prática de liberdade .....	33
1.5.13. Síntese conclusiva .....	33
2. ESPECTROCÍDIO RELIGIOSO: APAGAMENTOS DA PRESENÇA AUTISTA ENTRE A MEDICINA E A FÉ.....	34
2.1 Espectrocídio religioso: uma proposta conceitual .....	34
2.2 História do autismo e a patologização biomédica.....	42
2.3 Medicalização, normalização e biopolítica da diferença .....	49
2.4 O corpo autista como desvio espiritual.....	55

3. CURA, LIBERTAÇÃO E MILAGRE: A EXCLUSÃO DO CORPO AUTISTA .....	62
3.1 Teologia da cura e da libertação: fundamentos e funções normativas (ampliação) .....	62
3.2 Espiritualidade, performance e exclusão simbólica .....	65
3.3 Espectrocídio religioso: silenciamento, conversão do diferente em déficit e negação de legitimidade.....	67
3.4 Propostas pastorais anticapacitistas e reconstrução teológica da diferença .....	71
3.5 Considerações finais do capítulo.....	74
4. ANÁLISE FOUCAULTIANA DOS DISCURSOS RELIGIOSOS SOBRE O AUTISMO .....	75
4.1 O ventre como território demonizado: discurso espiritual e espectrocídio materno .....	77
4.1.1 Estrutura foucaultiana da enunciação e os efeitos de verdade .....	80
4.1.2 Regimes de saber e poder: o discurso como tecnologia pastoral de controle.....	82
4.1.3 O discurso e o corpo: sujeição, normatividade e resistência .....	85
4.1.4 O espectrocídio como dispositivo de purificação espiritual.....	88
4.1.5 Subjetivação e resistência: o autismo como contranarrativa do poder .....	91
4.1.6 A economia da verdade e a reconfiguração do sagrado .....	93
4.1.7 Considerações finais do discurso .....	96
4.2 O exorcismo como método pedagógico: a imposição da cura espiritual e o apagamento da neurodiversidade .....	97
4.2.1 Introdução metodológica: o discurso como prática de poder e produção de verdade .....	97
4.2.2 O enunciado e suas condições de possibilidade: o púlpito como espaço de poder .....	100
4.2.3 O discurso como tecnologia de normalização e controle dos corpos .....	103
4.2.4 A pastoral da cura e a confissão da diferença: economia da salvação e sujeição espiritual	106
4.2.5 O espectrocídio como regime discursivo: fé, saber e normalização da diferença .....	109
4.2.6 Genealogia da cura e o dispositivo de purificação: do corpo desviante ao corpo normalizado.....	113
4.2.7 Convergências entre fé e poder: o espectrocídio como racionalidade contemporânea ..	117
4.3 O autismo como herança espiritual: culpa genealógica e o dispositivo do mal geracional	120
4.3.1 Condições de possibilidade do enunciado: púlpito, genealogia moral e fronteira inter-religiosa	122
4.3.2 Vontade de verdade e gramática genealógica: do diagnóstico espiritual à prova por repetição .....	123
4.3.3 Dispositivo pastoral e biopolítica da linhagem: governo da família, vigilância de condutas .....	124
4.3.4 Fronteiras religiosas e gestão da diferença: do sincretismo semântico à causalidade moral	125
4.3.5 Espectrocídio e normalização por repetição: quando existir depende de traduzir-se .....	126
4.3.6 Vontade de verdade e o estatuto espiritual do saber.....	127
4.3.7 O dispositivo pastoral da genealogia e a gestão espiritual da linhagem.....	128

4.3.8	Fronteiras religiosas e gestão da diferença .....	129
4.3.9	Espectrocídio e normalização por repetição .....	131
4.3.10	Genealogia da cura e o dispositivo de purificação espiritual .....	133
4.3.11	A economia pastoral da salvação e o governo dos corpos autistas .....	134
4.3.12	Espiritualização da diferença e colonização da linguagem do cuidado .....	136
4.3.13	O espectrocídio como tecnologia espiritual de controle .....	138
4.3.14	Confissão, testemunho e a produção da verdade espiritual.....	140
4.3.15	Inclusão perversa e docilização da diferença .....	141
4.3.16	Resistência, contraconduta e o gesto de ruptura autista .....	143
4.3.17	Considerações conclusivas.....	144
4.4	Conclusão do capítulo.....	146
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
	REFERÊNCIAS.....	153

## INTRODUÇÃO

A relação entre religião, diferença e poder, no contexto brasileiro contemporâneo, revela uma tensão constante entre acolhimento e exclusão. No campo evangélico, em especial, o discurso religioso assume papel determinante na produção de sentidos sobre o corpo, a deficiência e a normalidade. Sob a linguagem da fé, a promessa de cura e libertação espiritual convive com a imposição de padrões de pureza e conformidade, configurando uma dinâmica ambígua em que a fé tanto acolhe quanto disciplina. Entre os sujeitos atravessados por essas tensões estão as pessoas autistas, frequentemente interpretadas não como expressão da diversidade humana, mas como portadoras de um desvio espiritual a ser corrigido ou expulso. Assim, o mesmo discurso que proclama a inclusão pode operar como instrumento de apagamento simbólico e controle moral.

Essa ambivalência manifesta-se de forma particularmente contundente nas narrativas pastorais que associam o autismo à presença do mal, a heranças espirituais ou à possessão demoníaca. Longe de se tratarem de casos isolados, tais discursos integram uma formação discursiva mais ampla, na qual o poder religioso atua como tecnologia de normalização e de produção de verdades sobre os corpos e subjetividades autistas. Ao espiritualizar a neurodivergência, esses enunciados não apenas desconsideram a pluralidade das formas de existência, mas também reforçam o estigma e a culpabilização moral. É nesse entrecruzamento entre fé, diferença e poder que se delinea o fenômeno que denomino espectrocídio religioso — processo simbólico, espiritual e social de apagamento das pessoas autistas em nome de uma normatividade da fé que promete cura enquanto produz exclusão.

O objetivo central desta dissertação é analisar os discursos de três pastores evangélicos brasileiros — Washington Almeida, Pio Francisco de Carvalho e Rogério Zayit — que, em diferentes contextos e mídias digitais, associam o autismo a causas espirituais demoníacas ou a

pecados familiares. A ampla difusão dessas falas nas redes sociais e o debate público que suscitaram evidenciam a força simbólica do imaginário religioso sobre o autismo e sua capacidade de moldar percepções sociais, justificar práticas excludentes e sustentar o que aqui se entende como capacitismo espiritual. A pesquisa busca compreender como esses discursos produzem subjetividades, constroem regimes de verdade e legitimam formas de exclusão e silenciamento de pessoas autistas dentro de estruturas religiosas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa ancora-se na Análise do Discurso Foucaultiana, entendida como uma ferramenta teórico-analítica capaz de problematizar as condições de produção dos enunciados e os efeitos de verdade que deles emergem. Essa abordagem desloca o foco das intenções individuais para as redes de saber e poder que constituem os sujeitos e suas falas. O corpus é composto pelas transcrições integrais dos três discursos pastorais selecionados, submetidos à análise à luz dos conceitos de discurso, poder, verdade e subjetivação (Foucault, 1979, 1988, 1999), estigma (Goffman, 1963), inclusão perversa e sofrimento ético-político (Sawaia, 1999, 2014), capacitismo (Campbell, 2009) e neurodiversidade (Walker, 2021). Essa articulação teórica permite compreender o modo como o discurso religioso atua como dispositivo de regulação e exclusão, produzindo identidades deterioradas e justificando intervenções moralizantes sobre corpos neurodivergentes.

Esta dissertação também parte de uma posição ética e epistêmica situada, escrita por uma pessoa autista. Mais do que uma escolha pessoal, essa decisão expressa um compromisso político e epistemológico com o protagonismo autista e com a desconstrução das narrativas que historicamente falaram sobre as pessoas autistas, sem permitir que falassem por si mesmas. A perspectiva aqui assumida reconhece a pesquisa como espaço de resistência e reexistência, articulando a crítica foucaultiana ao poder-saber com a luta por reconhecimento e dignidade das diferenças neurológicas. Nessa direção, compreender os discursos religiosos sobre o autismo não significa apenas analisá-los, mas também disputar os sentidos de humanidade que eles produzem.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e crítica, na qual o discurso é entendido como prática social que cria realidades e produz efeitos concretos sobre os sujeitos. Inspirada na noção foucaultiana de que todo discurso é um exercício de poder, esta investigação busca evidenciar como as falas pastorais operam na construção do autismo como desvio espiritual, legitimando práticas de exclusão sob o signo da salvação. Ao mesmo tempo, propõe

uma reflexão ética sobre as possibilidades de resistência, inclusão e reconhecimento no interior do próprio campo religioso.

A dissertação organiza-se em quatro capítulos. O primeiro apresenta o percurso teórico e metodológico da pesquisa, delineando os conceitos fundamentais que sustentam a análise. O segundo capítulo aborda o histórico do autismo e a crítica ao modelo biomédico, evidenciando como esse paradigma contribuiu para a normatização dos corpos autistas e a marginalização de suas vozes. O terceiro capítulo discute as dimensões religiosas da cura e da libertação, explorando como o discurso da fé reinterpreta a diferença neurodivergente e reforça práticas de controle espiritual. O quarto capítulo, por fim, realiza a análise dos discursos pastorais selecionados, evidenciando como esses enunciados produzem sentidos, disciplinam corpos e reiteram exclusões em nome da fé.

## 1. O CAMINHO PERCORRIDO NAS ESCOLHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA DISSERTAÇÃO

### 1.1 Delimitação do tema

No Brasil, a religião exerce um papel central na constituição das identidades coletivas, influenciando práticas culturais, valores morais e percepções sociais sobre diferença, corpo e deficiência. A tradição cristã, especialmente nas vertentes evangélicas, tem se expandido de forma expressiva nas últimas décadas, alcançando presença significativa em espaços políticos, midiáticos e educacionais. Essa expansão, entretanto, tem revelado tensões e contradições profundas no modo como a fé se articula com o discurso sobre o outro e sobre o que é considerado normal, puro ou desviante. Sob o amparo de uma linguagem de cura e libertação, multiplicam-se narrativas que interpretam a deficiência e as condições neurodivergentes a partir de categorias espirituais, associando-as à presença do mal, à herança de pecado ou à ação demoníaca.

Entre os grupos mais afetados por essa espiritualização da diferença estão as pessoas autistas, cuja existência, ainda marcada por incompreensão social, é frequentemente reinterpretada à luz de uma moral religiosa que legitima práticas de exorcismo, oração de cura

e libertação espiritual. Tais práticas, embora apresentadas como atos de amor e cuidado, reproduzem mecanismos de controle e exclusão, reforçando o estigma e o apagamento simbólico da neurodivergência. A autoridade pastoral, nesse contexto, atua como dispositivo de poder que define quem pode falar sobre o autismo e o que pode ser dito, consolidando regimes de verdade que subordinam a experiência autista à normatividade da fé.

Apesar do crescente debate sobre capacitismo e inclusão, ainda são escassas as pesquisas que investigam como os discursos religiosos produzem sentidos sobre o autismo e participam da regulação social dos corpos neurodivergentes. Essa lacuna teórica e empírica dificulta a compreensão das formas sutis de exclusão presentes no campo religioso e impede a construção de estratégias ético-políticas de resistência e reconhecimento. Assim, esta pesquisa delimita-se ao estudo dos discursos pastorais evangélicos que associam o autismo a causas espirituais malignas, buscando compreender de que modo tais discursos, amplamente difundidos nas mídias digitais, contribuem para a produção do que se denomina espectrocídio religioso — processo de apagamento simbólico e espiritual das pessoas autistas em nome de uma normatividade da fé.

## 1.2 Problemática principal

O discurso religioso de cura e pureza, presente em determinados contextos evangélicos, tem atuado como um dispositivo de poder que influencia profundamente as formas de compreender o autismo e as pessoas autistas. Em nome da fé e da libertação espiritual, práticas e narrativas são construídas de modo a enquadrar o autismo como expressão de desvio, possessão ou falta de fé, e não como uma forma legítima de existência.

Essa visão produz efeitos simbólicos e materiais que sustentam um processo de espectrocídio — isto é, o apagamento das identidades autistas por meio da patologização espiritual, do silenciamento e da negação da diferença. Sob o manto da autoridade pastoral e do discurso teológico, consolidam-se práticas de controle que, ao buscar a “cura”, reiteram a lógica capacitista e desumanizadora que recusa o autismo enquanto expressão da neurodiversidade.

Diante desse cenário, emerge a questão central que orienta esta investigação:

Como os discursos religiosos de cura, exorcismo e pureza operam na legitimação do

capacitismo e na produção de apagamento simbólico das pessoas autistas em contextos evangélicos brasileiros?

Essa problemática implica compreender de que modo o poder religioso se articula à normalização dos corpos e subjetividades autistas, e como essas práticas discursivas, travestidas de cuidado ou libertação espiritual, contribuem para reforçar estigmas, exclusões e sofrimentos ético-políticos.

### 1.3 Objetivos da pesquisa

#### Objetivo geral

Investigar como lideranças pastorais utilizaram discursos religiosos para patologizar e disciplinar autistas no contexto brasileiro, analisando as dinâmicas de poder e os efeitos simbólicos desses discursos sobre a construção da identidade e da subjetividade das pessoas autistas. A pesquisa buscou compreender a relação entre a legitimação religiosa e o espectrocídio, a partir das trajetórias de pessoas autistas e de relatos de familiares, evidenciando os mecanismos de exclusão, estigmatização e normalização impostos pelos discursos de cura e libertação, bem como as estratégias de resistência e neuroafirmação desses sujeitos.

#### Objetivos específicos

- a) Apresentar o percurso teórico e metodológico da pesquisa, delineando a delimitação do tema, a problemática, os objetivos e a justificativa. Além disso, realizar a revisão bibliográfica e expor o referencial teórico, destacando as contribuições para a análise da relação entre religião, normalização e exclusão de pessoas autistas. Também aborda a metodologia adotada, incluindo critérios de seleção do corpus, instrumentos de pesquisa e procedimentos de análise dos discursos pastorais, considerando a perspectiva da Análise do Discurso Foucaultiana.

- b) Contextualizar historicamente a exclusão de corpos autistas e conceituar o espectrocídio religioso, articulando criticamente as interpretações biomédicas e religiosas da diferença e suas implicações sociais e simbólicas.
- c) Discutir como as práticas religiosas evangélicas centradas na cura, na libertação espiritual e na normalização dos corpos autistas operam como dispositivos de exclusão simbólica e espiritual, contribuindo para o espectrocídio.
- d) Aplicar a análise foucaultiana aos discursos pastorais selecionados, identificando formações discursivas, enunciados recorrentes e efeitos de verdade que sustentam a patologização espiritual da neurodivergência e os mecanismos de exclusão simbólica.

#### 1.4 Justificativa e demonstração da importância

A relação entre o autismo e os discursos religiosos evangélicos no Brasil, especialmente em comunidades pentecostais e neopentecostais, configura-se como uma problemática complexa, estrutural e ainda pouco explorada nos estudos acadêmicos. Pessoas autistas frequentemente são alvo de narrativas que associam sua condição à posse espiritual, à ausência de fé ou à necessidade de cura. Essas interpretações não apenas deslegitimam suas existências, mas operam como dispositivos simbólicos que sustentam formas de exclusão espiritual, social e subjetiva.

Em nome de uma espiritualidade normatizada, muitos corpos autistas são submetidos a processos de silenciamento, disciplinamento e apagamento identitário, sendo tolerados apenas quando aderem à lógica da transformação. A permanência física é permitida, mas a diferença é negada. Nesse sentido, a pesquisa revela-se urgente diante da necessidade de compreender como essas construções religiosas impactam a vivência da fé, o pertencimento e a constituição subjetiva de pessoas autistas em espaços eclesiais.

É nesse contexto que esta dissertação propõe o conceito de espectrocídio religioso, termo e conceito cunhados pelo autor, compreendido como uma forma de violência simbólica, espiritual e institucional que busca suprimir ou apagar a identidade autista por meio da exigência de conformidade a uma normatividade espiritual hegemônica. Ao nomear esse

fenômeno, reconhece-se que ele não se restringe a uma prática isolada, mas expressa uma estrutura de exclusão sustentada por discursos teológicos, práticas litúrgicas e compreensões dogmáticas que operam em diversos campos religiosos, promovendo a marginalização de formas não normativas de expressar espiritualidade.

A fundamentação teórica deste trabalho está ancorada em três campos principais: 1. Ciências da Religião, com base em Mircea Eliade (1992), que concebe a experiência do sagrado como uma dimensão plural e intrínseca à condição humana; 2. Psicologia Social Crítica, a partir de Bader Sawaia (2014), com os conceitos de sofrimento ético-político e inclusão perversa, que permitem compreender os impactos emocionais, éticos e sociais de práticas normativas sobre pessoas autistas; 3. Estudos Críticos da Deficiência, representados por Robert McRuer (2006) e Fiona Kumari Campbell (2009), cujas contribuições sobre teoria Crip e capacitismo estrutural evidenciam como o corpo autista é frequentemente excluído, espiritual e socialmente, por não corresponder aos modelos dominantes de funcionalidade, comportamento e fé.

A pesquisa adota a Análise do Discurso Foucaultiana como método central, permitindo compreender os discursos religiosos como práticas sociais que produzem efeitos de verdade, organizam modos de subjetivação e sustentam mecanismos de exclusão e normatização. Ao analisar os discursos de pastores evangélicos, a pesquisa busca identificar como as relações de poder se manifestam na construção da identidade autista, revelando os efeitos de silenciamento, disciplinamento e marginalização simbólica.

A relevância acadêmica da pesquisa reside no desenvolvimento de uma categoria analítica inédita, o espectrocídio religioso, capaz de ampliar o campo de investigação sobre religião, deficiência e exclusão, articulando-o à neurodiversidade como paradigma ético e epistêmico. Ao invés de centrar-se em abordagens biomédicas ou familiares, esta pesquisa propõe deslocar o olhar para o protagonismo das próprias pessoas autistas, cujas experiências revelam os impactos de práticas religiosas normativas sobre a subjetividade, o pertencimento comunitário e a vivência espiritual.

Do ponto de vista social, o estudo oferece subsídios para a crítica de práticas excludentes e capacitistas disfarçadas de piedade ou cuidado pastoral, que operam dentro das igrejas sem a devida problematização ética. Ao visibilizar essas práticas e seus efeitos, a pesquisa contribui para a formação de comunidades mais conscientes, promovendo transformações concretas nas formas de acolhimento, escuta e participação de pessoas autistas.

Na dimensão política, a dissertação se insere no debate sobre os direitos das pessoas com deficiência, afirmando que a espiritualidade também deve ser um espaço de exercício da cidadania plena. Com base na Lei nº 12.764/2012, que reconhece a pessoa autista como pessoa com deficiência, e na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), práticas de exclusão simbólica e espiritual, como imposições de cura ou disciplinamento comportamental não consentidos, configuram violações éticas e legais.

Adicionalmente, embora os estudos sobre deficiência e gênero tenham avançado, a experiência de mulheres autistas permanece marcada por silenciamentos e invisibilidades. Orrú (2024), ao discutir o autismo em meninas e mulheres sob a ótica da interseccionalidade, evidencia como o sexismo se articula ao capacitismo, produzindo uma dupla exclusão que compromete o acesso ao diagnóstico, à escuta e ao reconhecimento dessas subjetividades. Essa perspectiva reforça a urgência de abordagens que considerem o gênero como marcador estruturante nas práticas religiosas e nos discursos sobre espiritualidade e normatividade.

Do ponto de vista epistemológico, esta pesquisa propõe um deslocamento em relação à lógica tradicional que posiciona a pessoa autista como objeto de análise ou intervenção. Ao adotar a Análise do Discurso Foucaultiana, a dissertação compreende os discursos religiosos como práticas sociais que produzem efeitos de verdade, organizam modos de subjetivação e regulam a vida das pessoas autistas. Assim, a investigação privilegia o protagonismo autista, reconhecendo que as experiências e percepções das pessoas autistas sobre a fé, a espiritualidade e a normatividade religiosa são fontes legítimas de conhecimento.

Importante destacar que o espectro autista não deve ser reduzido a uma categoria biomédica ou tratado como desvio a ser corrigido, mas compreendido como parte da diversidade humana que merece acolhimento e respeito nos espaços religiosos. O objetivo da pesquisa não é apenas denunciar práticas excludentes, mas também afirmar o direito das pessoas autistas à vivência plena da fé, de forma autêntica e diversa, sem imposições de conformidade ou apagamento identitário.

A dissertação também enfatiza a dimensão ética da investigação, questionando práticas de silenciamento, disciplinamento e exigência de normalização presentes em discursos de cura e libertação. Ao mesmo tempo, valoriza as estratégias de resistência e neuroafirmação desenvolvidas por pessoas autistas, mostrando como estas podem constituir formas de enfrentamento e ressignificação da fé.

Ao reconhecer a neurodiversidade como paradigma ético e epistêmico, a pesquisa sustenta que a presença de pessoas autistas nas comunidades religiosas não deve ser vista como obstáculo à espiritualidade, mas como uma expressão legítima e enriquecedora da experiência humana. A dissertação, portanto, se compromete com a transformação simbólica e estrutural dos espaços religiosos, promovendo práticas de inclusão que respeitem as diferenças e fortaleçam o pertencimento, a escuta ética e a valorização da identidade autista.

### 1.5 Referencial teórico metodológico

A presente dissertação adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e crítico, fundamentada na Análise do Discurso Foucaultiana (ADF). Essa escolha metodológica parte da compreensão de que o discurso não é mera expressão da linguagem, mas prática constitutiva de saberes, subjetividades e relações de poder (FOUCAULT, 1971, 1979, 2008). O método foucaultiano, ao invés de buscar significados ocultos ou intenções subjetivas, interroga os modos pelos quais determinados enunciados se tornam possíveis e legítimos em determinados momentos históricos, produzindo efeitos de verdade sobre os sujeitos e seus corpos.

Essa opção metodológica está em coerência direta com o objetivo central desta dissertação: investigar como discursos religiosos proferidos em contextos evangélicos brasileiros produzem exclusões simbólicas, espirituais e subjetivas em relação às pessoas autistas, constituindo o que aqui se define como espectrocídio religioso. Tal fenômeno é compreendido como o apagamento das existências neurodivergentes em nome da pureza, da cura ou da libertação espiritual, por meio de dispositivos discursivos que articulam fé, poder e normatividade.

Ao mobilizar a análise do discurso inspirada em Michel Foucault, esta pesquisa não se propõe a identificar “erros” de interpretação teológica ou “falhas” na conduta dos pastores, mas a compreender as condições de possibilidade que tornam inteligíveis — e socialmente aceitáveis — certas formas de dizer o autismo. Em outras palavras, busca-se compreender como o autismo entra no campo discursivo religioso, sob quais regimes de verdade é nomeado e com que efeitos sobre a vida das pessoas autistas.

A ADF permite, portanto, deslocar o foco do “conteúdo” do discurso para suas funções

políticas e institucionais, examinando como os enunciados circulam, se legitimam e se reproduzem em diferentes esferas: o púlpito, a escola, as mídias sociais e o imaginário coletivo. Assim, as falas dos pastores analisados — Washington Almeida, Pio Francisco de Carvalho e Rogério Wellington Gomes de Oliveira (Rogério Zayit) — são tratadas não como opiniões individuais, mas como acontecimentos discursivos que materializam e perpetuam regimes de saber-poder sobre o corpo autista e sobre a espiritualidade.

A análise se apoia em três eixos centrais, derivados da epistemologia foucaultiana:

1. O discurso como prática produtiva: toda fala institui realidades, define normalidades e produz sujeitos.
2. O poder como rede capilar: o poder não está concentrado em instituições isoladas, mas se dissemina por meio de práticas discursivas cotidianas.
3. O saber como efeito histórico: cada época define o que é possível dizer e o que deve ser silenciado, operando regimes de verdade que sustentam exclusões.

Neste sentido, o discurso religioso que associa o autismo a possessões, maldições ou desvios espirituais é lido como um dispositivo de biopoder, que busca controlar corpos e subjetividades através da espiritualização da diferença. A análise se volta, portanto, não apenas para o conteúdo teológico das falas, mas para os mecanismos de normalização que as sustentam e para os efeitos de sujeição que produzem.

Essa perspectiva metodológica implica uma leitura que compreende o discurso como campo de luta, em que diferentes regimes de verdade disputam o direito de nomear o real. Falar de autismo no contexto religioso é, nesse sentido, falar também de quem detém o poder de definir o que é sagrado, o que é profano e o que merece ser curado.

Como assinala Foucault (1971), “a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada e redistribuída por procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos”. Assim, ao analisar as falas pastorais, esta pesquisa procura compreender de que maneira esses discursos — revestidos de autoridade espiritual — operam como dispositivos de controle simbólico, ao mesmo tempo em que se apresentam como enunciados de cuidado e

salvação.

### 1.5.1. A constituição do corpus: discursos pastorais e contexto religioso-midiático

O corpus empírico desta pesquisa é composto por três discursos pastorais proferidos publicamente entre 2023 e 2024, amplamente divulgados por meio das redes sociais digitais, nos quais a condição autista é abordada sob uma ótica espiritualizada e patologizante. Esses discursos foram proferidos, respectivamente, por Washington Almeida, Pio Francisco de Carvalho e Rogério Wellington Gomes de Oliveira (Rogério Zayit), líderes religiosos de denominações evangélicas distintas, e representam instâncias emblemáticas de um modo de enunciação que conjuga autoridade espiritual, performatividade carismática e dispositivos de exclusão simbólica.

A escolha desses materiais não se fundamenta em critérios quantitativos ou representativos, mas em sua potência discursiva e em sua capacidade de materializar estruturas de poder e saber que ultrapassam os contextos locais de enunciação. Assim, cada discurso é tomado como acontecimento, no sentido foucaultiano, isto é, como ponto de condensação de práticas, crenças, saberes e forças históricas que se atualizam em uma dada formação discursiva.

A opção por analisar enunciados que emergem de espaços religiosos evangélicos responde à relevância desse campo na constituição das moralidades públicas brasileiras e na produção de sentidos sobre corpo, pureza e desvio. Conforme observa Foucault (1979), as práticas de poder se deslocam continuamente de suas instituições de origem, reorganizando-se em novos dispositivos. No caso brasileiro contemporâneo, o discurso religioso, amplificado pelas mídias sociais, atua como um dispositivo de biopoder, na medida em que regula comportamentos e legitima regimes de verdade sobre a deficiência e a diferença.

A circulação desses discursos nas plataformas digitais — como YouTube, Instagram e Facebook — insere o campo religioso em uma ecologia comunicacional marcada pela lógica do engajamento e pela estetização da fé. O púlpito se desloca para a tela, e a autoridade pastoral passa a ser mediada por recursos audiovisuais que intensificam a performatividade do discurso e sua capacidade de afetar corpos e subjetividades. Essa dimensão midiática do corpus não é

acidental, mas constitutiva: ela redefine o espaço da enunciação religiosa e amplia o alcance dos efeitos de verdade produzidos por tais falas.

Nessa configuração, as redes sociais tornam-se extensões do templo, espaços de consagração simbólica em que se disputam sentidos sobre o sagrado, a pureza e a normalidade. Cada curtida, comentário ou compartilhamento constitui um gesto de adesão ou de resistência ao regime discursivo dominante, revelando a forma como a fé é continuamente negociada na esfera pública digital.

Assim, a escolha metodológica de considerar o ambiente digital como parte integrante do campo empírico não apenas amplia a compreensão dos discursos analisados, mas reconhece a materialidade contemporânea das práticas discursivas. Conforme Foucault (2008), o poder opera menos pela repressão direta e mais pela produção de verdades, e as redes sociais funcionam, nesse contexto, como instâncias de difusão e reforço dessas verdades, naturalizando a associação entre autismo, possessão e mal espiritual.

A constituição do corpus obedeceu, portanto, aos seguintes critérios:

1. Publicização e acessibilidade do discurso: foram selecionadas falas veiculadas publicamente, disponíveis em plataformas digitais de acesso livre.

2. Relevância temática: o discurso precisava abordar o autismo ou a deficiência a partir de um enquadramento religioso que implicasse categorias espirituais como cura, libertação, demônio, pecado ou maldição.

3. Representatividade discursiva: priorizaram-se enunciados que explicitassem mecanismos de produção de verdade sobre o corpo autista, revelando operações discursivas de exclusão e normalização.

4. Amplitude de circulação: os discursos analisados obtiveram ampla repercussão em mídias sociais e veículos jornalísticos, evidenciando sua inserção no espaço público e sua capacidade de modelar imaginários coletivos.

A partir desses critérios, cada discurso foi transcrito de forma integral, preservando o ritmo, as pausas e as marcas performáticas do falante, a fim de manter sua integridade como material de análise. As transcrições foram cotejadas com as gravações originais, garantindo

fidedignidade entre o enunciado e o registro audiovisual.

O corpus é, portanto, heterogêneo na forma e convergente na função: cada fala expressa uma gramática teológica distinta, mas todas operam sob um mesmo regime discursivo que espiritualiza a diferença e submete o sujeito autista a uma economia simbólica de cura e purificação. A análise buscará evidenciar os elementos linguísticos, temáticos e enunciativos que sustentam essa gramática, articulando-os às formações históricas que produzem o autismo como categoria de desvio.

O corpus, ao ser interpretado sob a ótica da análise foucaultiana, não é um conjunto de textos a serem decodificados, mas um campo de forças discursivas a ser mapeado, no qual se entrelaçam dispositivos pastorais, práticas pedagógicas, afetos religiosos e racionalidades políticas. Essa compreensão permite deslocar a atenção do “que se diz” para o “como se pode dizer”, questionando as condições históricas e institucionais que tornam tais enunciados possíveis e eficazes.

A seguir, serão apresentados os procedimentos analíticos adotados para a leitura dos discursos, conforme os princípios metodológicos da arqueologia e da genealogia foucaultianas, com ênfase nas relações entre saber, poder e exclusão.

#### 1.5.2. Procedimentos analíticos: enunciados, regimes de verdade e práticas de exclusão

A Análise do Discurso Foucaultiana (ADF) constitui o eixo metodológico central desta dissertação, orientando a leitura e a interpretação dos discursos pastorais que compõem o corpus. Diferentemente de abordagens críticas convencionais, a perspectiva foucaultiana não busca identificar ideologias subjacentes ou intenções subjetivas dos falantes, mas mapear as condições históricas, institucionais e discursivas que tornam certos enunciados possíveis e outros, impensáveis.

Essa opção metodológica deriva do entendimento foucaultiano de que o discurso é prática produtiva e reguladora, um campo em que saber e poder se articulam para construir objetos, sujeitos e verdades. Assim, o objetivo não é “interpretar” os discursos em busca de significados ocultos, mas analisar os modos de funcionamento das práticas discursivas, identificando como elas produzem regimes de verdade sobre o autismo e sobre a espiritualidade.

Foucault (2008) propõe que toda análise do discurso deve partir da descrição das condições de emergência dos enunciados, compreendendo o discurso como uma dispersão de práticas que formam sistemas de enunciabilidade. Cada discurso religioso analisado neste trabalho, portanto, é entendido como parte de uma formação discursiva específica — a teologia carismática evangélica contemporânea —, atravessada por dispositivos de cura, purificação e moralização.

Para o autor, o enunciado é uma unidade mínima de análise, mas não no sentido linguístico ou sintático: trata-se de um acontecimento que produz efeitos de verdade e poder. O que está em jogo, portanto, não é apenas o conteúdo da fala, mas o modo como ela se inscreve em uma rede de práticas, instituições e saberes. No caso desta pesquisa, os enunciados religiosos sobre o autismo articulam elementos da medicina, da moral cristã e da espiritualidade pentecostal, configurando um campo híbrido de discursos que ora reivindicam autoridade divina, ora se apropriam seletivamente do discurso científico.

A operacionalização da Análise do Discurso Foucaultiana seguiu três etapas complementares, de natureza não linear, mas interdependente:

a) Descrição arqueológica dos enunciados

Nesta primeira etapa, os discursos foram examinados em sua materialidade linguística, identificando-se os enunciados centrais e os campos semânticos recorrentes que estruturam o modo de dizer sobre o autismo. Expressões como “espírito maligno”, “cura espiritual”, “mal geracional”, “ausência de fé” e “libertação” são tomadas como núcleos enunciativos, em torno dos quais se organizam campos de sentido que naturalizam a relação entre neurodivergência e pecado.

A análise arqueológica buscou, portanto, descrever as regularidades discursivas que atravessam os três discursos pastorais, observando suas repetições, variações e deslocamentos. Esse procedimento não tem por finalidade revelar uma intenção do sujeito que fala, mas identificar as condições de possibilidade que tornam tais falas legítimas dentro de um determinado regime de verdade.

Foucault (1995) adverte que as formações discursivas se constituem a partir de sistemas de exclusão, controle e rarefação, que delimitam o que pode ser dito e quem tem o direito de

dizer. Assim, o que se observa nos discursos analisados é a produção de uma hierarquia epistêmica em que a voz pastoral é reconhecida como portadora de verdade espiritual, enquanto as vozes autistas e científicas são desqualificadas como erro, engano ou desvio.

#### b) Análise genealógica das relações saber-poder

A segunda etapa, de inspiração genealógica, buscou compreender os efeitos de poder produzidos pelos discursos religiosos sobre o autismo, bem como os mecanismos pelos quais esses discursos regulam comportamentos e subjetividades.

A genealogia, enquanto método, não se preocupa em reconstituir uma origem pura do discurso, mas em rastrear as contingências históricas que configuram seus modos de funcionamento. Assim, a análise concentrou-se em examinar como, ao longo da história recente, a autoridade pastoral foi se consolidando como instância legítima para definir o que é espiritual, normal e curável.

Conforme Foucault (1979), o poder não é uma substância ou uma posse, mas uma relação estratégica disseminada no tecido social. Os discursos analisados funcionam como tecnologias pastorais de poder, que orientam a conduta dos fiéis e delimitam o campo da normalidade espiritual. Nesse sentido, a cura, o exorcismo e a libertação são apresentados não apenas como práticas religiosas, mas como formas de governo das almas, em que a diferença é tratada como ameaça à pureza da comunidade.

A genealogia, portanto, permitiu evidenciar os mecanismos pelos quais o discurso religioso sobre o autismo se articula ao biopoder contemporâneo, operando na regulação de corpos e na normalização de condutas sob a aparência de cuidado espiritual. Essa dimensão torna-se ainda mais complexa quando o discurso circula nas mídias digitais, onde é reiterado, compartilhado e estetizado, produzindo uma nova camada de legitimação simbólica.

#### c) Sistematização dos regimes de verdade

A terceira etapa da análise consistiu em identificar os regimes de verdade que sustentam a espiritualização do autismo nos discursos pastorais. Segundo Foucault (2008), todo regime de verdade se constitui a partir de práticas discursivas que definem o que é verdadeiro, quem pode

dizê-lo e sob quais condições um enunciado é reconhecido como legítimo.

Nos discursos analisados, o regime de verdade é sustentado pela autoridade pastoral e pela retórica carismática, que se apresentam como expressão da vontade divina. Essa legitimação se dá por meio de narrativas testemunhais, que substituem o saber científico pela experiência espiritual, configurando um dispositivo de verdade carismático no qual o milagre e a libertação ocupam o lugar da prova empírica.

A análise desse regime revelou a existência de mecanismos de espiritualização da deficiência, nos quais o autismo é interpretado como sinal de possessão, falha moral ou castigo geracional. Esses mecanismos não apenas desqualificam a neurodiversidade como categoria legítima de existência, mas instauram formas de exclusão simbólica que se disfarçam de práticas de cuidado.

Dessa forma, a ADF, enquanto percurso metodológico, permitiu articular a materialidade linguística dos discursos à sua historicidade e aos efeitos de poder que deles derivam. O foco da análise, portanto, desloca-se da descrição textual para a produção de subjetividades: o modo como o discurso religioso fabrica sujeitos autistas como corpos desviantes, carentes de cura e passíveis de controle espiritual.

A seguir, apresenta-se a etapa referente aos procedimentos éticos, critérios de inclusão e estratégias de rigor analítico, que asseguram a integridade e a confiabilidade da pesquisa no campo das Ciências da Religião.

### 1.5.3. Procedimentos éticos, critérios de inclusão e rigor analítico

A presente pesquisa está orientada por princípios éticos, políticos e epistemológicos que reconhecem o caráter sensível do campo empírico e a vulnerabilidade histórica das pessoas autistas diante de discursos religiosos normativos. Assim, a condução metodológica e analítica do estudo fundamenta-se na ética foucaultiana da problematização, na responsabilidade interpretativa e na escuta situada, compreendendo que a produção de conhecimento é sempre um ato de poder e, portanto, requer vigilância ética constante sobre seus efeitos.

### 1.5.4. Ética da problematização e responsabilidade interpretativa

Para Foucault (1995, 2004), a ética não se reduz à adesão a um código normativo, mas à disposição reflexiva de problematizar o modo como nos constituímos como sujeitos de saber e de poder. A ética da problematização, portanto, exige que o pesquisador reconheça a historicidade e os efeitos de suas próprias práticas discursivas, interrogando continuamente as formas pelas quais seu olhar pode reproduzir ou tensionar relações de dominação.

Neste trabalho, isso implica compreender que o ato de analisar discursos religiosos sobre o autismo é, ele mesmo, um gesto de poder, e que o pesquisador — também autista e implicado politicamente com o tema — não se encontra fora do campo, mas inserido em suas tramas. A reflexividade, portanto, não é uma etapa final, mas um princípio transversal que perpassa todo o percurso metodológico.

Dessa perspectiva, a análise foucaultiana é orientada por uma ética do cuidado de si e do outro, em que o compromisso não é com a neutralidade, mas com a responsabilidade. O cuidado de si, no sentido foucaultiano, não é introspecção, mas prática política que visa à liberdade e à resistência frente às formas de sujeição. Ao aplicar essa noção à pesquisa, entende-se que cuidar do discurso do outro significa escutá-lo em sua complexidade, reconhecendo as forças que o atravessam e evitando tanto a patologização quanto a romantização da experiência religiosa.

Assim, a ética da escuta nesta pesquisa se traduz em procedimentos de leitura respeitosa, na preservação da integridade discursiva dos materiais empíricos e na recusa de simplificações interpretativas. A análise busca compreender como os discursos produzem subjetividades e regimes de verdade, sem reduzir os sujeitos religiosos a caricaturas ou os autistas a vítimas passivas das práticas pastorais.

#### 1.5.5. Critérios de inclusão e campo empírico

O campo empírico delimitado nesta pesquisa é constituído por três discursos pastorais amplamente divulgados nas redes sociais brasileiras, que tratam o autismo sob a ótica da possessão, do mal geracional ou da necessidade de cura espiritual. A seleção desses materiais obedeceu a critérios de relevância discursiva, acessibilidade pública e impacto simbólico,

conforme descrito na seção 3.2.

Por se tratar de material de domínio público, não há envolvimento direto de participantes humanos, mas há um compromisso ético com a análise crítica responsável, evitando a reprodução de fragmentos de discurso sem contextualização. A transcrição integral das falas foi realizada com atenção à materialidade da linguagem oral — pausas, ênfases, repetições — a fim de preservar a performance discursiva dos pastores e evidenciar os efeitos retóricos que constituem o ethos pastoral.

A inclusão dos discursos segue, portanto, um duplo critério: (1) representar práticas discursivas significativas que associam o autismo a categorias teológicas de desvio, pureza ou pecado; e (2) ilustrar regimes de verdade operantes no cristianismo evangélico contemporâneo brasileiro. Não se pretende, contudo, generalizar os resultados, mas compreender os modos específicos pelos quais tais discursos produzem efeitos de verdade e exclusão.

#### 1.5.6. Estratégias de rigor e validade interpretativa

A validade, em pesquisas qualitativas de orientação foucaultiana, não se confunde com verificabilidade ou reprodutibilidade empírica, mas com consistência teórica, coerência argumentativa e transparência analítica. A solidez do percurso metodológico desta dissertação assenta-se em três estratégias complementares:

1. Rigor teórico-epistemológico: a análise é ancorada nas obras centrais de Michel Foucault (*A Arqueologia do Saber*, *Vigiar e Punir*, *A Ordem do Discurso* e *Microfísica do Poder*), articuladas a autores contemporâneos que exploram a dimensão discursiva da religião e da deficiência. Essa base garante densidade conceitual à descrição dos enunciados e à identificação das formações discursivas.

2. Rigor analítico: os discursos foram submetidos a um processo de codificação temática e semântica, que permitiu a identificação de eixos analíticos — como espiritualização da diferença, performatividade da cura e moralização da deficiência. Cada eixo foi examinado à luz das categorias foucaultianas de saber-poder, dispositivo e exclusão, buscando evidenciar as operações discursivas que sustentam o espectrocídio religioso.

3. Rigor reflexivo: reconhecendo que toda leitura é situada, o pesquisador adota uma postura reflexiva contínua, registrando os deslocamentos interpretativos e as tensões éticas emergentes do processo de análise. Essa reflexividade assegura transparência ao percurso e impede que o discurso do pesquisador se sobreponha ao objeto, mantendo a análise em diálogo constante com o campo empírico.

#### 1.5.7. Compromisso ético-político da pesquisa

Por tratar de discursos que produzem sofrimento simbólico e espiritual sobre corpos autistas, esta pesquisa assume um compromisso ético-político de denúncia e resistência. Inspirado em Foucault (1994), entende-se que a crítica não consiste em dizer que as coisas não deveriam ser como são, mas em tornar visíveis os modos pelos quais elas se tornaram o que são, abrindo espaço para outros modos de ser e de viver.

O trabalho de análise aqui empreendido visa, portanto, desnaturalizar as práticas religiosas que transformam a neurodivergência em falta espiritual e revelar as tecnologias discursivas de controle e exclusão que operam sob o signo da cura. A crítica foucaultiana, nesse contexto, não busca corrigir o discurso religioso, mas compreender suas condições de possibilidade e seus efeitos de poder, para que outros discursos — inclusivos, plurais e não violentos — possam emergir.

Assim, a metodologia desta dissertação não é apenas um procedimento técnico, mas uma prática de liberdade. Ao problematizar os regimes de verdade que sustentam o espectrocídio religioso, ela se inscreve no campo da ética da resistência, entendida como ato de pensar contra o inevitável, questionando os limites do dizível e abrindo espaço para a existência plena das pessoas autistas no âmbito da fé e da vida social.

#### 1.5.8. Considerações finais: a análise foucaultiana como prática de liberdade e descolonização do olhar

A opção metodológica pela análise foucaultiana do discurso nesta dissertação constitui uma escolha ética e política voltada à produção de uma leitura crítica das práticas discursivas que constroem e legitimam formas de exclusão. Em consonância com a perspectiva genealógica de Michel Foucault (1979, 1984, 1995), esta abordagem não busca descobrir uma origem pura

dos discursos religiosos sobre o autismo, mas examinar as condições de possibilidade que permitem que determinados enunciados se tornem verdadeiros e outros sejam silenciados.

O objetivo é compreender como se produzem regimes de verdade que vinculam a diferença neurológica à desordem espiritual, ao pecado ou à possessão demoníaca, configurando o que aqui se denomina espectrocídio religioso. A análise foucaultiana não pretende julgar os discursos, mas problematizá-los, evidenciando o modo como eles funcionam como tecnologias de poder que regulam corpos e subjetividades em nome da fé.

#### 1.5.9. O discurso religioso como tecnologia de poder

Para Foucault, o poder não se concentra em instituições ou sujeitos, mas circula em redes capilares, operando através de práticas discursivas que produzem saberes e normatividades. O discurso, portanto, é simultaneamente efeito e instrumento de poder: ele produz verdades, define fronteiras e estabelece hierarquias.

Ao analisar os discursos pastorais que associam o autismo ao mal, à herança espiritual ou à possessão demoníaca, esta dissertação busca mostrar como tais enunciados funcionam como dispositivos de normalização, orientando condutas e definindo os contornos do aceitável e do desviado. Nessa operação, a diferença neurológica é reinscrita como anomalia espiritual, e o corpo autista é transformado em campo de batalha moral.

A análise revela que tais discursos não emergem isoladamente, mas reproduzem formações discursivas históricas que atravessam a tradição cristã e a cultura ocidental, nas quais a deficiência e a diferença foram sistematicamente associadas à culpa, à falta e à punição divina. Assim, o discurso religioso atua como tecnologia de controle simbólico, cuja eficácia não depende apenas da crença individual, mas da rede de práticas, instituições e saberes que o sustentam e legitimam socialmente.

#### 1.5.10. O sujeito e a constituição da verdade

Um dos eixos fundamentais da metodologia foucaultiana é a compreensão de que o sujeito não é origem do discurso, mas seu efeito. O “pastor que fala” não é a fonte autônoma da verdade, mas o produto de um regime discursivo que o autoriza a dizer o que diz. Do mesmo

modo, o “autista falado” nesses discursos é um sujeito construído, um objeto de saber que emerge da articulação entre religião, ciência e moralidade.

Nesse sentido, a análise do discurso foucaultiana permite compreender que o poder pastoral, conceito desenvolvido por Foucault (1978) ao examinar as práticas cristãs de direção de consciência, continua a operar nas formas contemporâneas de enunciação religiosa. O pastor não apenas orienta, mas produz subjetividades, moldando o modo como os fiéis percebem o bem, o mal, a pureza e a cura.

Ao associar o autismo à necessidade de libertação espiritual, o discurso pastoral reinscreve a diferença dentro de uma economia moral de culpa e redenção. A cura torna-se a condição de pertencimento, e a diferença, um obstáculo à comunhão. A análise foucaultiana evidencia como esses enunciados organizam regimes de visibilidade e invisibilidade, tornando certos corpos dizíveis e outros indizíveis, certos modos de ser aceitáveis e outros intoleráveis.

#### 1.5.11. Genealogia, resistência e descolonização

A genealogia, enquanto método crítico proposto por Foucault, não busca restaurar uma verdade perdida, mas desnaturalizar o presente, revelando as contingências que o tornaram possível. Aplicada a este estudo, a genealogia permite compreender que a associação entre autismo e mal espiritual não é um dado teológico atemporal, mas o produto de uma longa história de práticas discursivas que naturalizaram a subordinação de corpos desviantes.

A análise dos discursos pastorais, portanto, é também um gesto de resistência epistêmica e de descolonização do olhar. Descolonizar, aqui, significa desmontar as hierarquias de saber que situam o discurso religioso como detentor da verdade e o autista como objeto de correção. Significa reconhecer que o conhecimento produzido a partir da experiência autista — como o defendido pela epistemologia da neurodiversidade (Walker, 2021) — tem potência para reconfigurar os próprios critérios de verdade.

A genealogia, ao expor as rupturas e descontinuidades dos discursos sobre deficiência e espiritualidade, abre caminho para uma ética da diferença, que recusa a assimilação e a normalização. Ao trazer o autismo para o campo da discursividade crítica, esta dissertação propõe deslocar o olhar do déficit para o poder criativo da diferença, entendendo-a como produção legítima de sentido e não como erro da natureza ou da fé.

#### 1.5.12. A análise foucaultiana como prática de liberdade

Para Foucault (1984), a liberdade não é uma essência humana, mas uma prática: o exercício de problematizar o que parece natural, necessário ou universal. Assim, a análise do discurso torna-se uma prática de liberdade, pois permite pensar diferentemente o que se tornou habitual e vislumbrar modos alternativos de existência.

Ao aplicar a análise foucaultiana aos discursos religiosos sobre o autismo, esta pesquisa busca abrir fissuras nas verdades instituídas, permitindo que outras vozes — especialmente as vozes autistas — possam emergir como produtoras de saber e não como objetos de correção. O gesto analítico, portanto, é também um gesto político: recusar o monopólio da palavra religiosa sobre o sentido da diferença e afirmar a legitimidade epistêmica das experiências neurodivergentes.

A prática da análise, neste contexto, não visa à condenação moral das instituições religiosas, mas à visibilização dos mecanismos discursivos que sustentam a exclusão e o sofrimento ético-político. Trata-se de compreender o modo como a fé, quando capturada pela lógica da normalização, converte-se em instrumento de poder e, ao mesmo tempo, de reconhecer sua potência emancipatória quando reencontrada como espaço de acolhimento e pluralidade.

#### 1.5.13. Síntese conclusiva

Em síntese, a metodologia foucaultiana adotada nesta dissertação articula a arqueologia, a genealogia e a ética da problematização para compreender como os discursos religiosos constroem regimes de verdade sobre o autismo. Essa escolha metodológica não busca neutralidade, mas compromisso: compromisso com a visibilização das violências simbólicas, com a escuta das subjetividades silenciadas e com a produção de uma ciência crítica, situada e implicada.

A análise do discurso, entendida como prática de liberdade e descolonização, constitui, assim, o núcleo ético-político desta pesquisa. Ao interrogar as relações entre saber, poder e verdade no interior do campo religioso, este estudo pretende contribuir para a construção de

uma epistemologia inclusiva, na qual a diferença autista seja reconhecida como fonte legítima de espiritualidade, de conhecimento e de humanidade.

## 2. ESPECTROCÍDIO RELIGIOSO: APAGAMENTOS DA PRESENÇA AUTISTA ENTRE A MEDICINA E A FÉ

### 2.1 Espectrocídio religioso: uma proposta conceitual

A palavra espectrocídio é um neologismo forjado no contexto desta dissertação a partir da junção dos termos “espectro”, em referência ao espectro autista, e o sufixo “-cídio”, derivado do latim *caedere*, que significa matar, eliminar, exterminar. Em analogia a outros conceitos como o etnocídio, linguicídio e epistemicídio, o espectrocídio busca nomear formas sistemáticas de apagamento simbólico, espiritual, identitário e existencial que afetam pessoas autistas. No caso específico desta dissertação, o foco recai sobre o espectrocídio religioso, ou seja, sobre as violências discursivas e práticas espirituais que visam suprimir, curar ou exorcizar os traços que compõem a neurodivergência autista.

A formulação desse conceito se ancora na compreensão de que a religião, conforme destacado por Mircea Eliade (1992), estrutura-se a partir de uma separação simbólica entre o sagrado e o profano. Tudo aquilo que escapa à lógica do sagrado ordenado, aquilo que destoa da forma, da norma, do que é concebido como puro, tende a ser percebido como ameaça. Dentro dessa dinâmica, a neurodivergência, por não corresponder aos modos hegemônicos de experiência do sagrado (como oração performática, contato visual, participação extrovertida em rituais), acaba sendo percebida como disfunção espiritual, o que legitima práticas de correção e purificação. Assim, o espectrocídio religioso emerge como uma tentativa de eliminar ou reordenar a diferença, convertendo-a em sinal de desvio e exigindo sua superação.

Ao cunhar esse conceito, propõe-se evidenciar que o autismo, mais do que alvo de preconceitos genéricos, é objeto de um conjunto articulado de estratégias de normatização religiosa que pretendem corrigir sua presença, controlar suas expressões e transformar seus sinais em símbolos de disfunção espiritual. Essas estratégias, ainda que muitas vezes revestidas de boas intenções, como a cura, o acolhimento ou a libertação espiritual, operam, na prática,

como formas de anulação subjetiva e disciplinamento da identidade autista. O espectrocídio, portanto, não diz respeito apenas à exclusão institucional, mas à negação do autismo como modo legítimo de ser, crer e existir no mundo.

Esse apagamento está diretamente associado ao capacitismo, compreendido aqui não apenas como um preconceito isolado contra pessoas com deficiência, mas como uma lógica estruturante da normalidade. Campbell (2009) define o capacitismo como um sistema ontológico que estabelece os corpos considerados legítimos, funcionais e desejáveis, determinando os parâmetros do que é humano. No campo religioso, esse sistema se materializa como capacitismo espiritual, uma forma de exclusão simbólica em que a espiritualidade da pessoa autista é constantemente colocada em dúvida, especialmente quando sua forma de crer, de expressar emoções ou de participar dos rituais não corresponde ao padrão hegemônico de fé.

Ao aplicar o conceito de Eliade (1992) sobre a sacralização da ordem e da forma, compreende-se que o espectrocídio religioso se alimenta da ideia de que o sagrado deve ser acessado por corpos e mentes “aptos”, “ordenados”, “preparados”. A diferença radical que o autismo encarna é lida como ruído, como ausência de sacralidade ou como presença de impureza espiritual. Essa leitura conduz à marginalização da pessoa autista em espaços religiosos, ainda que ela esteja fisicamente presente, pois sua forma de viver a espiritualidade é considerada ilegítima.

Nessas condições, o espectrocídio não é apenas resultado de práticas individuais, mas de estruturas teológicas, litúrgicas e sociais que reafirmam o padrão de um fiel idealizado: comunicativo, emocionalmente expressivo, adaptado aos códigos do grupo, envolvido nos ritos de maneira performática. O corpo autista, por não corresponder a esse ideal, é continuamente interpelado a se modificar. Não há, portanto, apenas um apagamento simbólico, mas uma exigência de autonegação — um esvaziamento da autenticidade subjetiva em nome da adaptação espiritual.

Essa dinâmica encontra ressonância no que Sawaia (2014) conceitua como inclusão perversa, forma de inserção social que condiciona o pertencimento à renúncia da diferença. No contexto religioso, isso se manifesta de modo particularmente intenso: a pessoa autista é acolhida desde que silencie suas estereotípias, disfarce seus modos de comunicação, adapte seus afetos e performe uma fé que não corresponde à sua forma genuína de sentir o sagrado. O que se oferece, portanto, não é pertencimento, mas uma participação vigiada e condicional, cujo

preço é a autoanulação.

O custo subjetivo dessa aceitação condicional é o que Sawaia (2014) denomina sofrimento ético-político: uma dor que não advém da deficiência em si, mas da negação do direito de ser, pensar, crer e existir com autenticidade. Esse sofrimento é gerado quando o indivíduo precisa se moldar para ser tolerado, apagando partes fundamentais de sua identidade para atender às expectativas do grupo. No caso da pessoa autista, isso inclui desde o mascaramento de traços autísticos até a simulação de comportamentos religiosos que não fazem sentido em sua vivência subjetiva.

O conceito de estigma, elaborado por Goffman (1988), também contribui para a compreensão dessa dinâmica. Para o autor, o estigma é uma marca social que transforma a identidade de uma pessoa, reduzindo-a à sua diferença percebida e atribuindo-lhe um valor negativo. No campo religioso, o autismo é muitas vezes convertido em estigma espiritual: a pessoa autista é vista como “difícil”, “fechada”, “desprovida de espiritualidade”, “resistente ao agir de Deus”, ou mesmo como “instrumento de prova” para a fé da comunidade. Essas interpretações desumanizam a pessoa autista e comprometem sua possibilidade de desenvolver um vínculo pleno e legítimo com o sagrado.

Em diálogo com a teoria Crip, McRuer (2006) destaca como a normatividade do corpo e da mente atravessa todas as esferas sociais — inclusive a espiritual — construindo o que o autor chama de “imperativo da reabilitação”. Segundo ele, a pressão para conformar corpos e mentes ao modelo dominante opera como um dispositivo de controle que disfarça a exclusão sob o véu da inclusão. No campo religioso, esse imperativo assume a forma de uma espiritualidade compulsoriamente performativa, que exige do fiel autista um comportamento religiosamente aceitável: contato visual, oração pública, expressividade emocional, compreensão doutrinária. Ao não corresponder a esses padrões, a pessoa autista é tratada como incompleta ou ausente de fé.

Importa reiterar que essas práticas de apagamento são estruturais e não apenas incidentais. Elas estão enraizadas na forma como a religião ocidental, majoritariamente influenciada por paradigmas normativos, organiza os sentidos do sagrado. Eliade (1992), ao tratar da separação entre o sagrado e o profano, mostra como o religioso se apoia em símbolos de ordem, pureza e hierarquia. O corpo autista, ao desafiar essas categorias com sua imprevisibilidade, sensorialidade particular e modos próprios de expressar o divino, é situado

na zona do profano, da confusão, daquilo que precisa ser reordenado. O espectrocídio religioso, nesse sentido, é também uma estratégia de “reorganização do sagrado”, operada pela tentativa de purificar o que escapa à normatividade da fé institucionalizada.

Nesse panorama, o espectrocídio religioso não se restringe ao cristianismo, ainda que nele encontremos manifestações explícitas dessa lógica. Práticas espiritualistas como as observadas em segmentos do espiritismo também reproduzem esse movimento de correção simbólica da diferença. Em algumas leituras espíritas, o autismo é interpretado como “provação reencarnatória”, “obsessão espiritual” ou resultado de faltas em existências anteriores (Miranda, 2008). Tais concepções, ainda que travestidas de acolhimento, sustentam a ideia de que a condição autista deve ser superada espiritualmente, o que, na prática, corresponde a uma tentativa de apagamento de sua legitimidade enquanto modo de ser.

Na obra *Autismo: uma leitura espiritual*, Hermínio C. Miranda (2008) propõe que o autismo pode ser fruto de escolhas reencarnatórias ligadas a processos de aprendizado e expiação. Embora essa abordagem tenha como intenção conferir sentido espiritual à condição, ela também pode reforçar a lógica da anormalidade e da culpa, sobretudo quando atribuída ao próprio espírito ou à trajetória kármica. A noção de “cura espiritual” continua, assim, presente, ainda que em outro vocabulário.

Eliade (1992) nos ajuda a compreender como essa dinâmica atravessa diferentes tradições religiosas. Para ele, o sagrado é sempre constituído por um sistema de ordenamento do mundo, que separa o puro do impuro, o santo do profano, o inteiro do fraturado. Nessas lógicas, o corpo ou a mente que escapa aos parâmetros da normatividade — seja por deficiência física, mental ou neurodivergente — é frequentemente interpretado como sinal de desequilíbrio cósmico, exigindo purificação, intervenção espiritual ou transcendência. O espectrocídio, portanto, não é um fenômeno exclusivo do cristianismo, mas uma forma de violência simbólica presente em diferentes religiões quando estas se tornam instrumentos de normalização.

No Brasil, o cenário religioso plural incorpora essas leituras de forma complexa. A presença de discursos sobre o autismo no espiritismo, ainda que em linguagem diferente da teologia cristã, demonstra como a espiritualidade pode tanto acolher quanto negar a neurodivergência. Em portais como o Mundo Maior e a Revista Espírita, são frequentes os relatos de práticas voltadas à “cura” ou à “libertação” de crianças autistas por meio de passes magnéticos, terapias vibracionais e explanações doutrinárias sobre vidas passadas. Tais

abordagens, apesar de promoverem algum tipo de cuidado, seguem inseridas na lógica do espectrocídio, pois não reconhecem o autismo como identidade legítima, mas como uma anomalia a ser transcendida (MIRANDA, 2008; Revista Espírita, 2021).

Essas constatações ampliam o alcance analítico do conceito de espectrocídio religioso, permitindo situá-lo como um dispositivo multiconfessional e transcultural, operante sempre que a espiritualidade nega à pessoa autista o direito de existir como é. A presença do autismo, nesses contextos, é aceita desde que se inscreva em uma narrativa redentora — ou seja, desde que caminhe rumo à cura, à melhora ou à normatização espiritual. Do contrário, o sujeito autista permanece como desafio, como incógnita, ou como obstáculo à fé.

Essa estrutura de pensamento remonta ao que Mircea Eliade (1992) denominou como lógica do hierofânico, ou seja, a revelação do sagrado como ruptura da homogeneidade do espaço profano. Na experiência religiosa, o que é considerado “pleno”, “iluminado” ou “sagrado” torna-se centro de ordenação do mundo. O que escapa a esse centro é, então, marginalizado ou descartado. O espectrocídio religioso emerge exatamente nesse ponto de tensão: quando a experiência autista não encontra lugar legítimo nas categorias do sagrado, ela é descartada como “ruído espiritual”, como disfunção, como desvio da ordem que se espera do fiel espiritualizado.

A espiritualidade hegemônica, sob esse prisma, estabelece formas normativas de sentir, crer e existir. Em muitas tradições religiosas, espera-se que o fiel manifeste sua fé por meio de determinadas expressões emocionais, orações articuladas, envolvimento corporal intenso nos cultos ou domínio de códigos rituais e doutrinários. Pessoas autistas, cujas formas de comunicação, sensibilidade e expressão seguem outras lógicas perceptivas, são frequentemente interpretadas como desinteressadas, frias, rebeldes ou até possuídas, um juízo que recai sobre seus corpos e subjetividades como marca de exclusão (Grandin; Panek, 2013).

Nesses contextos, o espectrocídio não é somente simbólico ou teológico, mas experienciado como sofrimento cotidiano. Como afirma Sawaia (2014), o sofrimento ético-político ocorre quando a pessoa é forçada a negar partes de si para ser aceita em um espaço social, sendo privada do reconhecimento integral de sua diferença. No caso da espiritualidade, esse sofrimento é ainda mais intenso, pois diz respeito ao lugar do sujeito na ordem do sagrado. O autista, cuja fé pode ser silenciosa, não performática e não convencional, é sistematicamente deslegitimado. Sua espiritualidade é invalidada porque não corresponde ao padrão dominante

de devoção.

A Teoria Crip, conforme McRuer (2006), também ilumina esse processo. A espiritualidade hegemônica se apresenta como alinhada à funcionalidade, à performance corporal e à coesão emocional. Ser espiritual, nessas molduras, é estar ajustado ao ritmo do culto, à clareza do discurso, à disposição para o engajamento coletivo. A pessoa autista, que vivencia a fé por outras vias, por meio da introspecção, da hipersensibilidade, da lógica visual ou do silêncio, não é reconhecida como agente espiritual pleno. O espectrocídio se concretiza nesse ponto: ao exigir do sujeito autista a renúncia de sua forma própria de existir para ser considerado apto à experiência do sagrado.

Esse fenômeno é potencializado quando as comunidades religiosas não se mostram abertas à escuta da diferença. Como destaca Freitas e Freitas (2024), o silenciamento da voz autista no campo da fé não é apenas simbólico, mas estruturado por práticas litúrgicas e pastorais que insistem na cura, na libertação e na conversão do comportamento. A espiritualidade, nesse cenário, se torna instrumento de disciplinamento, e não de acolhimento.

Importa destacar que a pessoa autista, conforme definido na Lei nº 12.764/2012, é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais no Brasil (Brasil, 2012). Isso significa que as práticas discriminatórias, mesmo que travestidas de espiritualidade ou cuidado pastoral, se configuram como violações de direitos garantidos por lei. Ainda, com a promulgação da Lei nº 14.454/2022, o capacitismo, entendido como toda forma de discriminação contra pessoas com deficiência, passou a ser crime (Brasil, 2022). O espectrocídio religioso, ao promover o apagamento da subjetividade autista em nome de uma suposta salvação, cura ou adequação à norma espiritual, deve ser reconhecido como expressão de capacitismo espiritual e estrutural.

Na perspectiva de Goffman (1988), o estigma é uma marca que recai sobre o indivíduo, desqualificando-o frente às expectativas sociais. No caso da pessoa autista em contextos religiosos, essa marca assume contornos teológicos e morais. O autismo não é apenas uma condição desconhecida, mas é frequentemente associado a sinais de possessão, ausência de fé, rebeldia espiritual ou impureza. Essas leituras reforçam o isolamento, a infantilização e a negação da autonomia religiosa da pessoa autista, que passa a ser interpretada unicamente a partir da lente da deficiência como déficit, e não como diferença legítima.

Nesse sentido, o espectrocídio se constitui como processo cumulativo de desautorização

espiritual. A cada vez que uma estereotipia é repreendida como manifestação demoníaca; a cada oração por “libertação” do autismo; a cada culto em que o autista é excluído por não se “comportar” como o esperado — atualiza-se o ciclo do apagamento. O espectro autista é empurrado para fora do espaço simbólico da fé, sem que necessariamente se exclua a pessoa fisicamente da comunidade. Trata-se de uma exclusão silenciosa, sutil, mas profunda, que internaliza a ideia de que a espiritualidade autista é inferior, incompleta ou inadequada.

A espiritualidade, segundo Hills, Clapton e Dorsett (2019), deve ser compreendida como dimensão existencial da pessoa, que inclui sua forma de se relacionar com o mistério, com o transcendente e com os outros. Nos casos de autistas não verbais, por exemplo, as expressões espirituais podem não seguir o roteiro tradicional dos cultos, mas isso não significa ausência de fé. Ao contrário, como demonstram pesquisas como a de Hills et al. (2019), a espiritualidade autista pode se manifestar em gestos repetitivos, em sensibilidades ampliadas, em conexões silenciosas e intensas com elementos do sagrado, o que exige um reposicionamento radical das comunidades de fé para o reconhecimento da espiritualidade em sua pluralidade.

O espectrocídio, portanto, desrespeita não apenas os direitos legais da pessoa autista, mas nega sua humanidade espiritual. Ao propor esse conceito, esta dissertação não busca acusar a fé ou as religiões, mas problematizar suas estruturas normativas e práticas capacitistas que, mesmo com intenções pastorais ou terapêuticas, promovem a exclusão daqueles que não se enquadram nos modelos dominantes de crença e expressão espiritual.

A Teoria Crip, desenvolvida por McRuer (2006), embora não trate diretamente da espiritualidade, oferece uma base crítica potente para refletir sobre como a normatividade funcional é projetada sobre os corpos e modos de existência não hegemônicos — incluindo os modos de viver e expressar a fé. Essa perspectiva permite analogamente compreender como certos modelos religiosos e espirituais também exigem conformidade a padrões neurotípicos de participação e expressão. A espiritualidade “aceitável” é, muitas vezes, aquela que se apresenta por meio da oralidade fluente, da racionalidade doutrinária, da expressividade emocional intensa, elementos que colocam em desvantagem pessoas autistas, cujas formas de se relacionar com o sagrado frequentemente se dão por vias sensoriais, silenciosas ou não convencionais. O espectrocídio se manifesta, assim, quando essas formas singulares são anuladas em nome de uma espiritualidade performada, treinada e mascarada conforme os parâmetros hegemônicos.

Nesse cenário, a contribuição das Ciências da Religião, especialmente pela obra de Mircea Eliade (1992), amplia o alcance conceitual do espectrocídio ao situar a espiritualidade como uma dimensão fundamental da experiência humana que transcende os sistemas religiosos institucionais. Para o autor, o sagrado se manifesta em múltiplas formas e contextos, inclusive em experiências não mediadas por dogmas ou ritos formais. Essa abordagem oferece um alicerce teórico relevante para reconhecer a espiritualidade autista como legítima, mesmo quando ela não se enquadra nos formatos tradicionais das religiões organizadas.

No entanto, ao desconsiderar essas manifestações alternativas de espiritualidade, as religiões, inclusive o espiritismo e o cristianismo, operam uma sacralização da normatividade, como se só houvesse uma forma legítima de viver a fé. É nesse ponto que o espectrocídio religioso se distancia de uma violência isolada e se apresenta como fenômeno estruturado, reproduzido em diversos contextos religiosos e espirituais, incluindo cultos, rituais mediúnicos, terapias integrativas com bases espiritualistas e práticas de aconselhamento religioso que deslegitimam a experiência autista.

O espiritismo, por exemplo, quando interpreta o autismo como uma “prova espiritual” ou uma expiação por erros de vidas passadas, conforme expressam textos e autores como Hermínio C. Miranda (2007), ainda que com intuito de acolhimento, pode reforçar a ideia de que o autismo é um estado a ser “superado” em nome de uma evolução espiritual. Mesmo quando não há coerção direta, esse tipo de narrativa recodifica a condição autista como algo desviante ou disfuncional em relação a uma trajetória evolutiva idealizada. O mesmo ocorre em práticas espirituais alternativas, como algumas vertentes do Santo Daime, nas quais as expressões autistas podem ser interpretadas como estados alterados de consciência inadequados ao rito, ou na umbanda e no candomblé, onde a comunicação não verbal pode ser erroneamente lida como bloqueio espiritual ou interferência mediúnica desajustada.

O espectrocídio, nesse sentido, transcende a religião cristã e se estabelece como um fenômeno inter-religioso e interinstitucional, que perpassa os discursos e práticas de fé sempre que a espiritualidade autista é reduzida, silenciada ou corrigida em nome de uma normatividade devocional. Por isso, ao propor esse conceito no campo das Ciências da Religião, esta dissertação o ancora não em uma doutrina específica, mas na crítica à sacralização da norma como critério de espiritualidade autêntica.

## 2.2 História do autismo e a patologização biomédica

A história do autismo é marcada por disputas epistemológicas e por processos de poder que configuraram as maneiras pelas quais corpos e comportamentos divergentes foram percebidos, nomeados e administrados. Desde o início do século XX, a categoria emergiu em um contexto de intensificação das práticas de classificação psiquiátrica, em que o desvio comportamental da infância passou a ser objeto privilegiado de observação médica. O trabalho pioneiro de Grunya Sukhareva (1926), realizado em Moscou, descreveu crianças com “psicopatia esquizoide” que apresentavam isolamento social, hipersensibilidade sensorial e modos peculiares de linguagem. Ainda que sua pesquisa tenha antecipado em quase duas décadas as formulações posteriores de Leo Kanner e Hans Asperger, o reconhecimento de sua contribuição foi silenciado, configurando o que Rossiter (1993) denomina “Efeito Matilda”: a invisibilização sistemática das descobertas de mulheres na história da ciência.

A marginalização de Sukhareva não é apenas um episódio isolado de injustiça acadêmica, mas um sintoma de como a ciência moderna hierarquiza as vozes que produzem conhecimento. Manouilenko e Bejerot (2015) destacam que as descrições clínicas de Sukhareva já continham elementos que seriam retomados quase literalmente por Kanner, como a atenção aos padrões restritos de interesse e às dificuldades de interação social. O apagamento de sua autoria revela um viés de gênero e geopolítico que atravessa a história do autismo, reforçando a hegemonia eurocêntrica na produção científica e apagando contribuições não alinhadas ao eixo ocidental. Esse movimento de exclusão inicial instaurou uma lógica de autoridade que ainda marca o campo, em que determinadas leituras biomédicas se impõem como universais, desconsiderando contextos culturais e interpretações alternativas da diferença.

A consolidação do autismo como diagnóstico específico ocorreu em 1943, com a publicação de Kanner (2012), que descreveu onze crianças caracterizadas por um “distúrbio autístico do contato afetivo”. Kanner enfatizou a incapacidade de estabelecer relações emocionais e a presença de comportamentos repetitivos, inaugurando uma categoria diagnóstica que rapidamente se tornou paradigma para a psiquiatria infantil. Um ano depois, Hans Asperger apresentou sua tese sobre “psicopatia autística”, ampliando o espectro para incluir indivíduos com linguagem desenvolvida e habilidades intelectuais elevadas. A distinção entre “autismo infantil precoce” e “síndrome de Asperger” organizou, durante décadas, a

compreensão biomédica da condição, estruturando uma taxonomia baseada na funcionalidade e na capacidade adaptativa.

Essas formulações, embora inovadoras para a época, refletem a influência das concepções normativas da modernidade. Ao definir o autismo como um distúrbio, Kanner introduziu um modelo de leitura centrado no déficit e na falta de empatia, o que produziu um imaginário social no qual a pessoa autista é percebida como desvinculada do afeto e da vida simbólica. A noção de “isolamento emocional” transformou-se em metáfora clínica e cultural, sustentando o estigma de que o autismo representa uma incapacidade essencial de reciprocidade. Tal perspectiva consolidou-se como verdade científica e legitimou práticas terapêuticas voltadas à normalização, sem considerar os contextos de opressão e exclusão que modulavam a experiência dessas pessoas.

Durante as décadas seguintes, o discurso biomédico sobre o autismo evoluiu em diálogo com as transformações da psiquiatria e das políticas de saúde pública. Na década de 1960, o avanço das terapias comportamentais, notadamente com o trabalho de Ivar Lovaas, introduziu a ideia de que o autismo poderia ser modificado por meio de treinamento intensivo e reforço positivo. Essa abordagem, posteriormente sistematizada na Análise do Comportamento Aplicada (ABA), consolidou um modelo de reabilitação centrado no controle de comportamentos, que passou a ser considerado a via científica para “recuperar” crianças autistas. Donvan e Zucker (2017) observam que a promessa de tornar a criança “indistinguível de seus pares” refletia o ideal de normalidade do pós-guerra, em que a diferença era vista como ameaça à coesão social e ao progresso.

Esse ideal de correção comportamental revela o modo como a racionalidade moderna transforma o desvio em objeto de gestão. O discurso científico sobre o autismo não apenas descreveu sintomas, mas instituiu normas de conduta e expectativa de adaptação. Como mostra Eyal et al. (2010), a categoria de autismo emergiu no cruzamento entre a medicina, a psicologia e as políticas educacionais, compondo uma rede de instituições e práticas que definiram o que seria considerado uma vida autista aceitável. Essa matriz institucional construiu uma forma de governamentalidade, em que a diferença neurológica passou a ser regulada por meio de laudos, protocolos e políticas compensatórias. Assim, a ciência, ao mesmo tempo que produzia conhecimento, produzia sujeitos governáveis.

A perspectiva de Foucault (1979) sobre o nascimento das sociedades disciplinares

permite compreender esse movimento. A medicina moderna, ao se institucionalizar, converteu o corpo humano em campo de intervenção e controle, criando mecanismos de observação e classificação que naturalizaram as desigualdades. No caso do autismo, a clínica se torna o lugar em que a diferença é simultaneamente revelada e corrigida. O diagnóstico não é neutro: ele nomeia o que escapa à norma e, ao fazê-lo, insere a pessoa em um regime de vigilância e correção. O saber médico assume, assim, uma função pastoral, definindo o que é saúde, comportamento adequado e humanidade possível.

Essa racionalidade médica alcançou proporções globais a partir do final do século XX, quando a Organização Mundial da Saúde e a Associação Americana de Psiquiatria padronizaram critérios diagnósticos internacionais. A inclusão do autismo nos manuais DSM e CID ampliou a visibilidade e o acesso a políticas públicas, mas também consolidou uma epistemologia do déficit, na qual o valor da vida autista passou a ser medido pela capacidade de desempenho em parâmetros neurotípicos (APA, 2013). Ortega, Zorzanelli e Rios (2016) descrevem esse fenômeno como “biopolítica do autismo”, no qual a diversidade neurológica é capturada por dispositivos de normalização que pretendem promover cuidado, mas produzem conformidade. O cuidado, nesse contexto, torna-se disciplina; e a proteção, vigilância.

A história do autismo também é marcada por disputas de legitimidade entre diferentes campos do saber. Na década de 1970, as teorias psicanalíticas, representadas por autores como Bruno Bettelheim, difundiram a hipótese de que o autismo seria resultado de uma falha no vínculo materno. A figura da “mãe geladeira” produziu uma violência simbólica devastadora, culpabilizando as famílias e perpetuando a ideia de que o amor materno poderia curar ou adoecer uma criança. Essa leitura moralizante, posteriormente refutada pela própria comunidade científica, evidencia como o discurso médico não é neutro, mas atravessado por valores sociais e afetivos. A patologização do autismo, nesse sentido, reflete não apenas um esforço de compreensão, mas um exercício de poder.

Nas últimas décadas, novas perspectivas têm buscado romper com essa tradição deficitária. O desenvolvimento da neurociência cognitiva permitiu compreender que o autismo não se reduz a uma disfunção, mas a uma forma distinta de processamento de informações e de percepção do ambiente. Pesquisas como as de Mottron (2004) e Thomas (2011) evidenciam que pessoas autistas apresentam modos específicos de organização perceptiva, com atenção aos detalhes e capacidades analíticas acentuadas. Esses estudos desafiam a visão de deficiência

como incapacidade, propondo uma leitura da diferença como variação funcional. Entretanto, mesmo essas abordagens permanecem, em parte, vinculadas à lógica da mensuração e da comparação com a norma.

A virada paradigmática ocorre quando a diferença deixa de ser avaliada apenas em termos de funcionalidade e passa a ser compreendida como expressão de diversidade humana. Silberman (2016) identifica, em *Neurotribes*, uma mudança histórica no modo como as pessoas autistas começaram a reivindicar sua própria narrativa. O movimento pela neurodiversidade, originado nos anos 1990, propôs deslocar o foco do tratamento para o reconhecimento, questionando o monopólio médico sobre a definição do que é o autismo. Esse processo de autodefinição configura uma ruptura epistemológica: a pessoa autista deixa de ser objeto de estudo e passa a ser sujeito de discurso. A narrativa científica é, então, confrontada pela narrativa vivida.

Essa transição reflete uma mudança mais ampla nas relações entre saber e poder. Ao se apropriar das ferramentas discursivas que antes a silenciavam, a comunidade autista inscreve-se na luta pela legitimidade epistêmica. A experiência deixa de ser interpretada por especialistas e passa a ser enunciada por quem a vive. Silverman (2012) observa que essa reconfiguração desafia o estatuto da ciência moderna, ao expor que a objetividade do conhecimento sempre esteve condicionada por hierarquias de fala. Nesse sentido, o movimento de autodefensoria autista constitui um gesto de descolonização do saber, pois reivindica o direito de produzir teoria a partir da diferença.

A compreensão histórica do autismo, portanto, revela mais do que uma sucessão de descobertas médicas: evidencia a constituição de uma ontologia política da normalidade. O diagnóstico, o tratamento e a inclusão são expressões de uma mesma matriz de poder que regula quem pode ser reconhecido como humano. Foucault (2008) chama de biopolítica o conjunto de estratégias por meio das quais a vida é administrada, classificada e hierarquizada. O autismo, nesse quadro, não é apenas uma categoria clínica, mas um território de disputa sobre o que significa viver legitimamente. Compreender essa história é fundamental para analisar, nos tópicos seguintes, como o discurso religioso herdou e reelaborou essas mesmas estruturas de poder, transformando o corpo autista em campo simbólico de purificação e salvação.

O percurso histórico do autismo revela como a modernidade científica se constituiu a partir de um projeto de racionalização dos corpos e das condutas, produzindo verdades sobre o

humano e instaurando regimes de normalidade. O campo médico, ao assumir a prerrogativa de nomear e corrigir o que se apresentava como anomalia, converteu-se em instância moral e política. Essa moralidade da cura permeou também as instituições educacionais e religiosas, que passaram a reproduzir a distinção entre os que poderiam ser “recuperados” e os considerados “irrecuperáveis”. A genealogia dessa racionalidade demonstra que o discurso biomédico, embora pretenda neutralidade, está impregnado por valores civilizatórios e pela promessa de pureza do corpo e da mente.

O olhar clínico, conforme propõe Foucault (1979), é uma tecnologia de poder que reorganiza o modo como se vê e se fala sobre a diferença. O hospital, a escola e o laboratório constituem espaços de produção de saber que simultaneamente observam e disciplinam. O corpo autista, nesse contexto, é visibilizado pela lente médica como um corpo que precisa ser descrito, medido e ajustado. A descrição se converte em prescrição, e o saber médico se transforma em norma social. Eyal et al. (2010) destacam que, ao longo do século XX, o autismo foi integrado a uma rede institucional que articulava ciência, políticas públicas e movimentos familiares, gerando uma “matriz do autismo” que, ao mesmo tempo em que expandia o cuidado, também produzia novas formas de vigilância.

Essa matriz institucional se fortaleceu a partir da década de 1980, quando o autismo passou a ocupar um lugar central nas discussões sobre saúde mental infantil. O aumento das taxas de diagnóstico, amplamente divulgado pelos meios de comunicação, gerou o que Ortega, Zorzanelli e Rios (2016) denominam “epidemia de autismo”, expressão que reflete mais o avanço das categorias diagnósticas do que uma mudança real na prevalência. Essa expansão diagnóstica, ao mesmo tempo em que ampliou o acesso a políticas de assistência, reforçou a medicalização da infância e consolidou a ideia de que a diferença neurológica deve ser identificada e tratada precocemente. A criança autista se tornou, assim, o alvo preferencial de programas de intervenção precoce, enquanto a diversidade foi reduzida a um problema a ser resolvido.

No Brasil, esse processo foi institucionalizado por políticas públicas como a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que reconheceu a pessoa autista como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Embora representasse um avanço em termos de direitos, a lei também reforçou a centralidade do diagnóstico médico como mediador do reconhecimento. O acesso aos serviços, benefícios e à própria cidadania passou a depender do

laudo, que se converteu em instrumento de verificação da diferença (Brasil, 2012). Esse modelo, embora juridicamente inclusivo, reproduz uma estrutura de tutela em que o saber biomédico permanece como autoridade sobre a definição da identidade autista.

A relação entre medicina e normalidade foi analisada por Georges Canguilhem (2009), que demonstrou que a noção de saúde não é um dado natural, mas uma construção normativa. O normal, afirma o autor, é o que a sociedade define como desejável e adaptativo em determinado contexto histórico. O patológico, por sua vez, é o que ameaça essa ordem. Ao ser classificado como patologia, o autismo é inscrito em um regime de valores que privilegia a comunicação rápida, a sociabilidade contínua e o controle emocional. Essa definição estabelece uma hierarquia entre modos de ser, legitimando práticas de correção e exclusão. O corpo autista, portanto, torna-se o espelho que reflete os limites da normalidade moderna.

Essa concepção atravessa não apenas o campo científico, mas também o imaginário social e religioso. Strelhow (2018) observa que a tradição cristã, ao longo da história, contribuiu para a formação de uma visão hierarquizada da diferença, em que a deficiência era associada à culpa, ao pecado ou à provação. Essa herança simbólica influenciou as concepções modernas de anormalidade e sustentou a ideia de que o sofrimento físico e mental deve ser redimido. Assim, a medicalização da diferença pode ser lida como continuidade secularizada de uma teologia da cura. O discurso biomédico substituiu o pecado pela patologia, mas manteve a promessa de salvação por meio da normalização.

A partir da segunda metade do século XX, a expansão das terapias comportamentais e das neurociências consolidou o que Ortega, Zorzanelli e Rios (2016) denominam “mercado terapêutico da diferença”. Esse mercado se alimenta do medo social da anormalidade e oferece, em contrapartida, soluções técnicas para ajustar o comportamento. O autismo, nesse contexto, se transforma em objeto de consumo simbólico e econômico. A proliferação de clínicas, cursos e manuais especializados demonstra como a sociedade contemporânea converte a diferença em oportunidade de capitalização. Ao mesmo tempo, esse processo reforça o estigma, pois sugere que a diferença precisa ser continuamente gerida e corrigida.

No plano epistemológico, o paradigma biomédico opera como uma ontologia política. Ele define o que é humano a partir da capacidade de adequação à norma. A racionalidade moderna, ao privilegiar o controle, a previsibilidade e a funcionalidade, marginaliza modos de ser que escapam a esses parâmetros. Campbell (2009) denomina esse sistema de “ontologia do

capacitismo”, um regime de valores que transforma a deficiência em ausência de humanidade plena. O capacitismo, segundo a autora, é o fundamento invisível sobre o qual se ergue a cultura ocidental, produzindo hierarquias que associam valor moral à eficiência corporal e cognitiva. No caso do autismo, isso se traduz na expectativa de desempenho social e produtivo como condição de dignidade.

A crítica ao modelo biomédico, no entanto, não implica a negação do saber científico, mas a problematização de seu monopólio sobre a verdade. Maleval (2017) propõe compreender o autismo não como ausência de linguagem, mas como existência de uma outra lógica de significação. Para o autor, a fala autista não é deficiente, mas estruturada de forma distinta, exigindo escuta atenta e não correção. Essa leitura desloca o foco do déficit para a diferença e evidencia a necessidade de uma clínica que reconheça o sujeito em sua singularidade. Mottron (2004) reforça essa perspectiva ao demonstrar que pessoas autistas apresentam estilos cognitivos específicos, frequentemente associados a habilidades excepcionais em campos como percepção visual, memorização e raciocínio lógico. A deficiência, nesse caso, é efeito de uma norma que privilegia certas habilidades e desqualifica outras.

A virada conceitual promovida pelo movimento da neurodiversidade consolidou-se como uma crítica filosófica à própria ideia de normalidade. Singer (1999) e Walker (2021) argumentam que as variações neurológicas devem ser reconhecidas como expressões naturais da diversidade humana, e não como falhas a serem corrigidas. Essa concepção desloca o foco do indivíduo para a estrutura social, evidenciando que o sofrimento autista decorre menos das características intrínsecas e mais das barreiras impostas por um mundo projetado para corpos e mentes neurotípicas. Trata-se, portanto, de uma mudança paradigmática que reconfigura o campo da deficiência, da medicina e da religião, ao propor que a diferença é uma condição de humanidade, não sua negação.

Nesse sentido, o percurso histórico do autismo evidencia o entrelaçamento entre ciência, moralidade e política. Cada etapa de sua construção discursiva corresponde a uma forma de controle social que busca administrar a diferença sob o signo da cura ou da inclusão. O modelo biomédico, ao mesmo tempo em que oferece cuidado, define as fronteiras do aceitável. O religioso, ao prometer redenção, reafirma a necessidade de transformação. Ambos se encontram na lógica da normalização, que será analisada nas seções seguintes como elemento central da constituição de uma biopolítica da diferença.

### 2.3 Medicalização, normalização e biopolítica da diferença

A medicalização do autismo consolidou-se como um processo de captura da diferença dentro de uma racionalidade científica que, ao pretender compreender e proteger, termina por regular e normalizar. A partir da segunda metade do século XX, o discurso biomédico passou a desempenhar o papel central na definição das condutas consideradas adequadas, transformando o cuidado em instrumento de governo da vida. Essa racionalidade é expressão do que Foucault (2008) denomina biopolítica: um conjunto de estratégias de poder voltadas à administração dos corpos e populações. O saber médico deixa de atuar apenas sobre a doença e passa a definir modos de existência legítimos, organizando a sociedade em torno de uma moral da saúde.

A institucionalização do diagnóstico de autismo, conforme apontam Eyal et al. (2010), deu origem a uma vasta rede de especialistas, escolas e associações de pais que, ao mesmo tempo em que ampliaram a visibilidade da condição, criaram um campo de regulação permanente. O diagnóstico não apenas identifica, mas institui sujeitos administráveis, transformando a diferença em categoria burocrática. A definição de “níveis de suporte” e “graus de funcionamento” introduz hierarquias internas que fragmentam a experiência autista e atribuem valor moral ao desempenho social. Essa gradação se alinha ao princípio foucaultiano da normalização: ordenar a diversidade por meio da mensuração, da classificação e do controle.

A partir dessa estrutura, o Estado assume o papel de gestor da diferença, articulando políticas de inclusão condicionadas à adaptação. No Brasil, a Lei nº 12.764/2012 e suas regulamentações posteriores criaram avanços significativos na proteção legal de pessoas autistas, mas mantiveram o laudo médico como mediador indispensável entre o indivíduo e o direito. Assim, o acesso à cidadania continua atrelado à chancela de uma autoridade biomédica (Brasil, 2012). Ortega, Zorzanelli e Rios (2016) denominam esse fenômeno de “biopolítica da diferença”, na qual o reconhecimento da diversidade ocorre dentro dos limites traçados pela medicina e pela burocracia estatal. A inclusão, portanto, é concedida sob supervisão, e a liberdade é regulada pela terapêutica.

A ampliação dos diagnósticos, impulsionada pela publicação do DSM-5 (APA, 2013), não representou apenas um avanço técnico, mas também uma reconfiguração política. A

substituição da categoria de “autismo infantil” por “Transtorno do Espectro Autista” unificou diversas condições sob uma mesma classificação, mas reforçou o paradigma deficitário. Ao definir o espectro a partir de níveis de severidade, o manual reforçou a ideia de gradação da humanidade, na qual a plena inclusão é reservada aos que melhor performam a normalidade. Essa estrutura hierárquica reproduz o que Campbell (2009) identifica como “ontologia do capacitismo”: um sistema cultural que legitima o corpo eficiente como modelo de humanidade e rebaixa a diferença ao estatuto de insuficiência.

A noção de capacitismo, conforme desenvolvida por Campbell, ultrapassa o preconceito individual e alcança uma dimensão ontológica. Ela estrutura o próprio conceito de humano ao naturalizar a eficiência, a racionalidade e a autonomia como atributos superiores. Nessa lógica, a deficiência é uma falha a ser corrigida, e o corpo divergente, uma anomalia a ser administrada. O capacitismo funciona, portanto, como fundamento invisível da biopolítica moderna. Ele organiza práticas de exclusão e, simultaneamente, de inclusão condicionada, pois somente é admitido aquele que demonstra capacidade de adequação. A medicalização do autismo é um dos exemplos mais evidentes desse regime: a pessoa autista é incluída desde que se mostre apta a comportar-se segundo parâmetros neurotípicos.

Essa forma de inclusão é o que Sawaia (2014) denomina “inclusão perversa”. Trata-se de uma integração que exige a renúncia da diferença como condição de pertencimento. A pessoa autista é convocada a participar, mas apenas se mascarar seus modos de ser e comunicar. A convivência, nesse contexto, transforma-se em performance de normalidade, em que o sucesso é medido pela capacidade de parecer não autista. Essa lógica paradoxal produz sofrimento ético-político, uma dor que nasce não da diferença em si, mas da violência de ter que negá-la para ser aceita. O sofrimento ético-político, segundo Sawaia, é o resultado das políticas de inclusão que mantêm a exclusão como sua condição de possibilidade.

A internalização dessa violência manifesta-se no fenômeno do mascaramento, amplamente documentado em estudos contemporâneos sobre autismo. Walker (2021) denomina esse processo de “violência epistêmica”, uma vez que nega às pessoas autistas o direito de significar suas próprias experiências. Ao impor a linguagem neurotípica como única forma válida de comunicação, a sociedade elimina outras formas de expressão e interpretação do mundo. Essa violência não é apenas simbólica, mas ontológica: ao desautorizar a experiência autista, ela nega a legitimidade de um modo de existir. Essa negação constitui um dos eixos do

que se propõe neste trabalho como espectrocídio — a morte simbólica das formas autistas de ser e conhecer.

A medicalização se articula, portanto, com processos mais amplos de governo da vida, nos quais a saúde é convertida em critério moral e político. Foucault (1979) observa que, nas sociedades modernas, o poder se exerce menos pela proibição e mais pela gestão, controlando o que se pode fazer, sentir e dizer. O autismo, ao ser enquadrado como condição de risco, torna-se objeto de políticas preventivas e terapêuticas que produzem subjetividades dóceis e produtivas. A biopolítica atua não apenas sobre o corpo individual, mas sobre populações inteiras, regulando comportamentos, tempos e espaços. Nesse processo, o cuidado é inseparável da vigilância, e a proteção se confunde com a disciplina.

O discurso biomédico sobre o autismo opera, assim, como uma tecnologia de poder que produz e legitima desigualdades. A partir do momento em que o diagnóstico é estabelecido, a pessoa autista é inserida em um circuito de terapias, avaliações e monitoramentos que definem sua trajetória. Eyal et al. (2010) descrevem esse sistema como uma “rede de expertise”, na qual médicos, psicólogos e educadores se tornam mediadores obrigatórios da diferença. A promessa de autonomia, paradoxalmente, depende da submissão a esses saberes. O sujeito autista é incentivado a participar, mas apenas dentro dos limites traçados pelo olhar terapêutico. Assim, a emancipação é permitida apenas sob vigilância.

Esse processo também está ligado à constituição do que Ortega, Zorzanelli e Rios (2016) chamam de “mercado terapêutico”. O crescimento do número de diagnósticos gerou uma demanda crescente por tratamentos e especializações, transformando o autismo em objeto de consumo simbólico e econômico. Clínicas, cursos e produtos prometem “melhorar” ou “potencializar” o desenvolvimento autista, reforçando a ideia de que a diferença precisa ser continuamente administrada. A figura do especialista assume o papel de mediador moral, responsável por traduzir a diferença em plano de ação e por delimitar o que é aceitável no comportamento autista. Assim, o discurso científico assume contornos pastorais: guia, corrige e promete redenção.

A normalização não se limita às práticas clínicas, mas se estende ao imaginário social. A expectativa de funcionalidade, eficiência e sociabilidade constante cria uma moral da performance que define quem pode ser considerado produtivo e digno. Essa moralidade, como observa Campbell (2009), sustenta o mito do corpo perfeito e do cidadão autônomo, ocultando

a dependência mútua que caracteriza a vida social. A deficiência, nesse quadro, é transformada em metáfora de fracasso, e o autismo, em obstáculo a ser superado. Tal lógica se perpetua inclusive em discursos religiosos contemporâneos, nos quais a diferença é reinterpretada como ausência de fé ou influência espiritual negativa.

A resistência a essa racionalidade emerge com o paradigma da neurodiversidade, formulado por Singer (1999) e expandido por Walker (2021). A neurodiversidade propõe compreender as variações cognitivas e sensoriais como parte da biodiversidade humana. Sob essa ótica, a tarefa ética da sociedade não é curar, mas adaptar-se à diferença. Essa perspectiva desloca o foco da reabilitação para a convivência e propõe uma ética do reconhecimento. A diferença não é problema, mas condição de pluralidade. Contudo, como mostram Sawaia (2014) e Walker (2021), esse paradigma ainda enfrenta resistência, pois desafia a lógica do controle e da pureza que sustenta tanto o discurso médico quanto o religioso.

A crítica à medicalização do autismo revela, portanto, que o diagnóstico, embora necessário como ferramenta de acesso a políticas públicas, não pode continuar sendo o único mediador da existência autista. O desafio contemporâneo consiste em romper com o monopólio biomédico sobre a diferença e em construir práticas de cuidado baseadas no diálogo, na escuta e na autonomia. A biopolítica da diferença, ao transformar o viver em objeto de administração, obscurece a dimensão ética do encontro. Reverter essa lógica implica deslocar o olhar da adaptação para o reconhecimento e compreender que a dignidade não depende da normalidade.

Nos tópicos seguintes, essa discussão será aprofundada na articulação entre medicina e religião. O discurso biomédico, ao patologizar a diferença, e o discurso religioso, ao espiritualizá-la, compartilham a mesma estrutura de purificação. Ambos operam sob o signo da cura: a ciência busca a normalização do corpo; a religião, a salvação da alma. Essa convergência configura o que se propõe denominar de espectrocídio religioso, isto é, a destruição simbólica da existência autista por meio de práticas e narrativas que exigem transformação em nome da pureza.

A medicalização da diferença, ao incorporar o autismo como categoria de diagnóstico e objeto de intervenção, consolidou um modelo de subjetivação em que o sujeito é simultaneamente reconhecido e silenciado. O diagnóstico, como instrumento de poder-saber, fornece acesso a direitos e políticas, mas define as fronteiras do aceitável. A partir do momento em que o indivíduo é nomeado, ele passa a existir socialmente sob o signo da classificação,

sendo observado, medido e avaliado de modo permanente. Foucault (1979) descreve esse processo como a passagem do poder soberano para o poder disciplinar, no qual o controle não se exerce mais pela punição, mas pela vigilância e pelo exame contínuo. O sujeito se torna transparente diante do olhar institucional, e sua diferença, um dado a ser gerido.

Essa forma de vigilância é também um dispositivo de inclusão condicionada. A pessoa autista é admitida na sociedade desde que se submeta aos protocolos de normalização e demonstre disposição para o autogerenciamento. Eyal et al. (2010) mostram que o autismo, ao longo do século XX, se transformou em campo de expertise, no qual psicólogos, neurologistas e pedagogos disputam a autoridade sobre a definição de tratamento. Essa disputa produziu uma nova economia da diferença, sustentada pela promessa de desenvolvimento e autonomia. No entanto, o ideal de autonomia proposto é paradoxal: exige que o indivíduo demonstre independência segundo padrões impostos por quem detém o poder de avaliar. Trata-se de uma autonomia tutelada, em que o direito de ser diferente é permitido apenas dentro dos limites da norma.

O crescimento do mercado terapêutico e a popularização de técnicas comportamentais ampliaram o controle sobre o corpo e a conduta autista. Donvan e Zucker (2017) relatam que, a partir da década de 1980, programas intensivos de intervenção começaram a ser difundidos como soluções científicas para a “recuperação” do autismo. A linguagem publicitária dessas abordagens reproduz a retórica da salvação, prometendo transformar o comportamento “anormal” em “adequado”. Essa retórica encontra ressonância em narrativas religiosas de cura e libertação, nas quais o desvio deve ser purificado. A medicalização e a espiritualização, embora se apresentem como discursos distintos, compartilham a mesma estrutura moral: ambas partem da premissa de que a diferença é falta e de que o objetivo final é a conformidade.

No contexto brasileiro, Ortega, Zorzanelli e Rios (2016) observam que o avanço das políticas de saúde mental e a ampliação do acesso ao diagnóstico contribuíram para a institucionalização de um novo tipo de cidadania biomédica. Nessa configuração, o reconhecimento social é mediado pela pertença a uma categoria clínica. Ser diagnosticado torna-se requisito para a obtenção de legitimidade e assistência, mas também um marcador de vulnerabilidade permanente. O corpo autista é simultaneamente protegido e administrado. Essa forma de cidadania disciplinar traduz o movimento característico da biopolítica: garantir a vida,

mas sob condição de controle.

A classificação médica e as políticas de inclusão que dela derivam constroem uma gramática moral que separa os “recuperáveis” dos “irrecuperáveis”. Essa divisão não é apenas técnica, mas simbólica, pois define quem é considerado capaz de participar da vida social e quem permanece no limiar da humanidade. Campbell (2009) argumenta que essa hierarquia é sustentada por uma metafísica do corpo apto, na qual a integridade física e mental é equiparada à virtude. O capacitismo, portanto, não é apenas uma forma de preconceito, mas um regime de verdade que estrutura o próprio conceito de humanidade. A pessoa autista é inserida nessa economia moral como corpo que precisa provar sua normalidade para ser reconhecido como digno.

A crítica foucaultiana à biopolítica permite compreender que o poder moderno se exerce por meio de uma economia da normalização. O que está em jogo não é apenas o controle do corpo individual, mas a regulação da vida coletiva. As políticas públicas, as práticas clínicas e os discursos pedagógicos formam um continuum de gestão da diferença. Nesse sentido, o autismo não é apenas um diagnóstico, mas um campo de visibilidade e de governo. A norma médica funciona como padrão de verdade, e o desvio, como risco a ser prevenido. Essa lógica é reforçada por indicadores estatísticos, escalas de comportamento e relatórios periciais que traduzem a experiência humana em métricas de eficiência.

Essa racionalidade técnica se estende à linguagem cotidiana e às instituições de ensino, onde a inclusão frequentemente assume o formato de vigilância. A presença de estudantes autistas é permitida, mas seu comportamento é continuamente comparado ao dos pares neurotípicos. O sucesso educacional é medido pela capacidade de adaptação e não pela transformação do ambiente. Orrú (2021) descreve esse fenômeno como “inclusão menor”, na qual o pertencimento é formal, porém limitado pela exigência de adequação. A escola se torna o espaço de observação constante, e o aluno autista, o corpo sobre o qual recai o olhar avaliador.

O impacto dessa normalização atinge também a dimensão subjetiva. A exigência de parecer “normal” produz um tipo de sofrimento que Sawaia (2014) denomina ético-político. Trata-se de um sofrimento socialmente produzido, resultante do conflito entre a necessidade de reconhecimento e a imposição de mascaramento. A pessoa autista é compelida a ocultar seus gestos autorregulatórios, seus modos de fala e seus interesses específicos para evitar o estigma. Essa autonegação, necessária para sobreviver socialmente, constitui uma forma de violência

simbólica que desgasta a identidade e perpetua a exclusão sob o disfarce da inclusão.

O mascaramento, enquanto estratégia de sobrevivência, também pode ser compreendido à luz da noção de “performatividade compulsória da normalidade” formulada por McRuer (2006) na Teoria Crip. Segundo o autor, as sociedades capitalistas constroem um “imperativo de reabilitação” que exige dos corpos desviantes a promessa constante de superação. O corpo autista é, assim, interpelado a se tornar produtivo e funcional, como se a plena humanidade dependesse de sua capacidade de se corrigir. Esse imperativo reforça a lógica da meritocracia e desloca o problema da exclusão para a responsabilidade individual. A inclusão se torna um projeto pessoal de autossuperação, e a coletividade é isentada de transformar as condições estruturais que produzem o sofrimento.

O paradigma da neurodiversidade, ao reivindicar o reconhecimento da diferença como valor, tensiona essa racionalidade e propõe uma ética do convívio. Singer (1999) e Walker (2021) sustentam que a diversidade neurológica é uma dimensão constitutiva da humanidade e que o desafio não está em corrigir o corpo autista, mas em reorganizar os espaços sociais para acolhê-lo. Essa proposta implica uma mudança epistemológica e política: deslocar o eixo da inclusão da adaptação individual para a transformação coletiva. A diferença deixa de ser problema e passa a ser princípio organizador da convivência. Essa perspectiva será fundamental para compreender, na seção seguinte, como o discurso religioso reelabora a lógica biomédica da normalização sob a forma de promessa de purificação e libertação espiritual.

#### 2.4 O corpo autista como desvio espiritual

A relação entre o autismo e a religião, especialmente em suas vertentes cristãs, revela uma continuidade simbólica entre o discurso biomédico e o discurso teológico sobre a normalidade. Ambos compartilham o mesmo imaginário de purificação e controle, ainda que em registros distintos: um busca corrigir o corpo, o outro salvar a alma. A diferença é concebida, em ambos os casos, como ruptura da ordem e, portanto, como aquilo que deve ser restaurado. Historicamente, o cristianismo construiu sua relação com a deficiência sob a lógica da prova, da culpa e da redenção, conforme analisam Soares e Araújo (2021). Essa teologia do sofrimento reforçou a percepção de que o corpo divergente é um sinal de imperfeição ou castigo divino, uma leitura que, transposta para o campo do autismo, converte a neurodivergência em desvio

espiritual.

A concepção de corpo imperfeito associada à espiritualidade remonta à tradição veterotestamentária. O livro de Levítico (Lv 21:16–23) prescreve que pessoas com “defeitos corporais” não podem aproximar-se do altar, vinculando a integridade física à pureza ritual. Essa associação entre corpo e santidade criou um imaginário duradouro em que a deficiência é vista como marca do profano. Eliade (1992) explica que as religiões arcaicas se estruturam pela oposição entre o sagrado e o profano, onde o sagrado é o domínio da ordem e da plenitude, e o profano, o da desordem e da ruptura. O corpo autista, ao destoar dos padrões de expressividade e autocontrole esperados, é facilmente inscrito nesse território da anomalia. A ausência de reciprocidade social e as manifestações sensoriais são interpretadas como sinais de desarmonia espiritual, exigindo, assim, práticas de purificação e restauração.

No contexto do cristianismo contemporâneo, especialmente nas vertentes pentecostais e neopentecostais, a retórica da cura espiritual assume o papel de mediação entre a diferença e a fé. Darke (2015) observa que, nessas igrejas, o discurso da libertação espiritual frequentemente substitui a linguagem médica, mas mantém a mesma estrutura de normalização. O autismo é lido como possessão, maldição ou fraqueza espiritual, e a pessoa autista é submetida a rituais de oração e exorcismo. A cura, nesses casos, é o correlato espiritual da reabilitação médica: ambas prometem integração social pela via da transformação. A fé opera como dispositivo de controle, e o altar se converte em laboratório da alma.

A espiritualização do autismo revela, assim, uma lógica de poder semelhante à biopolítica. A religião não apenas interpreta, mas regula a diferença. Durkheim (1989) já afirmava que a religião é um sistema de forças morais que molda as condutas e sustenta a coesão social. O corpo que não se ajusta a essas normas ameaça o equilíbrio da comunidade e precisa ser reintegrado ou isolado. Nesse sentido, a igreja funciona como instituição disciplinar que administra o sagrado e o desviante. A pessoa autista é acolhida desde que se submeta ao roteiro da conversão, o que implica renunciar à própria forma de expressão. Assim, o espaço religioso reproduz, sob roupagem espiritual, o mesmo processo de normalização que caracteriza o discurso médico.

A exigência de adequação espiritual é sustentada por uma teologia implícita da pureza, em que a diferença é lida como ausência de fé. Figueira (2023) demonstra que, ao longo da história do cristianismo, a deficiência foi utilizada como metáfora da imperfeição humana e

como prova da intervenção divina. Essa tradição reforça a expectativa de que todo corpo diferente deve ser transformado. Quando aplicada ao autismo, essa teologia produz um efeito de apagamento: a autenticidade autista é reinterpretada como resistência ao Espírito Santo ou falta de sensibilidade espiritual. A presença do autista na igreja, portanto, é tolerada, mas sua subjetividade é constantemente submetida a escrutínio.

Esse enquadramento espiritualizante se manifesta de forma mais intensa nas práticas pentecostais de cura e libertação. Mariano (2014) aponta que o pentecostalismo brasileiro consolidou uma teologia do poder espiritual centrada na luta entre o bem e o mal, onde a doença, a pobreza e o sofrimento são frequentemente interpretados como sinais de opressão demoníaca. A diferença, nesse contexto, é reconfigurada como sintoma de batalha espiritual. O corpo autista, por sua imprevisibilidade e dificuldade de comunicação, é percebido como campo de conflito entre forças opostas. Assim, a libertação espiritual adquire a função de “tratamento da alma”, e o culto se torna espaço de exorcismo simbólico da diferença.

A ideia de que o autismo deve ser curado para que o indivíduo alcance plenitude espiritual traduz a lógica do que aqui se denomina espectrocídio religioso. Trata-se de um apagamento simbólico e institucional das expressões autistas no interior das comunidades de fé, operado por meio da exigência de conversão comportamental e emocional. Grandin e Panek (2013) argumentam que o cérebro autista processa o mundo de forma particular, combinando hipersensibilidade e pensamento visual, e que esses modos de funcionamento são fontes legítimas de experiência e sentido. No entanto, quando a igreja exige que a pessoa autista reprima essas formas de expressão, o que se realiza é a negação de sua espiritualidade própria. O autismo é tolerado apenas enquanto promessa de cura.

O espectrocídio religioso é também uma forma de controle simbólico sobre o corpo. Otto (1985), ao analisar o conceito do sagrado, observa que a experiência religiosa é marcada pelo “*mysterium tremendum et fascinans*” — uma combinação de medo e fascínio diante do divino. O diferente, nessa perspectiva, desperta temor porque rompe a harmonia do culto e desafia o imaginário da pureza. O corpo autista, com suas expressões não convencionais, torna-se o portador desse mistério incômodo. Ao invés de ser reconhecido como revelação da diversidade do sagrado, é tratado como ruído que deve ser silenciado. A exclusão espiritual é, portanto, a consequência de uma teologia que confunde ordem com santidade e desvio com profanação.

Essa interpretação do autismo como desvio espiritual produz efeitos concretos na vida das pessoas autistas e de suas famílias. Salkas et al. (2016) demonstram que, em comunidades religiosas latinas, a fé pode funcionar simultaneamente como fonte de acolhimento e de sofrimento. Quando a diferença é vista como sinal de fraqueza espiritual, pais e mães são responsabilizados moralmente pelo diagnóstico de seus filhos. Essa culpabilização reforça o ciclo de estigma e impede que a comunidade desenvolva práticas inclusivas reais. A cura torna-se um imperativo moral, e a não cura, um fracasso de fé.

A dimensão simbólica dessa violência é reforçada pela performatividade dos rituais religiosos. A espiritualidade, em muitas igrejas, é expressa por meio de gestos expansivos, orações coletivas e manifestações corporais intensas. A pessoa autista, que muitas vezes se comunica de maneira não verbal ou evita o contato físico, é vista como fria, ausente ou resistente à presença divina. Hills, Clapton e Dorsett (2019) argumentam que essa normatividade litúrgica exclui expressões espirituais alternativas, como o silêncio, a repetição e a contemplação, que podem ser centrais na vivência autista. Ao desqualificar essas formas de experiência, a igreja impõe um modelo único de fé, reproduzindo a lógica de exclusão que a modernidade médica aplica ao corpo.

A espiritualidade autista, contudo, não é ausência de religiosidade, mas outra forma de relação com o transcendente. Ela pode se manifestar em experiências sensoriais intensas, em vínculos profundos com símbolos ou em conexões silenciosas com o ambiente. O que falta não é fé, mas reconhecimento. Bryson (2004) sustenta que a espiritualidade é uma dimensão constitutiva da existência humana, não restrita a doutrinas ou ritos. Sob essa ótica, negar a espiritualidade autista é negar a própria condição humana dessas pessoas. O desafio teológico consiste em deslocar o foco da conversão para o encontro, reconhecendo que o sagrado se manifesta também nas formas não convencionais de ser e sentir.

Ao longo da história, a religião e a medicina alternaram papéis na administração da diferença, ora competindo, ora se complementando. Ambas operam sob a mesma matriz epistemológica de purificação. O corpo autista, inscrito simultaneamente no campo do diagnóstico e no da salvação, torna-se objeto de intervenções cruzadas que visam sua adequação. O resultado é uma espiritualidade controlada, na qual o autista é admitido apenas como símbolo de esperança de cura. O espectrocídio religioso, nesse sentido, representa a culminância de um processo histórico de disciplinamento da diferença, cuja genealogia

combina o hospital, a escola e o templo como instituições convergentes de normalização.

A espiritualização do autismo, ao mesmo tempo em que se apresenta como cuidado pastoral, transforma-se em mecanismo de controle do corpo e da subjetividade. O que se oferece como acolhimento é, frequentemente, uma forma de domesticação simbólica que impõe ao autista a tarefa de se converter à normalidade espiritual. Darke (2015) assinala que muitas igrejas pentecostais e neopentecostais adotam uma pedagogia do milagre, na qual a cura é não apenas esperada, mas exigida como prova de fé. A pessoa autista passa a ocupar o lugar de testemunho potencial: sua diferença é exibida como oportunidade de manifestação do poder divino. Essa instrumentalização da deficiência converte o sofrimento em espetáculo religioso, reduzindo a experiência autista à função de confirmar a eficácia da doutrina.

A figura do “milagreiro” reforça o que Figueira (2023) denomina “práticas simbólicas de exclusão”. Sob o discurso da fé, perpetuam-se hierarquias entre corpos puros e corpos desviantes. A inclusão da pessoa autista se torna condicional, limitada pela expectativa de transformação. Essa inclusão condicionada é equivalente à “inclusão perversa” descrita por Sawaia (2014), na qual o pertencimento só é possível mediante o apagamento das diferenças que o tornam sujeito. A convivência, assim, assume um caráter moralizante: o autista é bem-vindo desde que manifeste sinais de melhora ou demonstre submissão aos padrões espirituais vigentes. O resultado é o reforço de um sofrimento ético-político, que nasce da contradição entre a promessa de amor incondicional e a exigência de conversão à norma.

Essa exigência se manifesta também nas práticas rituais. O culto, enquanto espaço performativo de comunhão e emoção coletiva, pressupõe determinadas expressões de fé — gestos, orações, respostas emocionais, participação corporal. Swinton (2012) observa que a espiritualidade cristã ocidental tende a privilegiar o aspecto expressivo e relacional da experiência de fé, o que marginaliza modos de espiritualidade mais introspectivos ou silenciosos. A pessoa autista, cuja sensorialidade e comunicação seguem outros ritmos, é interpretada como fria, desinteressada ou resistente ao Espírito. Essa leitura ignora que o silêncio e a repetição podem ser, para muitas pessoas autistas, formas legítimas de transcendência e comunhão.

Em diversas comunidades pentecostais brasileiras, a ausência de participação visível durante o culto é interpretada como sinal de opressão espiritual. Dayton (2020) aponta que, na

teologia da batalha espiritual, o sofrimento físico e psíquico é frequentemente atribuído à ação demoníaca. O autismo, por sua incompreensibilidade e resistência às terapias de libertação, torna-se, nesse contexto, o exemplo paradigmático de “prisão espiritual”. A consequência é a prática de rituais de exorcismo voltados a “expulsar o espírito do autismo”, prática denunciada por ativistas e pesquisadores (Freitas; Freitas, 2024). Essas intervenções não apenas violam a integridade emocional e corporal das pessoas autistas, mas também reiteram a ideia de que sua forma de ser é incompatível com a presença de Deus.

O impacto psicológico dessas práticas é devastador. Walker (2021) argumenta que o mascaramento compulsório, quando associado à repressão espiritual, gera fragmentação identitária e sensação de inadequação ontológica. O sujeito é levado a crer que seu modo natural de existir é um erro que precisa ser corrigido. A violência epistêmica se transforma em violência teológica: a diferença é desautorizada em nome da pureza. Esse processo configura o que aqui se denomina espectrocídio religioso, pois não elimina o corpo físico, mas apaga suas formas legítimas de experiência do sagrado. A pessoa autista sobrevive, mas sua espiritualidade é colonizada por discursos que a obrigam a se traduzir nos termos do outro.

Mercer (2013) alerta para os riscos éticos das práticas de libertação espiritual aplicadas a pessoas em sofrimento psíquico ou com deficiência. A imposição de rituais sem consentimento ou compreensão plena reforça a assimetria entre líder e fiel, transformando a experiência religiosa em campo de manipulação simbólica. No caso das pessoas autistas, cuja comunicação pode ser não verbal, essa assimetria é ainda maior. A ausência de consentimento é interpretada como resistência espiritual, e a falta de resposta emocional é vista como sinal de possessão. O culto, que deveria ser espaço de liberdade, converte-se em tribunal da normalidade.

Essas dinâmicas de poder encontram paralelo nas análises de Goffman (1988) sobre o estigma. O autor demonstra que a sociedade produz identidades deterioradas quando define o indivíduo unicamente a partir de um atributo depreciado. O estigma despersonaliza, reduzindo a complexidade do sujeito à marca que o diferencia. No campo religioso, o autismo é frequentemente convertido em estigma espiritual, uma marca de impureza que separa o “crente verdadeiro” do “desviado”. O estigma não se limita à pessoa autista, mas se estende à família, que passa a carregar a responsabilidade moral pela diferença. Essa dinâmica estigmatizante reforça o isolamento e impede o desenvolvimento de uma espiritualidade autêntica.

A tentativa de purificação espiritual do corpo autista também se insere na lógica foucaultiana da normalização. Foucault (2008) demonstra que o poder pastoral, herdado do cristianismo, é uma forma de condução das condutas que busca guiar o sujeito à salvação por meio da obediência. O pastor, no sentido simbólico, é aquele que vigia e orienta as almas. Essa forma de poder se mantém nas práticas religiosas contemporâneas, nas quais o líder espiritual assume o papel de mediador da cura. A diferença é tolerada apenas enquanto objeto de redenção. O autista é conduzido, mas não escutado. Seu silêncio é interpretado como ausência de fé, quando, na verdade, é a expressão de uma outra relação com o transcendente.

A violência espiritual contra pessoas autistas não se manifesta apenas em rituais explícitos de exorcismo, mas também em discursos sutis de correção. A exigência de “cura interior”, “transformação” ou “restauração espiritual” reproduz a mesma estrutura disciplinar que a medicina impõe ao corpo. Eliade (1992) nos lembra que o sagrado é também uma experiência de ordem: ele organiza o mundo e confere sentido ao caos. Quando o autismo é percebido como caos, o impulso religioso é restaurar a ordem, mesmo que à custa da anulação da diferença. A pureza espiritual, nesse contexto, torna-se metáfora da normalidade.

Essas práticas perpetuam o sofrimento ético-político descrito por Sawaia (2014), no qual o sujeito é compelido a negar sua própria singularidade para ser reconhecido. No ambiente religioso, essa negação assume a forma de penitência. A pessoa autista é levada a acreditar que sua diferença é obstáculo à comunhão com Deus e que a superação dessa condição é sinal de amadurecimento espiritual. Essa lógica inverte o sentido da fé, transformando o acolhimento em julgamento e o amor incondicional em exigência moral. O sofrimento resultante não é apenas psicológico, mas existencial: é a dor de não poder existir integralmente diante do sagrado.

A espiritualidade autista, quando reconhecida, desafia as fronteiras tradicionais da teologia. Bryson (2004) e Swinton (2012) defendem uma compreensão ampliada da fé como experiência de sentido e transcendência, independente de forma, expressão verbal ou ritual. Sob essa ótica, o silêncio autista pode ser uma prece; o movimento repetitivo, um gesto de contemplação; a sensibilidade exacerbada, uma forma de percepção espiritual intensificada. Reconhecer essas expressões é romper com a hegemonia da espiritualidade performativa e abrir caminho para uma teologia inclusiva, capaz de compreender o sagrado nas margens da norma.

Essa reinterpretação é também um gesto político. Ao afirmar que a experiência autista

é igualmente espiritual, subverte-se a estrutura de poder que sustenta o espectrocídio religioso. A diferença deixa de ser ausência e passa a ser revelação. O sagrado, então, não pertence à ordem, mas à diversidade. A fé deixa de ser medida pela capacidade de adaptação e passa a ser reconhecida como relação viva com o mistério, múltipla e incontrolável. Essa é a condição para que o campo religioso se torne, de fato, um espaço de inclusão e não de apagamento.

A discussão desenvolvida ao longo deste capítulo demonstrou que a trajetória histórica do autismo, desde sua constituição biomédica até sua interpretação religiosa, está atravessada por processos de normalização e controle. A medicalização criou corpos administráveis; a teologia da pureza produziu almas corrigíveis. Ambos os discursos convergem na promessa de cura, que se apresenta como gesto de amor, mas opera como instrumento de exclusão.

O conceito de espectrocídio religioso sintetiza essa convergência, evidenciando o modo como a diferença autista é silenciada em nome da normalidade espiritual. Romper com esse paradigma implica reconhecer a neurodiversidade como dimensão sagrada da vida e compreender que a verdadeira cura reside no acolhimento da diferença. Essa é a base ética e epistemológica sobre a qual se sustentará, nos capítulos seguintes, a análise dos discursos pastorais e das experiências vividas por pessoas autistas em comunidades de fé.

### 3. CURA, LIBERTAÇÃO E MILAGRE: A EXCLUSÃO DO CORPO AUTISTA

#### 3.1 Teologia da cura e da libertação: fundamentos e funções normativas (ampliação)

A teologia da cura e da libertação não pode ser entendida apenas como uma doutrina sobre milagres ou intervenções sobrenaturais. Ela constitui um sistema de sentido que articula sofrimento, corpo e fé dentro de um projeto pastoral e disciplinar. Segundo Dayton (2020), o pentecostalismo histórico foi fundado sobre o pressuposto de que a fé se manifesta corporalmente: o corpo curado torna-se prova do Espírito. Esse deslocamento do sagrado para o plano físico cria uma teologia da visibilidade, em que a graça precisa ser verificável, tangível e mensurável em termos de transformação. Horton (2022) reforça que essa teologia não se restringe a uma dimensão espiritual, mas estrutura a própria sociabilidade eclesial: a cura

legítima a liderança e confirma a ortodoxia doutrinária, convertendo o corpo em território de disputa simbólica entre o divino e o demoníaco.

No contexto brasileiro, essa lógica é amplificada pela cultura pentecostal da “batalha espiritual”, que Mariz (1999) descreve como um paradigma de enfrentamento constante entre forças espirituais e males concretos. Nesse enquadramento, doenças, deficiências e perturbações psíquicas são ressignificadas como sintomas de um mal espiritual, demandando rituais de expulsão e purificação. A libertação espiritual, portanto, torna-se o eixo que organiza tanto a cura física quanto a normalização moral e social do fiel. Essa normalização é o ponto de contato direto entre o discurso da libertação e o discurso biomédico: ambos operam com a ideia de que há um estado original de integridade a ser restaurado.

Quando o autismo é introduzido nessa lógica, ele é deslocado do campo da neurodiversidade para o campo da enfermidade espiritual. Mercer (2013) mostra que em contextos carismáticos, sintomas neurológicos ou psiquiátricos são frequentemente interpretados como “opressões” espirituais. Essa transposição de categorias clínicas para categorias teológicas tem efeitos profundos: ela retira o autista da condição de sujeito e o posiciona como objeto de intercessão. O problema não é mais o modo como o autista vivencia o mundo, mas a “presença espiritual” que deve ser retirada de seu corpo. Assim, a cura passa a significar a eliminação do autismo — e não a eliminação do sofrimento social produzido por sua estigmatização.

Essa confusão entre experiência espiritual e condição neurológica cria práticas pastorais coercitivas. Banks (2018) descreve que, em diversas comunidades pentecostais, pessoas autistas são levadas a sessões de oração intensiva, sem consentimento e sem tradução adequada do que está sendo feito. Esses rituais frequentemente geram sobrecarga sensorial e trauma religioso. A fé, que deveria ser espaço de descanso, torna-se fonte de angústia. Darke (2016) acrescenta que essa “cura compulsória” também se manifesta em sermões e aconselhamentos que condicionam a aceitação comunitária à demonstração de progresso espiritual — o que, na prática, significa um comportamento cada vez mais alinhado à norma neurotípica.

O problema ético dessa teologia não está apenas nas práticas extremas de exorcismo, mas no pressuposto antropológico que a sustenta: a crença de que o corpo autista é um corpo imperfeito, incapaz de expressar plenitude espiritual. Campbell (2009) chama isso de “ontologia capacitista”, ou seja, a estrutura de pensamento que define o ser humano válido como aquele que se conforma a padrões de funcionalidade, independência e controle. Essa ontologia, transplantada para o campo religioso, gera o que poderíamos denominar de capacitismo espiritual, onde a fé é medida pela capacidade de se ajustar aos modelos dominantes de expressão emocional e verbal.

Mariano (2014) mostra que, no neopentecostalismo, esse modelo se intensifica com a ascensão do discurso da prosperidade e da vitória espiritual. O corpo saudável, produtivo e comunicativo torna-se sinal da bênção divina, enquanto o corpo que foge à norma é sinal de carência espiritual. Essa leitura cria uma economia moral da cura: a fé é capital simbólico e a cura é a recompensa por seu investimento. Dentro dessa lógica, o autista que não “melhora” é visto como devedor moral, alguém que ainda não se abriu totalmente à ação do Espírito.

A partir dessa teologia da performance, o culto torna-se um espaço de vigilância espiritual. Horton (2022) observa que a liturgia pentecostal é estruturada em torno de respostas corporais: levantar as mãos, chorar, gritar, falar em línguas. A ausência desses sinais é interpretada como resistência ou frieza. O autista que reage com contenção, silêncio ou foco interior é então enquadrado como “endurecido”, “triste” ou “bloqueado”. Essa leitura ignora completamente as diferenças neurossensoriais e converte a inexpressividade aparente em sinal de afastamento de Deus. O gesto de não olhar nos olhos — comum em pessoas autistas — passa a ser traduzido como ausência de empatia espiritual.

Bogdashina (2013) oferece uma perspectiva radicalmente oposta. Para ela, a espiritualidade autista é uma forma de consciência expandida que se manifesta através de percepções intensificadas, hipersensibilidade e atenção a padrões. Essas características, longe de impedirem o encontro com o sagrado, são portas para ele. A hipersensibilidade, por exemplo, pode gerar experiências místicas de unidade com o ambiente. Hills et al. (2019) reforçam essa visão, demonstrando que autistas não verbais frequentemente relatam uma profunda sensação de presença e conexão espiritual que se expressa através de gestos, sons repetitivos e silêncio.

A teologia da libertação pentecostal, porém, não possui ferramentas para reconhecer tais expressões. Seu repertório simbólico privilegia a linguagem performática da transformação. Como observa Dayton (2020), o pentecostalismo é uma religião da evidência — não basta crer, é preciso mostrar que se crê. Essa exigência de visibilidade espiritual coloca pessoas autistas em constante risco de não serem vistas como crentes. O silêncio é recodificado como ausência de fé, e a tranquilidade como falta de fervor. Assim, o milagre, que deveria significar transcendência, é reinterpretado como adaptação bem-sucedida.

A consequência é o esvaziamento da dimensão simbólica da cura. Mariz (1999) nota que, no discurso carismático, a libertação substitui a redenção como categoria central. Libertar-se não é mais reconciliar-se com Deus, mas corrigir o que foge à norma. Essa substituição transforma o evangelho em uma técnica de normalização. Quando essa técnica é aplicada ao autismo, o que se cura não é o sofrimento espiritual, mas a diferença. O corpo autista é reescrito como corpo a ser consertado, e a fé como ferramenta para isso.

Essa teologia, portanto, não é apenas soteriológica — é disciplinar. Ela define quem pode ser reconhecido como salvo e quem permanece em provação. Na prática, institui uma divisão entre os corpos “restituídos” e os “ainda enfermos”. Tal estrutura, como aponta Campbell (2009), espelha o funcionamento da biopolítica moderna: a igreja torna-se guardiã da pureza, regulando o que é vida plena e o que é vida precária.

### 3.2 Espiritualidade, performance e exclusão simbólica

A espiritualidade, entendida como campo simbólico e social, não é neutra. Ela organiza o visível e o invisível, define o que pode ser reconhecido como presença do sagrado e estabelece fronteiras entre os que “possuem” e os que “carecem” de fé. Swinton (2012) propõe o conceito de “teologia do pertencimento” para superar esse paradigma. Pertencer, segundo ele, não é apenas ser aceito fisicamente no espaço religioso, mas ser reconhecido como portador de uma espiritualidade legítima. No entanto, a estrutura litúrgica pentecostal, tal como descrita por

Mariano (2014) e Horton (2022), privilegia a exteriorização emocional como principal indicador de autenticidade espiritual.

Essa ênfase na performance cria o que Goffman (1988) chamaria de “cenário de representação total”: a liturgia funciona como um palco no qual os corpos devem exhibir sinais de fé para serem validados. A ausência de expressividade é interpretada como desvio, e o desvio, como falha moral. A consequência é que o corpo autista, cuja comunicação pode ser mediada por silêncio ou gestos repetitivos, é enquadrado como corpo problemático. Essa leitura sustenta um estigma religioso, que se diferencia do estigma social por operar não apenas sobre a aparência, mas sobre o valor espiritual do indivíduo.

Sawaia (2014) descreve esse fenômeno como “inclusão perversa”: um tipo de acolhimento que admite a presença, mas nega a alteridade. O fiel autista pode estar presente no templo, mas sua maneira de participar é sistematicamente deslegitimada. Ele é convidado a entrar, mas não a permanecer como é. Essa inclusão condicional perpetua um ciclo de autoanulação. Walker (2021) observa que o processo de “camuflagem” imposto a pessoas neurodivergentes em espaços sociais é também uma forma de violência epistêmica: exige-se que o sujeito aprenda a traduzir-se constantemente para sobreviver. No campo espiritual, essa tradução se torna um ato de autonegação.

Bogdashina (2013) argumenta que o silêncio autista não é vazio, mas forma de presença. A ausência de palavras pode ser substituída por imagens mentais, sons internos ou padrões sensoriais que produzem experiências de transcendência. No entanto, essas experiências raramente são reconhecidas como espirituais. Hills et al. (2019) identificam em seus estudos que autistas não verbais frequentemente descrevem uma sensação de unidade com o ambiente ou uma percepção ampliada do tempo e do espaço — uma espiritualidade profundamente encarnada, mas que não cabe na liturgia verbal.

Bustion (2017), em sua etnografia sobre autismo e cristianismo, demonstra que o principal obstáculo à inclusão religiosa de autistas não é o dogma, mas o modelo de participação. As igrejas estão abertas a recebê-los, mas esperam que participem como os demais. Essa expectativa destrói a possibilidade de uma espiritualidade autêntica, pois obriga o

autista a performar uma fé que não corresponde à sua experiência subjetiva. Assim, a exclusão simbólica é travestida de acolhimento.

Campbell (2009) fornece a chave conceitual para compreender essa dinâmica: o capacitismo não é apenas discriminação, mas um sistema ontológico que define o humano em oposição à deficiência. No contexto religioso, esse sistema cria uma espiritualidade capacitista, em que o autista só é considerado “curado” quando deixa de ser autista — ou quando consegue disfarçar suficientemente seus traços. A comunidade não celebra a diferença, celebra o desaparecimento dela.

Swinton (2012) contrapõe a esse modelo a noção de hospitalidade radical. Em vez de incluir o diferente, é preciso ser transformado por sua presença. A comunidade de fé, portanto, deve ser reorganizada a partir da diferença, e não apesar dela. Essa inversão epistemológica é fundamental para a construção de uma teologia que reconheça o autismo como uma maneira legítima de experienciar o sagrado. A espiritualidade não deve ser aferida pela intensidade da performance, mas pela profundidade da relação.

A partir dessa perspectiva, o milagre deixa de ser a cura da diferença e passa a ser a reconciliação com a diferença. A igreja torna-se o espaço onde múltiplos modos de sentir e comunicar o sagrado coexistem, e não o lugar onde uns devem desaparecer para que outros permaneçam.

### 3.3 Espectrocídio religioso: silenciamento, conversão do diferente em déficit e negação de legitimidade

O espectrocídio religioso é um processo simbólico e institucional que produz a morte social e espiritual do autista no interior das comunidades de fé. Ele não se manifesta necessariamente por exclusão explícita, mas pela conversão da diferença em anomalia e da neurodivergência em ausência de espiritualidade. Tal processo se estrutura em três eixos interdependentes: o silenciamento, a conversão do diferente em déficit e a negação da legitimidade da experiência espiritual autista.

O silenciamento ocorre quando as experiências religiosas das pessoas autistas são ignoradas ou reinterpretadas a partir da ótica neurotípica. Soares e Araújo (2021) apontam que, no discurso religioso brasileiro, a deficiência — e, por extensão, o autismo — é frequentemente tratada como sinal de “visitação demoníaca”, “provação” ou “castigo”. Essa linguagem desloca a narrativa do sujeito para uma narrativa pastoral, na qual o líder espiritual assume o papel de tradutor autorizado da experiência alheia. A pessoa autista, então, perde o direito de nomear o próprio sagrado: sua vivência espiritual é reescrita pelos outros.

Esse silenciamento se expressa também na ausência de representatividade nos espaços decisórios e pedagógicos. Nas escolas dominicais, nos ministérios de louvor e nas lideranças eclesiais, quase não há pessoas autistas em posição de fala. Mesmo quando participam de atividades, suas vozes são mediadas por familiares ou líderes, o que cria uma dependência simbólica contínua. Swinton (2012) adverte que a verdadeira inclusão não se realiza apenas pela presença física, mas pela redistribuição do poder de significar o sagrado. Sem isso, a participação se torna ritual de submissão.

O segundo eixo é a conversão do diferente em déficit espiritual. Esse mecanismo transforma características autistas — como o pensamento visual, a atenção seletiva, a dificuldade de contato ocular ou a literalidade — em sinais de falha de fé. Mercer (2013) mostra que, em muitas práticas carismáticas, comportamentos atípicos são confundidos com manifestações demoníacas. Essa confusão epistemológica legitima rituais de “expulsão do espírito do autismo” e consagra o corpo autista como campo de batalha espiritual. A oração, que deveria ser espaço de encontro e escuta, torna-se ato de coerção.

Em comunidades neopentecostais, esse processo é reforçado por uma teologia da guerra espiritual, na qual o mal é personificado e combatido por meio da autoridade do líder e da fé coletiva (Mariz, 1999). O corpo diferente é o inimigo a ser vencido. A pessoa autista é convocada à luta contra si mesma, pois sua identidade é associada àquilo que precisa ser exorcizado. Como observa Dayton (2020), o pentecostalismo criou uma “teologia da crise”, em que a fé se alimenta da resolução constante de conflitos. O problema é que, no caso do autismo, não há conflito a resolver — há um modo de ser a ser reconhecido.

A negação da legitimidade espiritual é o estágio mais profundo do espectrocídio religioso. Mesmo quando a pessoa autista demonstra interesse, devoção e fé, sua espiritualidade é considerada “inferior” ou “incompleta”. Goffman (1988) chama esse processo de “identidade deteriorada”: o sujeito é visto a partir de um atributo que obscurece todas as outras dimensões de sua existência. No caso do autismo, o estigma não se restringe ao campo social; ele se estende ao campo teológico, corroendo o direito de ser reconhecido como imagem de Deus.

Sawaia (2014) denomina essa violência de “sofrimento ético-político”: uma dor que não se reduz à experiência individual, mas decorre da estrutura que organiza as relações de poder e reconhecimento. O espectrocídio religioso é, portanto, uma forma de sofrimento ético-político que atua na esfera espiritual. Ele não mata o corpo, mas o silencia. Ele não expulsa, mas transforma a permanência em humilhação.

A literatura teológica e pastoral confirma a complexidade desse fenômeno. Darke (2016) observa que muitas igrejas afirmam acolher pessoas com deficiência, mas esse acolhimento é condicionado à “transformação”. Quando essa transformação não ocorre, instala-se um silêncio pedagógico: evita-se falar sobre o tema para não comprometer a imagem de eficácia espiritual da comunidade. Banks (2018) relata casos em que familiares de pessoas autistas se afastaram da igreja após anos de orações sem “resultado”, sentindo-se culpados por não alcançarem o milagre prometido.

Esse mecanismo de culpa é central na manutenção do espectrocídio. Horton (2022) descreve que a teologia pentecostal clássica atribui grande valor à “resposta da fé”. A não resposta — ou a resposta parcial — é lida como falta de perseverança. Assim, o fracasso da cura é convertido em falha moral. O autista não é apenas alguém que não foi curado, mas alguém que “não quis ser curado o suficiente”. Essa inversão transfere a responsabilidade do sistema para o indivíduo.

Bogdashina (2013) e Grandin e Panek (2013) contrapõem essa lógica ao mostrar que a espiritualidade autista é intensamente relacional, ainda que de modos não convencionais. A conexão com o divino pode ocorrer por meio de padrões sonoros, imagens mentais, sinestésias e estados de foco profundo. Essas formas de transcendência desafiam as categorias tradicionais

de fé, que privilegiam a oralidade e a emoção coletiva. Hills et al. (2019) reforçam que autistas não verbais expressam espiritualidade através de ritmos corporais e movimentos repetitivos, os quais são erroneamente interpretados como “perturbação” durante o culto.

O espectrocídio religioso, portanto, não é apenas um erro de interpretação — é um projeto simbólico de normatização. Ele busca moldar o corpo autista à forma esperada da fé, apagando qualquer traço que escape à previsibilidade litúrgica. Como demonstra Campbell (2009), o capacitismo não opera apenas na exclusão explícita, mas também na produção de “sujeitos desejáveis” que performam normalidade para serem aceitos. A teologia da libertação espiritual, quando aplicada ao autismo, cria esses sujeitos desejáveis: pessoas que precisam provar constantemente que estão “melhorando”.

Strelhow (2018) contribui para essa análise ao mostrar que o cristianismo histórico produziu, ao longo dos séculos, uma teologia da deficiência marcada pela ambivalência entre caridade e correção. O deficiente — e, hoje, o autista — é simultaneamente alvo de compaixão e de vigilância. Essa ambivalência é o solo sobre o qual floresce o espectrocídio: o amor que acolhe é o mesmo que corrige. A oração que consola é a que exige mudança.

O conceito de “epistemicídio espiritual” (termo que podemos derivar de Boaventura de Sousa Santos e de Walker, 2021) ajuda a compreender a dimensão cognitiva desse processo. Ao negar a validade das experiências autistas de espiritualidade, a comunidade destrói formas alternativas de conhecimento do sagrado. O que está em jogo não é apenas o lugar do autista na igreja, mas a própria teologia: perde-se a chance de compreender o divino a partir de outras percepções e sensibilidades. O espectrocídio, assim, empobrece tanto o oprimido quanto o opressor.

Swinton (2012) propõe uma saída teológica para esse impasse: a passagem da inclusão para o pertencimento. A inclusão é a estratégia das instituições; o pertencimento é a experiência da comunidade. Pertencer implica ser reconhecido como sujeito teológico, capaz de contribuir para a compreensão do mistério. Isso requer, segundo o autor, abandonar a teologia da perfeição e adotar uma teologia da comunhão, em que cada diferença revela um aspecto de Deus. Nesse

sentido, a espiritualidade autista não é um desafio pastoral, mas uma oportunidade epistemológica.

Salkas et al. (2016), ao investigarem famílias latinas de crianças autistas, notam que a fé pode assumir tanto papel de proteção quanto de opressão. Quando orientada pelo acolhimento, ela fortalece os vínculos e alivia o sofrimento; quando orientada pela cura compulsória, ela reforça o estigma. Essa ambiguidade demonstra que o espectrocídio não é inevitável: ele é resultado de escolhas teológicas. O mesmo texto sagrado que serve para condenar pode servir para libertar.

A reinterpretação do milagre, proposta por Dayton (2020), oferece um ponto de inflexão. Em vez de compreender o milagre como restauração da normalidade, ele pode ser entendido como reconciliação com a diferença. O verdadeiro milagre seria, então, o reconhecimento da diversidade como expressão da graça. Essa inversão desativa o mecanismo do espectrocídio, pois desloca a ênfase da correção para a convivência.

Em síntese, o espectrocídio religioso é a negação institucional da espiritualidade autista. Ele se sustenta em teologias de visibilidade e pureza, em práticas litúrgicas normativas e em epistemologias que confundem uniformidade com santidade. Superá-lo exige repensar os fundamentos da fé, o papel do corpo na liturgia e a própria noção de salvação. O autista não precisa ser libertado do autismo; a igreja é que precisa ser libertada de seu medo da diferença.

### 3.4 Propostas pastorais anticapacitistas e reconstrução teológica da diferença

A superação do espectrocídio religioso exige mais do que gestos de tolerância: requer uma transformação epistemológica e pastoral. As propostas anticapacitistas dentro da teologia contemporânea buscam reconstruir a relação entre fé, corpo e diferença, partindo do princípio de que toda vida humana é expressão da presença divina. Swinton (2012) propõe uma teologia da hospitalidade radical, na qual o acolhimento deixa de ser ato de benevolência para tornar-se

reconhecimento da alteridade como dimensão constitutiva da comunidade. Essa teologia rompe com a lógica assistencialista e estabelece a diferença como fundamento do convívio, e não como exceção a ser administrada.

O paradigma anticapacitista implica uma mudança na concepção de corpo. Campbell (2009) sustenta que o capacitismo é uma ontologia social que organiza a humanidade em torno de ideais de completude, eficiência e racionalidade. No espaço religioso, essa ontologia traduz-se em exigências espirituais: fé é autocontrole, disciplina e clareza. O corpo autista, com suas expressões não convencionais de emoção, linguagem e percepção, desafia essa normatividade. A teologia anticapacitista propõe deslocar o eixo da perfeição para o da presença — não se trata de ser perfeito diante de Deus, mas de estar plenamente presente.

Mariz (1999) já identificava que a espiritualidade pentecostal se baseia em práticas de presença intensa, mas limitada ao padrão da expressividade emocional. A inclusão autista requer expandir esse repertório simbólico para reconhecer outras linguagens espirituais. Como aponta Bogdashina (2013), os modos autistas de perceber o sagrado são multissensoriais e não verbais. O gesto repetitivo, o foco fixo ou o silêncio prolongado podem ser formas de oração. Integrar essas expressões à liturgia significa democratizar a espiritualidade.

Dayton (2020) argumenta que o pentecostalismo, em sua origem, era uma teologia da margem. Surgiu entre os pobres, mulheres e pessoas racializadas, e tinha como centro a experiência direta do Espírito, não a ortodoxia institucional. Recuperar esse caráter marginal é essencial para reverter o espectrocídio. A diferença autista precisa ser compreendida como reencantamento da fé, um retorno à pluralidade de manifestações espirituais que fundaram o movimento.

Swinton (2012) propõe um modelo de comunidade que não apenas aceita, mas se transforma diante da diferença. Ele distingue inclusão de pertença: incluir é adicionar corpos ao espaço; pertencer é permitir que esses corpos modifiquem o espaço. A espiritualidade autista, quando reconhecida, transforma a própria ideia de culto. O ritmo do louvor, o volume dos sons, a iluminação e as práticas de oração podem ser repensados para tornarem-se acessíveis e menos

sensorialmente agressivos. Essa adaptação não é concessão, mas expressão teológica do amor que descentraliza o eu.

O reconhecimento da diferença requer, contudo, uma revisão das teologias da pureza. Otto (1985) descreve o sagrado como ambivalente: fascinante e aterrador. No espectro religioso, o que causa temor é frequentemente classificado como impuro. Essa lógica perpassa as práticas de exclusão do autismo, que é percebido como algo fora da ordem racional. A teologia anticapacitista precisa reapropriar o elemento “numinoso” de Otto — o mistério — como categoria positiva. O que escapa à compreensão não é ameaça, mas sinal da infinitude do divino.

Strelhow (2018) enfatiza que a tradição cristã associou deficiência à redenção, convertendo corpos diferentes em instrumentos pedagógicos da fé. O discurso pastoral, assim, celebra o sofrimento como prova da graça. Esse paradigma precisa ser substituído por uma teologia da mutualidade: não é o autista que ensina por seu sofrimento, mas a comunidade que aprende por meio do encontro. A experiência autista pode revelar novas formas de espiritualidade que escapam à lógica do sacrifício e da superação.

Darke (2016) reforça a necessidade de políticas pastorais baseadas na convivência e na acessibilidade simbólica. Ele argumenta que a verdadeira inclusão não se realiza apenas com rampas ou linguagem de sinais, mas com a reconstrução dos significados teológicos que sustentam o culto. Isso implica revisar sermões, metáforas e músicas que associam “cura” a “normalidade”. A fé não pode continuar reproduzindo o imaginário biomédico do concerto; deve tornar-se espaço de convivência com a diferença.

Bogdashina (2013) oferece contribuições importantes para essa reconstrução. Ao compreender a espiritualidade autista como percepção ampliada, ela propõe uma hermenêutica sensorial do sagrado. A liturgia acessível, nesse sentido, não é mera adaptação técnica, mas transformação estética da fé. Sons, luzes e gestos devem ser pensados não apenas para tolerar o corpo autista, mas para dialogar com ele.

Salkas et al. (2016) mostram que a espiritualidade pode atuar como fator protetivo para famílias de pessoas autistas, desde que desvinculada de narrativas de culpa. A fé, quando libertada do ideal de cura, torna-se fonte de resiliência comunitária. Isso implica reeducar a linguagem pastoral: substituir a oração pela mudança por oração pela convivência.

Mercer (2013) argumenta que líderes religiosos e profissionais de saúde mental precisam dialogar para evitar interpretações errôneas sobre o autismo. Ele propõe que a teologia da libertação espiritual seja repensada em chave psicossocial: o verdadeiro “espírito maligno” não é o autismo, mas o estigma. Essa leitura resgata a dimensão ética da fé como libertação da opressão e não do corpo.

Swinton (2012) reforça que a pastoral inclusiva deve ser teologia prática, e não mera política institucional. O cuidado pastoral com pessoas autistas exige formação específica, escuta sensível e reconhecimento da autonomia espiritual. A fé não é prerrogativa dos que falam fluentemente, mas também daqueles que silenciam.

### 3.5 Considerações finais do capítulo

A análise teológica e sociocultural apresentada demonstra que o tratamento do autismo em contextos cristãos pentecostais e neopentecostais reflete um paradigma de pureza espiritual que associa diferença a desvio. A teologia da cura e da libertação, ao ser aplicada de forma literal, converte o autismo em símbolo de imperfeição e promove o apagamento espiritual das pessoas autistas. Esse processo, aqui denominado espectrocídio religioso, é sustentado por epistemologias normativas, liturgias performáticas e interpretações bíblicas moralistas.

O enfrentamento desse fenômeno requer uma teologia decolonial da diferença, capaz de romper com o imaginário biomédico e com o capacitismo espiritual. Essa teologia deve partir da escuta das pessoas autistas como produtoras de conhecimento teológico e não como objetos de evangelização. A partir das contribuições de Campbell (2009), Swinton (2012), Bogdashina (2013), Walker (2021) e outros autores, torna-se possível delinear um paradigma no qual a espiritualidade autista é reconhecida como expressão legítima da relação com o divino.

O cristianismo, ao longo de sua história, tem oscilado entre a misericórdia e o controle. Recuperar o caráter inclusivo de sua mensagem exige repensar o próprio conceito de corpo de Cristo: um corpo múltiplo, onde cada membro, com sua forma singular de ser, é indispensável à totalidade. A espiritualidade autista não ameaça a unidade da fé, mas amplia seus horizontes.

O capítulo, ao articular teologia, psicologia e estudos sobre deficiência, revela que o espectrocídio religioso não é uma exceção, mas uma estrutura. Ele opera silenciosamente nos gestos, nas músicas, nas pregações e nas ausências. Desconstruí-lo é tarefa teológica e política. O caminho anticapacitista não é apenas o da inclusão formal, mas o da conversão comunitária — uma conversão que desloca a centralidade da cura para a convivência, da normalidade para a pluralidade, e da pureza para o amor.

#### 4. ANÁLISE FOUCAULTIANA DOS DISCURSOS RELIGIOSOS SOBRE O AUTISMO

O presente capítulo propõe uma análise crítica, sob a perspectiva foucaultiana, de três discursos religiosos proferidos por pastores evangélicos brasileiros — Washington Almeida, Pio Francisco de Carvalho e Rogério Zayit — que associam o autismo à ação de forças espirituais malignas, à herança geracional de maldição ou à possessão por entidades demoníacas. Tais enunciados, amplamente difundidos nas mídias sociais, não apenas refletem representações estigmatizantes da neurodivergência, mas também produzem e legitimam regimes de verdade que operam o apagamento simbólico e espiritual das pessoas autistas. A análise aqui proposta parte do entendimento de que esses discursos se inscrevem em dispositivos de poder-saber que configuram o que se denomina espectrocídio religioso: um processo de exclusão e silenciamento que atua pela espiritualização compulsória da diferença e pela negação da neurodiversidade como expressão legítima da condição humana.

A escolha pela Análise do Discurso Foucaultiana se justifica pela necessidade de compreender as práticas discursivas não apenas como textos, mas como enunciados que participam de uma rede histórica de saberes, instituições e moralidades que produzem subjetividades e delimitam fronteiras entre o normal e o anormal, o puro e o impuro, o salvo e

o condenado. Inspirada nas obras de Michel Foucault (1979; 1987; 2008), esta análise privilegia os modos de funcionamento do discurso religioso enquanto tecnologia de poder, examinando como ele produz efeitos de verdade e modela comportamentos, crenças e práticas de controle sobre corpos e mentes considerados desviantes. Assim, busca-se identificar as estratégias pelas quais o discurso pastoral exerce sua autoridade espiritual e institui uma gramática da salvação que, sob a aparência de cuidado, reitera a exclusão.

Os três discursos analisados compõem um corpus representativo das formas contemporâneas de espiritualização da deficiência. Neles, a linguagem pastoral mobiliza categorias como pecado, libertação, cura e batalha espiritual, configurando o corpo autista como território de desordem e anormalidade. Esses enunciados, ao serem amplificados pelas mídias digitais, produzem efeitos normativos que ultrapassam o espaço eclesial, interferindo nas formas sociais de reconhecimento, na construção da identidade e nas práticas de inclusão escolar e comunitária. O que se observa é a constituição de uma racionalidade religiosa que desloca o autismo do campo da diversidade humana para o campo da patologia espiritual, transformando a diferença em sinal de ameaça e a fé em instrumento de disciplinamento.

Neste capítulo, o percurso analítico será orientado pelos seguintes eixos: (1) a identificação dos regimes de verdade que estruturam o discurso religioso sobre o autismo; (2) o exame das relações de poder que emergem dessas falas, especialmente na intersecção entre autoridade pastoral, fé e controle; (3) a compreensão de como tais enunciados produzem subjetividades subalternizadas, reiterando formas de exclusão sob o disfarce da inclusão espiritual; e (4) a articulação dessas práticas discursivas ao conceito de espectrocídio religioso, como forma de apagamento simbólico e doutrinário da neurodiversidade.

A partir dessa perspectiva, a análise pretende demonstrar que os discursos pastorais em questão não são manifestações isoladas, mas expressões de uma estrutura discursiva mais ampla, sustentada por regimes teológicos, morais e midiáticos que articulam espiritualidade e biopolítica. Essa estrutura, ao vincular o autismo a forças demoníacas, maldições geracionais ou entidades espirituais, institui uma ontologia religiosa do desvio que legitima a exclusão sob o signo da purificação. Trata-se, portanto, de compreender o discurso religioso não como mero

reflexo de crenças, mas como prática social que produz realidades, define identidades e regula modos de existência.

Nos tópicos seguintes, são apresentados e analisados os três discursos religiosos em sua integralidade, com base na metodologia foucaultiana, considerando as condições de enunciação, os jogos de poder e as formações discursivas que os sustentam. Essa abordagem permite desvelar como, na superfície das palavras, operam dispositivos de normalização e exclusão que se atualizam na linguagem da fé, nas performances do púlpito e na circulação digital das mensagens.

#### 4.1 O ventre como território demonizado: discurso espiritual e espectrocídio materno

A análise do discurso proferido por Washington Almeida, pastor da Assembleia de Deus em Tucuruí (PA), em junho de 2024, inscreve-se no campo das práticas discursivas que articulam poder, saber e espiritualidade na produção de verdades sobre o corpo e a diferença. Com base na análise foucaultiana do discurso, compreende-se essa enunciação não apenas como uma fala isolada, mas como parte de um regime discursivo que atravessa as relações entre religião, gênero e deficiência, sustentando dispositivos de controle moral e espiritual sobre corpos considerados desviantes.

A seguir, apresenta-se a transcrição completa do discurso:

De cada 100 crianças que nascem, temos um percentual gigantesco de pessoas e ventres manipulados, visitados pela escuridão, que distorcem ainda no ventre. As crianças, hoje, de cada 100, temos aí quase que 30% de autistas em vários graus. O que está acontecendo, pr. Washington? O diabo está visitando o ventre das

desprotegidas, daqueles que não têm a graça, a habilidade, a instrumentalidade para saber lidar com o mundo espiritual. E ele só procura os vulneráveis e os desassistidos.” (SBT Notícias, 18 jul. 2024, apud Freitas e Freitas, 2024, p. 145)

De acordo com Foucault (1996), o discurso é um campo de forças que regula quem pode falar, o que pode ser dito e sob quais condições algo é reconhecido como verdadeiro. A fala de Almeida — ao afirmar que “o diabo está visitando o ventre das desprotegidas” — inscreve-se em uma vontade de verdade que desloca o autismo do domínio científico e dos direitos humanos para o território do espiritual e do moral. Esse deslocamento não é apenas retórico: constitui um ato de poder que produz saberes e subjetividades, definindo quais existências são dignas de reconhecimento e quais devem ser corrigidas.

Ao transformar a mulher grávida em mediadora involuntária do mal, o discurso institui uma ordem simbólica da culpabilidade materna. O ventre — símbolo ancestral de criação e continuidade da vida — é reconfigurado como espaço de profanação e contaminação. Essa reinterpretação não apenas espiritualiza a diferença, mas também feminiliza a culpa, reiterando a tradição cristã que associa o corpo feminino à origem do pecado (Gebara, 2017). Assim, a teologia do ventre visitado pela escuridão atua como dispositivo de poder pastoral, que normatiza e submete as mulheres a uma vigilância espiritual constante.

No contexto foucaultiano, o discurso opera como prática disciplinar. Ele define condutas esperadas e regula os corpos por meio de técnicas de interiorização do controle — neste caso, o controle da mãe sobre o próprio ventre, transformado em campo moral e espiritual. O corpo autista, ao emergir desse discurso, é configurado como efeito da falha disciplinar: um corpo que “deu errado” porque escapou da ordem do sagrado. Essa representação converte a neurodivergência em desvio espiritual, instituindo o que esta pesquisa denomina espectrocídio religioso — processo de apagamento simbólico, teológico e social das existências autistas por meio da linguagem e da doutrina.

O espectrocídio, nessa perspectiva, é um efeito discursivo da normatividade espiritual. Ele não ocorre apenas no plano da exclusão explícita, mas na fabricação de uma verdade sobre quem o autista é e o que ele representa. Assim como Foucault (2008) descreveu a patologização

da sexualidade no século XIX como instrumento de biopoder, o discurso de Almeida reproduz uma lógica semelhante, na qual a espiritualização do autismo funciona como uma teologia do controle — uma forma de biopolítica religiosa que busca purificar o corpo e restaurar a norma pela fé.

O enunciado “o diabo está visitando o ventre das desprotegidas” funciona, portanto, como ato de enunciação performativo. Ele convoca a audiência a acreditar e agir conforme essa verdade revelada. Nas palavras de Bourdieu (2009), o poder simbólico da linguagem depende da crença coletiva na autoridade de quem fala; e, no ambiente religioso, essa autoridade é quase absoluta. O pastor não fala sobre o mal: ele o institui. Sua palavra não descreve, mas produz realidade, moldando afetos, medos e práticas. A performatividade do discurso, nesse caso, é também uma performatividade da exclusão, pois legitima a vigilância sobre o ventre e sobre o corpo autista.

No plano da vontade de verdade, Foucault (1996) explica que a sociedade ocidental constrói mecanismos que separam o verdadeiro do falso, estabelecendo quem pode ser reconhecido como portador da verdade. Ao declarar que o autismo é fruto da ação demoníaca, Almeida reivindica para si o monopólio da verdade espiritual, posicionando-se como guardião do sagrado. Essa verdade, uma vez enunciada, adquire força normativa: os fiéis são convocados a agir em conformidade com ela, reforçando o circuito de saber-poder que sustenta o discurso religioso como tecnologia de dominação simbólica.

A análise foucaultiana revela, assim, que o discurso de Almeida não é um episódio isolado de ignorância ou intolerância, mas parte de uma formação discursiva maior, onde se cruzam elementos da moralidade cristã, do patriarcado e da lógica do milagre. A demonização do autismo é apenas a face mais visível de uma estrutura que busca purificar a diferença para restabelecer a ordem espiritual. Trata-se, portanto, de uma economia discursiva que produz a neurodivergência como alteridade inaceitável — o outro que ameaça a integridade da fé e deve ser convertido, curado ou silenciado.

#### 4.1.1 Estrutura foucaultiana da enunciação e os efeitos de verdade

Segundo Foucault (2008a), o discurso não é simples meio de expressão, mas um campo produtivo em que o poder se manifesta na forma de saber. Assim, compreender o enunciado “o diabo está visitando o ventre das desprotegidas” exige situá-lo dentro de uma formação discursiva mais ampla, que legitima o controle espiritual sobre os corpos. Essa formação é sustentada por um conjunto de regras de enunciação que determinam quem pode falar, em que circunstâncias e com qual autoridade — exatamente o que Foucault (1996) denominou de ordem do discurso.

O pastor, investido de autoridade simbólica e religiosa, é o sujeito autorizado do dizer. Seu lugar de fala, legitimado pela instituição e pela crença comunitária, permite que seu discurso se apresente como verdade revelada e não como opinião. Tal legitimidade é o que converte o pronunciamento em ato de poder, pois sua enunciação não apenas descreve uma realidade espiritual — ela a cria e a consolida no imaginário coletivo. Essa dimensão performativa é central para a análise foucaultiana: o discurso é prática que produz efeitos de verdade, moldando percepções e regulando condutas (Foucault, 2012a).

A “verdade” enunciada por Almeida insere-se, portanto, em uma economia discursiva de salvação e condenação. Ao afirmar que o ventre das “desprotegidas” se torna alvo da escuridão, o discurso convoca uma teologia da pureza, na qual o mal espiritual se infiltra onde a fé é insuficiente. Essa estratégia discursiva mobiliza a dualidade sagrado-profano (Eliade, 1999), deslocando o autismo para o campo da impureza, do perigo e da desordem. O resultado é um regime de verdade religioso que opera por meio da vigilância moral: o ventre torna-se o espaço onde a fé da mulher é medida e julgada.

O enunciado se articula ainda com a vontade de verdade descrita por Foucault (1996). Essa vontade não é o desejo individual de ser verdadeiro, mas o dispositivo social que regula quais enunciados são considerados válidos. Dentro da lógica pentecostal, a verdade é determinada pela revelação espiritual e confirmada pela autoridade pastoral. Assim, o discurso

de Almeida não é apenas uma crença — é uma tecnologia de poder que estabelece fronteiras entre o que é espiritual e o que é demoníaco, entre a pureza da fé e a falha da carne. A linguagem religiosa transforma-se, nesse sentido, em mecanismo de sujeição.

O corpo autista é o principal alvo dessa sujeição discursiva. Ele é nomeado e classificado segundo categorias morais, convertendo-se em objeto de saber pastoral. A patologização espiritual da neurodivergência realiza o que Foucault (2010) denomina prática de objetivação: o sujeito é transformado em “caso”, “exemplo”, “sinal” do mal. O discurso, ao espiritualizar o autismo, converte-o em sintoma da desordem universal e o insere num campo de controle teológico. Assim como a medicina do século XIX produziu o “louco” e o “anormal” como objetos de saber (Foucault, 2008b), o discurso religioso contemporâneo produz o “autista possuído” como figura simbólica do desvio espiritual.

A dimensão foucaultiana também permite compreender o modo de circulação do discurso. Ele se propaga nas redes sociais, em vídeos e transmissões de culto, reproduzindo a estrutura do púlpito em escala digital. Essa circulação amplia o alcance do regime de verdade, reforçando o dispositivo pastoral de poder. Para Foucault (2012b), o dispositivo é o conjunto heterogêneo de discursos, instituições e práticas que convergem para a produção de um determinado tipo de sujeito. No caso analisado, trata-se do dispositivo de cura espiritual, que articula o saber religioso, a autoridade pastoral e o medo coletivo para sustentar o controle sobre corpos não conformes.

Ao projetar o autismo como marca demoníaca, o discurso institui uma teologia do anormal, análoga à “psiquiatrização do prazer perverso” descrita por Foucault (2015). Ambos os processos partem da mesma matriz de poder: a necessidade de nomear e corrigir o que escapa à norma. O pastor substitui o diagnóstico médico pela revelação espiritual, mas o efeito é o mesmo — a produção de um sujeito deficitário, que deve ser normalizado pela intervenção de um saber superior. Nessa perspectiva, o exorcismo religioso ocupa a mesma função disciplinar que o tratamento biomédico: ambos são rituais de correção da diferença.

O discurso também contém um aspecto pedagógico. Ele não se dirige apenas às mães, mas a toda a comunidade, instruindo sobre como interpretar o autismo e como agir diante dele.

Essa função didática ecoa o que Foucault (2008<sup>a</sup>) identificou como a pedagogização dos corpos: a interiorização da norma por meio da repetição e da doutrina. Cada fiel é interpelado a adotar a mesma leitura espiritual, transformando-se em guardião da pureza da comunidade. A linguagem religiosa, portanto, produz subjetividades obedientes, que participam ativamente do controle simbólico.

O espectrocídio, nessa dinâmica, emerge como efeito último desse regime discursivo. Ele não é apenas a exclusão da pessoa autista, mas o apagamento de sua legitimidade ontológica. O discurso substitui a experiência autista por uma narrativa de possessão e libertação, eliminando sua voz e anulando sua existência simbólica. Tal apagamento é reforçado pela autoridade da fé, que não admite contestação: questionar o pastor seria questionar Deus. Desse modo, o espectrocídio se consolida como tecnologia espiritual de poder — uma forma de necropolítica simbólica (Mbembe, 2016) exercida pela religião sobre os corpos desviantes.

#### 4.1.2 Regimes de saber e poder: o discurso como tecnologia pastoral de controle

A força do discurso religioso não reside apenas em seu conteúdo, mas na rede de poder que o sustenta. Foucault (2010) lembra que o poder não é um atributo que se possui, mas uma relação que se exerce. No caso da fala de Washington Almeida, o poder emerge da posição que o orador ocupa dentro de uma instituição — a igreja pentecostal — e da crença compartilhada de que ele fala em nome de uma autoridade transcendental. Assim, a palavra pastoral se converte em instrumento disciplinar, capaz de ordenar condutas, legitimar exclusões e fabricar verdades espirituais.

O poder pastoral, conceito trabalhado por Foucault (2008a), é particularmente útil para compreender o funcionamento desse tipo de discurso. Trata-se de uma forma de poder que se exerce pela orientação espiritual, pelo cuidado e pela direção das almas. O pastor, nesse modelo, é simultaneamente aquele que guia e aquele que vigia. Sua autoridade deriva da promessa de salvação e do poder de interceder entre Deus e o fiel. No discurso analisado, essa autoridade é

usada para justificar um controle moral sobre a mulher grávida e sobre o corpo autista, sob a alegação de proteger a comunidade da ação demoníaca. A retórica da libertação espiritual, assim, opera como técnica de sujeição.

Essa tecnologia pastoral se fundamenta na culpabilização e na vigilância do corpo feminino. O ventre, concebido como espaço de contato entre o sagrado e o profano, é colocado sob inspeção constante. A mulher torna-se responsável não apenas por sua própria fé, mas pelo destino espiritual de sua prole. Tal responsabilização é uma forma de disciplinamento, pois internaliza o controle: a mãe passa a fiscalizar a si mesma em busca de sinais de impureza ou insuficiência espiritual. Como observa Foucault (1999), o poder moderno não reprime apenas de fora, mas se infiltra nas subjetividades, convertendo a obediência em hábito e o medo em virtude.

O discurso religioso de Almeida opera, portanto, como dispositivo de normalização espiritual. Ele estabelece um padrão de pureza e o contrapõe a um estado de contaminação demoníaca. O ventre “protegido” é o que cumpre as normas da fé; o ventre “visitado” é o que falhou. Essa dicotomia mobiliza um léxico teológico do controle que se estende à criança, à mãe e à comunidade. A neurodivergência, nesse contexto, é lida como falha de fé e como sinal visível da ruptura da ordem divina. O autismo é transformado em marcador de desobediência espiritual e, portanto, em alvo de intervenção.

Como resultado, o discurso não apenas interpreta o autismo: ele o produz discursivamente como desvio. Nas palavras de Foucault (2012a), o poder “produz realidade; ele produz domínios de objetos e rituais de verdade”. O autismo, sob esse regime discursivo, deixa de ser uma variação da neurodiversidade e se torna um fenômeno moral, uma perturbação espiritual que exige cura. Esse processo de produção de verdade é o núcleo do que aqui se denomina espectrocídio — a transformação de uma diferença neurológica em ausência de humanidade, pela negação de sua legitimidade existencial.

O espectrocídio é sustentado por um conjunto de saberes e práticas articulados: teologia da libertação espiritual, psicologia religiosa e moral sexual cristã. Cada um desses campos contribui para consolidar a imagem do autista como sujeito incompleto ou possuído. Essa

articulação é o que Foucault (2016) descreve como regime de saber-poder: uma rede de discursos, instituições e práticas que se reforçam mutuamente. O discurso pastoral é, assim, apenas a face visível de uma maquinaria maior que regula a diferença por meio da fé.

A dimensão biopolítica desse processo é evidente. Foucault (2008b) define a biopolítica como o conjunto de estratégias pelas quais o poder moderno administra a vida — classificando, intervindo e normalizando. No campo religioso, essa gestão assume a forma de cura espiritual. A igreja se apresenta como mediadora da salvação e da normalidade, regulando corpos e almas em nome da pureza. O espectrocídio é, nesse sentido, uma expressão de biopolítica espiritual: uma tentativa de administrar a diferença eliminando seus significados próprios. A neurodivergência é negada como modo de ser e reconfigurada como desordem que ameaça o corpo social da igreja.

Essa biopolítica religiosa também se inscreve naquilo que Achille Mbembe (2016) denomina necropolítica: o poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer — ou, neste caso, quem pode pertencer e quem deve ser silenciado. O autista é mantido na comunidade apenas enquanto promessa de cura. Sua permanência está condicionada à negação de si. Tal dinâmica é o que Sawaia (2014) conceitua como inclusão perversa: a presença física que oculta a exclusão simbólica. A pessoa autista é “acolhida” desde que se submeta à liturgia da normalização espiritual. O resultado é o sofrimento ético-político, produzido pelo confronto entre o desejo de pertencimento e a exigência de renúncia identitária.

A análise foucaultiana permite compreender como esse processo de dominação é sustentado por uma microfísica do poder. O pastor não precisa impor a exclusão pela força; ele a produz por meio de palavras, gestos e rituais. O controle é internalizado pelos próprios fiéis, que passam a vigiar uns aos outros e a si mesmos. A linguagem da fé se torna linguagem de coerção, e o discurso de cuidado se converte em prática de silenciamento. O espectrocídio, portanto, não é uma violência ocasional, mas um efeito estruturante do regime discursivo religioso: uma forma de apagar, teologicamente, as vozes que escapam à norma.

#### 4.1.3 O discurso e o corpo: sujeição, normatividade e resistência

Para Foucault (2008b), o corpo é o principal terreno sobre o qual o poder se exerce. Toda forma de dominação simbólica, antes de se tornar estrutura, precisa inscrever-se no corpo — regulando gestos, desejos, comportamentos e modos de existir. O discurso religioso de Washington Almeida opera precisamente nesse nível: ele captura o corpo autista e o corpo materno dentro de um regime de sujeição espiritual, em que a diferença é controlada pela imposição da pureza e pela promessa da cura.

O corpo da mulher grávida é o primeiro alvo desse regime. O ventre é apresentado como espaço de vulnerabilidade espiritual, onde o mal pode penetrar e corromper a criação divina. Essa imagem mobiliza, como observa Gebara (2017), um imaginário teológico patriarcal que atribui ao feminino a origem do desequilíbrio moral do mundo. Assim, o corpo feminino é transformado em objeto de suspeita e controle, enquanto o corpo autista é convertido em evidência da falha materna. O discurso instaura, portanto, uma dupla hierarquia de sujeição: a mulher como guardiã imperfeita e o autista como produto da corrupção espiritual.

A análise foucaultiana permite compreender esse processo como produção de corpos dóceis — expressão empregada por Foucault (2008a) para descrever como o poder se infiltra nas práticas cotidianas e transforma os sujeitos em portadores de uma obediência naturalizada. Ao culpar o ventre das “desprotegidas”, o discurso pastoral fabrica uma subjetividade feminina submissa, disciplinada e autoculpabilizada. Essa docilidade espiritual não é imposta pela violência física, mas pelo medo e pela fé, que funcionam como dispositivos de autocontenção. A mulher internaliza o olhar do pastor e passa a se vigiar para não “abrir brechas” ao inimigo espiritual.

O mesmo mecanismo atua sobre o corpo autista. Quando o autismo é nomeado como presença demoníaca, o sujeito neurodivergente é reduzido à sua suposta falha espiritual. O discurso o priva de agência, pois o define como campo de batalha entre forças invisíveis. Em termos foucaultianos, trata-se de uma dessubjetivação — um processo pelo qual o sujeito é despojado de sua condição de falante e convertido em objeto de saber. O autista deixa de ser alguém que enuncia para se tornar aquilo sobre o que se fala. Essa operação de silenciamento é central no espectrocídio, entendido aqui como a eliminação simbólica das formas autistas de existir, falar e significar o mundo.

No plano social, o discurso de Almeida perpetua o que Goffman (1963) chamou de identidade deteriorada: uma marca que separa o indivíduo do resto do corpo social e o define pela sua diferença. Entretanto, a análise foucaultiana vai além da estigmatização visível e alcança as micropolíticas da normalização. O estigma, nesse caso, é apenas a superfície de uma estrutura mais profunda, que transforma a exclusão em cuidado, o controle em salvação e o apagamento em amor espiritual. Essa é precisamente a lógica da inclusão perversa descrita por Sawaia (2014): o acolhimento condicionado à renúncia da própria diferença.

A normatividade religiosa atua, assim, como tecnologia de purificação. Ela promete libertação, mas exige conformidade. A pessoa autista é convidada a permanecer no espaço da fé apenas se aceitar o discurso de que algo nela precisa ser curado. Essa dinâmica ecoa o que Foucault (1995) descreve como confissão moderna: o dispositivo que obriga o sujeito a falar de si segundo as categorias do poder. A confissão espiritual substitui o exame médico, mas cumpre a mesma função disciplinar — fazer com que o indivíduo aceite o diagnóstico imposto. No caso

do autismo, essa confissão assume a forma da oração pela cura, da renúncia à identidade e da adesão à narrativa da libertação.

O corpo autista é, portanto, território de disputa discursiva. Nele se inscrevem tanto a tentativa de apagamento quanto as possibilidades de resistência. Foucault (2012a) recorda que onde há poder, há resistência — e é justamente no ponto de contato entre sujeição e consciência que a resistência se torna possível. Ao tomar consciência do caráter violento da espiritualização de sua diferença, o sujeito autista pode reverter o olhar disciplinador, desestabilizando o regime de verdade que o define. Essa resistência não se dá fora do discurso, mas dentro dele: é o gesto de falar como autista, reivindicando o direito de nomear a própria experiência e de construir significados outros.

O espectrocídio, nesse sentido, não é um destino, mas um processo que pode ser interrompido pela produção de contra-discursos. O ativismo autista, os coletivos neurodivergentes e as teologias inclusivas emergem como forças de desobediência epistêmica (Mignolo, 2010), desafiando a colonialidade do saber que atravessa a religião e a medicina. Essas vozes reapropriam a linguagem, transformando a narrativa da possessão em narrativa de existência. Falar de espectrocídio é, portanto, reconhecer que o poder discursivo que apaga também pode ser revertido para produzir visibilidade e pertencimento.

A leitura foucaultiana convida a perceber que o discurso de Almeida não se limita a um erro teológico; ele é parte de uma economia moral da pureza que regula as fronteiras do humano. O espectrocídio é a consequência dessa economia, mas também o ponto de inflexão onde a resistência se organiza. Denunciar o discurso não é apenas refutar sua teologia, mas revelar o modo como ele fabrica realidades e subjetividades. É nesse nível que a análise foucaultiana se mostra mais potente: ela desloca o olhar do conteúdo para o funcionamento, das palavras para os efeitos, das crenças para os dispositivos que as sustentam.

Assim, o corpo autista, antes reduzido a sintoma, emerge como lugar político de enunciação. Nele se concentra a disputa entre a norma e a diferença, a obediência e a autonomia, a fé e o direito à existência. A resistência autista, ao se afirmar como voz e não como objeto, desarticula o dispositivo de poder que a religião havia instituído. Nessa ruptura, a linguagem

volta a ser possibilidade de vida — e é nesse ponto que o espectrocídio começa a ceder espaço à neuroafirmação, isto é, à revalorização da diferença como potência e não como falha.

#### 4.1.4 O espectrocídio como dispositivo de purificação espiritual

A noção de espectrocídio religioso, neste contexto, pode ser compreendida como um dispositivo foucaultiano de purificação espiritual. Segundo Foucault (2012a), um dispositivo é o conjunto de discursos, instituições, práticas, normas e saberes que convergem para regular condutas e produzir sujeitos. O espectrocídio, portanto, não se limita à aniquilação simbólica da diferença autista; ele é a engrenagem de um sistema que transforma o corpo divergente em objeto de purificação, utilizando a espiritualidade como meio de controle e exclusão.

No discurso de Washington Almeida, a figura do autista possuído emerge como eixo simbólico de uma teologia da pureza. Essa teologia não se constrói no vazio: ela herda séculos de tradição cristã que associam o corpo diferente ao pecado, à queda e à imperfeição. Como observa Otto (1985), a experiência do sagrado é, em sua estrutura mais primitiva, uma relação de fascínio e temor — o *mysterium tremendum et fascinans*. A diferença corporal ou mental, quando lida dentro dessa lógica, é deslocada do campo do humano para o do monstruoso. O autismo, assim, torna-se um signo do *tremendum*, aquilo que ameaça a pureza da comunidade dos fiéis.

Foucault (2008b) afirma que todo dispositivo de poder se legitima pela promessa de salvação — seja espiritual, moral ou social. No caso do espectrocídio, a promessa é a cura espiritual, apresentada como redenção da anormalidade. O discurso pastoral transforma o desejo de pertencimento em motor de sujeição. A pessoa autista é levada a aceitar a própria anulação como prova de fé. Trata-se de uma forma de purificação sacrificial: o sujeito só é reconhecido quando abdica de si. A cura torna-se o rito que reestabelece a ordem divina e confirma a eficácia do poder pastoral.

Esse dispositivo de purificação se articula com aquilo que Foucault (2008a) descreve como governamentalidade pastoral — uma forma de poder que se exerce sobre as almas, não apenas para punir, mas para conduzir. A igreja, enquanto instituição, exerce o poder de conduzir condutas e de definir o que é “vida em abundância”. O corpo autista, entretanto, não se enquadra nesse ideal. Ele desafia a lógica da eficiência, da inteligibilidade e da performance emocional esperada pelo imaginário religioso moderno. Por isso, torna-se alvo do dispositivo de purificação, que visa restaurar a norma pela expulsão da diferença.

O espectrocídio, nesse sentido, é um processo de invisibilização sagrada: ele não destrói fisicamente o corpo autista, mas apaga sua existência simbólica dentro do espaço religioso. Através da espiritualização da diferença, o discurso converte a exclusão em cuidado, e a violência em amor. Essa inversão é o que torna o dispositivo tão eficaz — ele se apresenta como ato de compaixão. O exorcismo, a oração de cura e a profecia de libertação são revestidos de piedade, mas produzem, em sua prática, o mesmo efeito que a exclusão: o silenciamento da voz autista e a negação de sua legitimidade epistêmica.

A análise foucaultiana permite entender que esse dispositivo não age de forma isolada; ele se conecta a uma rede de saberes religiosos e biomédicos, formando um continuum de normalização. Foucault (2010) já alertava para a cumplicidade entre a pastoral cristã e o poder médico moderno na construção do “homem normal”. Ambos operam pela produção de discursos sobre o corpo e pelo controle da conduta. Assim, o pastor e o médico tornam-se agentes complementares de um mesmo regime de verdade. Quando o autismo é descrito como “possessão” ou “distúrbio”, a linguagem muda, mas o efeito é idêntico: a negação da diferença como possibilidade legítima de ser.

A partir dessa perspectiva, o espectrocídio pode ser lido como uma forma espiritual de biopoder. Ele administra as vidas desviantes sob o signo da fé, decidindo quais podem ser purificadas e quais permanecem sob suspeita. Ao mesmo tempo, ele também é uma necropolítica simbólica (Mbembe, 2016), pois define quais existências são dignas de representação e quais devem permanecer no silêncio. O discurso pastoral de Almeida, ao descrever o autismo como visitação demoníaca, exerce exatamente esse poder de morte

simbólica: ele priva o sujeito autista de sua narrativa, confinando-o a uma identidade construída por outros.

Há, contudo, um elemento que distingue o espectrocídio de outras formas de exclusão religiosa: sua natureza discursiva totalizante. O poder do discurso pastoral não se restringe ao púlpito, mas atravessa o cotidiano dos fiéis, as práticas de educação infantil, os aconselhamentos matrimoniais e os programas televisivos religiosos. Ele se expande por meio de uma pedagogia da pureza, ensinando o que deve ser sentido, evitado e expurgado. O espectrocídio, nesse sentido, é um processo pedagógico de colonização espiritual da diferença, que educa para o medo e para a negação do desvio.

A lógica da purificação espiritual também revela um traço de colonialidade do ser, nos termos de Maldonado-Torres (2007). Assim como o colonizador impunha o apagamento das identidades indígenas e negras sob o pretexto da evangelização, o discurso religioso atual impõe a correção do autismo sob o pretexto da libertação. A diferença é sempre traduzida em desvio e a cura em assimilação. O espectrocídio, portanto, é uma herança colonial reatualizada no campo da neurodiversidade. Ele prolonga, na esfera espiritual, o mesmo impulso civilizatório que negou o direito à alteridade e à pluralidade do humano.

A materialidade desse dispositivo se manifesta na produção de afetos: medo, culpa e vergonha. Esses afetos funcionam como instrumentos de controle, internalizados pelos próprios fiéis. A mãe passa a temer o ventre, o autista passa a duvidar de sua dignidade, e a comunidade passa a vigiar comportamentos desviantes. Foucault (2012b) afirma que o poder se conserva menos pela coerção e mais pela adesão afetiva. A adesão ao discurso de purificação é o que garante sua perpetuação. O espectrocídio se sustenta porque promete redenção; e essa promessa, mesmo violenta, oferece à vítima a ilusão de pertencimento.

Por fim, compreender o espectrocídio como dispositivo de purificação espiritual implica reconhecer que ele não é um erro individual, mas uma estrutura de poder-saber que produz a diferença como anomalia e a exclusão como virtude. Denunciá-lo é revelar os mecanismos pelos quais o sagrado se converte em instrumento de controle, e o cuidado em dominação. É também restituir à pessoa autista a possibilidade de dizer-se fora da gramática da culpa e da

cura, abrindo espaço para outras formas de espiritualidade — não centradas na normalização, mas na convivência com a pluralidade dos corpos e das mentes

#### 4.1.5 Subjetivação e resistência: o autismo como contranarrativa do poder

Se o espectrocídio é o dispositivo que busca apagar o autismo pela espiritualização da diferença, a resistência se manifesta como processo de subjetivação, isto é, como movimento pelo qual o sujeito se reconhece e se produz fora dos regimes de verdade que o constituíram. Em Foucault (2012b), a subjetivação não é um retorno a uma essência interior, mas uma prática de liberdade: um modo de constituir-se como sujeito ético diante do poder. Assim, a resistência autista não consiste apenas em rejeitar o discurso da possessão ou da cura, mas em reapropriar o direito de se dizer, de definir-se a partir de sua própria experiência e não do olhar normativo.

A subjetivação autista, nesse sentido, emerge como contranarrativa do poder pastoral. Enquanto o discurso religioso define a pessoa autista pela falta — ausência de pureza, de razão, de espiritualidade —, a contranarrativa se constrói pela afirmação de existência. Dizer “sou autista” dentro de um espaço religioso que vê o autismo como mal espiritual é um ato político e teológico. É romper com o regime de verdade que sustenta o espectrocídio e instaurar um novo campo de sentido. É, como propõe Foucault (2012<sup>a</sup>), exercer a liberdade no interior do poder, transformando o lugar de sujeição em lugar de enunciação.

Essa resistência discursiva pode ser compreendida como o início de uma espiritualidade neurodiversa, fundada na aceitação da pluralidade das formas de ser e sentir o mundo. Trata-se de um deslocamento epistemológico que descoloniza a noção de espiritualidade, libertando-a da obrigação de normalidade. A espiritualidade neurodiversa não busca a cura do corpo, mas a expansão da consciência e do pertencimento. Ela questiona a pureza como valor e propõe o acolhimento da diferença como expressão do sagrado. Nesse movimento, o autismo deixa de ser interpretado como ausência e passa a ser reconhecido como uma forma legítima de presença no mundo.

Em termos foucaultianos, esse processo é uma prática de cuidado de si (*epimeleia heautou*). O sujeito autista, ao resistir à narrativa de anormalidade, pratica o cuidado de si ao cuidar de sua própria verdade, reconstruindo a relação entre saber e poder a partir da própria experiência. O discurso religioso, que antes o capturava, torna-se campo de reinvenção. A fé é ressignificada não como submissão à norma, mas como espaço de autoconhecimento e de diálogo com a diferença. Assim, a espiritualidade deixa de ser instrumento de coerção e torna-se prática de autonomia.

Essa resistência não ocorre fora do campo do poder; ela se dá em sua fronteira. Como ensina Foucault (2012b), o poder não pode existir sem resistência, e cada ponto de dominação contém em si a possibilidade de contestação. A presença do autista no espaço religioso, mesmo que silenciada, é uma fissura no dispositivo de pureza. Sua existência visível desafia a ideia de comunidade homogênea e questiona a teologia da perfeição corporal. O simples ato de permanecer, de não desaparecer, é um gesto político de desobediência. O corpo autista, outrora reduzido a sinal de desordem, converte-se em testemunho de resistência ética.

A contranarrativa autista também se sustenta na linguagem. Se o espectrocídio age pela produção de discursos sobre o autismo, a resistência atua pela produção de discursos desde o autismo. Essa diferença é crucial: o primeiro fala sobre, o segundo fala a partir de. O deslocamento do lugar de enunciação reverte o eixo do poder, pois obriga a religião a se confrontar com a alteridade não como ameaça, mas como interpelação. Nesse gesto, a pessoa autista se torna sujeito epistêmico, reivindicando o direito de participar da construção do conhecimento religioso, teológico e social. Essa é uma forma de desobediência epistêmica (Mignolo, 2010), pela qual o saber localizado e experiencial desafia a hegemonia do saber institucional.

Ao mesmo tempo, essa resistência é coletiva. O movimento neurodivergente, especialmente os coletivos autistas, constitui-se como espaço de elaboração política e simbólica. Eles não apenas denunciam o espectrocídio, mas produzem linguagens alternativas: o vocabulário da neurodiversidade, os conceitos de autoaceitação, de acessibilidade emocional e de comunicação sensorial são ferramentas de emancipação discursiva. Esses grupos operam como comunidades de contra-conduta, nos termos de Foucault (2008<sup>a</sup>), pois desafiam o poder

pastoral ao propor outras formas de cuidado e convivência. O autocuidado, nesse contexto, é simultaneamente gesto político e espiritual.

A análise foucaultiana permite ainda compreender que essa resistência não busca substituir um poder por outro, mas transformar a própria lógica do poder. Ao afirmar-se como autista, o sujeito não reivindica um novo regime de pureza, mas o fim da necessidade de pureza como critério de valor. Essa recusa é profundamente ética: ela desloca o eixo da espiritualidade do julgamento para o encontro. O autismo, então, deixa de ser o “mal que visita o ventre” e se torna o chamado à humanidade que reconhece a diferença. O corpo autista, antes disciplinado, converte-se em corpo significativo, que revela as falhas da norma e anuncia a possibilidade de outro mundo possível.

O discurso foucaultiano nos permite, portanto, compreender o autismo não apenas como objeto de exclusão, mas como força produtiva de novos modos de vida. A resistência não é exterior à fé, mas imanente a ela. O que se opõe ao poder não é a ausência de crença, mas uma forma outra de crer — uma crença que recusa a obediência cega e reivindica o direito de existir sem ser purificada. É nesse ponto que o autismo se torna uma contranarrativa teológica: ele revela que o sagrado não está na pureza, mas na diversidade; que a graça não se manifesta na conformidade, mas na coexistência; e que a espiritualidade, quando emancipada do poder, é o espaço onde a diferença floresce.

#### 4.1.6 A economia da verdade e a reconfiguração do sagrado

Toda análise foucaultiana do discurso implica reconhecer que as verdades não são descobertas, mas produzidas. O que uma sociedade entende como “verdade” é resultado de um sistema histórico de exclusões, coerções e validações. Foucault (2012a) denomina isso de regime de verdade — o conjunto de procedimentos que define o que pode ser dito, quem tem o direito de dizer e sob quais condições um discurso é aceito como legítimo. No campo religioso, esse regime assume uma forma particularmente eficaz: ele associa a verdade à revelação divina

e a autoridade à voz do sagrado. Assim, o pastor, ao falar, não apenas interpreta a realidade, mas a cria discursivamente sob o selo do divino.

No discurso de Washington Almeida, esse regime se manifesta na afirmação de que o autismo é resultado da visitação demoníaca. Essa proposição não precisa ser comprovada empiricamente — basta ser enunciada com autoridade espiritual para adquirir o estatuto de verdade. O enunciado se sustenta na economia da fé, onde a palavra do líder é mediadora entre o humano e o transcendente. Foucault (2014) observa que o poder pastoral funciona por meio da direção das consciências, isto é, pela capacidade de conduzir os fiéis à “verdade” mediante a confissão e a obediência. Assim, a fala do pastor é performativa porque faz existir aquilo que nomeia: ao declarar que o ventre é visitado pelo diabo, ele transforma essa metáfora em realidade simbólica compartilhada.

Essa economia da verdade organiza o que se pode pensar sobre o autismo em contextos religiosos. Ela desloca a diferença do plano humano para o plano espiritual, bloqueando o diálogo com outras epistemologias — como a neurodiversidade, a psicologia social e a bioética. O resultado é a criação de um campo epistemológico fechado, em que apenas a teologia da pureza pode falar sobre a diferença. O discurso pastoral, nesse sentido, não é apenas uma opinião; é uma produção de saber-poder, que controla as formas possíveis de nomear e compreender o autismo.

Para Foucault (1995), o poder não é algo que se possui, mas algo que circula. Ele se mantém porque é aceito, reproduzido e naturalizado. No caso do espectrocídio religioso, o poder circula entre o púlpito, a comunidade e a própria vítima. A mãe internaliza o discurso da culpa, o fiel repete a narrativa da libertação, o autista é convidado a negar a si mesmo em nome da fé. O dispositivo da pureza só se sustenta porque é incorporado emocionalmente, transformando-se em uma mecânica da obediência espiritual. A verdade, portanto, não é apenas crença: é comportamento, gesto, conduta.

Contudo, o mesmo processo que cria sujeição também permite resistência. Foucault (2012b) afirma que cada regime de verdade contém as condições de sua própria subversão. Quando a neurodiversidade emerge como paradigma alternativo, ela reconfigura o campo do

sagrado, deslocando o foco da pureza para a coexistência. A experiência autista, ao reivindicar o direito de existir em sua diferença, introduz uma ética da vulnerabilidade, em que o sagrado não é mais o domínio do perfeito, mas o reconhecimento do imperfeito como parte da totalidade do humano.

Essa reconfiguração do sagrado pode ser compreendida como mutação espiritual. O discurso religioso tradicional sustentava-se na dicotomia entre o puro e o impuro, o curável e o incurável, o santo e o pecador. A presença autista desestabiliza essas categorias, pois ela escapa à lógica da purificação. O autista não se encaixa nem na figura do “milagre” nem na do “desvio”: ele existe em um lugar outro, que a teologia normativa não sabe nomear. É nesse hiato, nesse silêncio da linguagem religiosa, que se abre a possibilidade de uma nova forma de espiritualidade — uma espiritualidade anticolonial e neurodiversa, capaz de reconhecer a diferença como dimensão constitutiva do sagrado.

O autismo, ao ser compreendido não como falha, mas como variação do humano, introduz uma crise epistêmica nos discursos religiosos. Essa crise, embora dolorosa, é também libertadora. Ela obriga as comunidades de fé a confrontarem suas estruturas de exclusão e a reinventarem seus modos de acolher. A neurodiversidade, nesse sentido, atua como espelho crítico da religião: revela que o amor que exige normalização não é amor, e que o cuidado que produz culpa não é cuidado. Assim, o espectrocídio religioso se converte em campo de disputa simbólica, onde se decide o futuro ético da espiritualidade cristã.

A análise foucaultiana mostra que a superação desse regime não depende da destruição da religião, mas de sua repolitização. É preciso tornar visíveis os mecanismos pelos quais a fé produz verdades excludentes e, ao mesmo tempo, abrir espaço para outras vozes. A teologia do acolhimento, quando pensada a partir da neurodiversidade, não é mera adaptação pastoral, mas transformação epistemológica: ela rompe com o universalismo normativo e reconhece o múltiplo, o sensorial, o incomum como modos legítimos de expressão espiritual. O sagrado deixa de ser monopólio do normal e passa a habitar a diferença.

Desse modo, a resistência autista não é apenas ato político, mas gesto teológico. Ela devolve à religião a dimensão do mistério — não como lugar do medo, mas como espaço de

convivência com o inclassificável. O autismo, antes visto como ameaça à ordem espiritual, torna-se testemunho da complexidade da criação. O espectrocídio, ao ser nomeado, perde parte de seu poder, pois aquilo que é nomeado pode ser confrontado. A análise foucaultiana, ao iluminar os mecanismos discursivos que sustentam a exclusão, também revela as brechas pelas quais a vida resiste.

#### 4.1.7 Considerações finais do discurso

O exame foucaultiano do discurso de Washington Almeida permitiu compreender que as práticas de exclusão não se impõem apenas pela violência aberta, mas pela produção de verdades que se apresentam como cuidado. O espectrocídio religioso é um dispositivo de poder-saber que opera pela espiritualização da diferença, pela culpabilização do ventre e pela promessa de pureza. No entanto, as fissuras desse dispositivo revelam a emergência de novos modos de subjetivação e resistência: o autismo como contranarrativa do poder, a fé como prática de liberdade e a espiritualidade como campo de coexistência plural.

A reconfiguração do sagrado, a partir da neurodiversidade, implica repensar o próprio sentido da salvação: não como purificação, mas como reconhecimento mútuo. Ao deslocar o olhar da anomalia para a dignidade, o discurso autista reintroduz na teologia a dimensão ética do humano. Assim, a análise do discurso foucaultiana não apenas desvela as engrenagens do poder religioso, mas oferece ferramentas para construir uma espiritualidade emancipatória, onde o viver diferente não é uma ameaça à fé, mas uma expressão do sagrado em sua forma mais ampla.

## 4.2 O exorcismo como método pedagógico: a imposição da cura espiritual e o apagamento da neurodiversidade

### 4.2.1 Introdução metodológica: o discurso como prática de poder e produção de verdade

O discurso de Pio Francisco de Carvalho, líder da Comunhão Cristã Abba, deve ser compreendido, à luz da Análise do Discurso Foucaultiana, como uma prática social de poder que produz regimes de verdade, regula condutas e define o campo do que é possível dizer e pensar sobre o autismo no interior das comunidades religiosas. Diferente de abordagens hermenêuticas que buscam intenções ou significados ocultos, a análise foucaultiana desloca o foco do sujeito para o próprio funcionamento discursivo, investigando como o enunciado se articula a saberes, instituições e estratégias de controle (Foucault, 2008a; 2012a).

A seguir, apresenta-se a transcrição integral e fidedigna da fala de Pio Francisco de Carvalho, conforme veiculada pelo portal UOL:

Não fique bravo comigo, e qualquer coisa o pastor vai explicar para você. Chegou uma irmã e disse assim: ‘Pastor, eu fiz uma pós, da pós, da pós, da pós, da pós, da pós, da pós, da pós’ (se referindo ironicamente a formações em pós-graduação) ‘e eu sou uma especialista para trabalhar com crianças especiais, especialmente crianças autistas.’ E eu falei para ela: ‘Trabalhar com o quê?’ Ela respondeu: ‘Com crianças autistas.’ Eu perguntei: ‘O que é isso?’ ‘Você nunca ouviu falar, pastor, de criança autista?’ Eu falei: ‘Não. Meu avô morreu com 94 anos e ele nunca ouviu isso. Não, pastor, como assim? Eu fiz curso, os médicos agora falam isso, tem laudo, são crianças laudadas. Eu: Eu não sei o que é isso. Ela olhou para mim e disse: ‘Eu tenho 29 alunos na minha turma, 29 crianças.’ Eu falei: ‘Inclusive, pastora, eu quero dar uma sugestão. A igreja precisa ter uma classe para tratar com essas crianças especiais. E ouvindo ela, eu falei: ‘Posso dar uma sugestão? Ela disse: Pode. Você é professora? Sou. Os pais colocam essa criança, a escola coloca essa criança nas suas mãos. Põe óleo, elas vão entrando na salinha, põe a mão na cabeça dela e diz assim: “Eu te abençoo em nome de Jesus Cristo. Espírito maligno, sai dele agora em nome de Jesus. Meses depois, ela vem falar comigo: Vem daí, minha irmã, tudo bem? Tudo bem. E ela fala das crianças: Pastor, tinha um que estava com sete anos, não falava. Agora fala. Outro não prestava atenção. Outro não fazia continha. Outro não conseguia ler. E agora? Pastor, dos 29, eu só tenho quatro na minha sala. O que não falava está falando com todo mundo, abraça todo mundo, briga com todo mundo. O que não fazia continha está virando um matemático. O outro... Hello? Sabe essa tempestade lá fora que quer colocar dentro da igreja e que a igreja se molde com aquilo que está lá fora? E a igreja vai comendo isso com farinha, como se fosse verdade. A igreja vai comendo isso com farinha, como se fosse verdade. (UOL, 18 out. 2024, apud Freitas; Freitas 2024)

Ao propor o exorcismo como método pedagógico e a expulsão espiritual como resposta ao autismo, o discurso de Carvalho não se limita a uma expressão pessoal de fé; ele atualiza um

dispositivo histórico de normalização, em que o poder pastoral e o saber religioso se entrelaçam para produzir sujeitos obedientes, dóceis e espiritualmente “purificados”. Essa estrutura corresponde ao que Foucault (2008b) denomina governamentalidade pastoral — um poder que se exerce sobre as almas e que visa conduzir as vidas, guiando os corpos e as consciências de acordo com uma verdade legitimada pela fé.

A metodologia foucaultiana aplicada a este discurso busca, portanto, identificar os mecanismos pelos quais a linguagem constrói a realidade. O foco recai sobre as condições de possibilidade do enunciado, sobre as regularidades discursivas que o sustentam e sobre os efeitos de verdade que ele produz. Seguindo o modelo arqueogenealógico proposto por Foucault, a análise considera três eixos principais:

1. O campo enunciativo — as condições históricas, institucionais e simbólicas que tornam o discurso possível.
2. Os efeitos de poder — os modos como o discurso regula condutas, define identidades e produz exclusões.
3. Os processos de subjetivação — as formas pelas quais os indivíduos são interpelados e constituídos como sujeitos de um saber e de uma moral.

A fala de Carvalho — que ironiza a formação educacional, desacredita a ciência e propõe o exorcismo como método — revela a persistência de um regime de verdade espiritual que substitui a razão pelo milagre, o cuidado pedagógico pela purificação e o direito à diferença pela exigência de normalidade. O púlpito, nesse contexto, funciona como espaço de produção de enunciados normativos, e a palavra pastoral assume o estatuto de ato de poder: ela define o que é o autismo, quem pode falar sobre ele e quais práticas são legitimadas em nome de sua “cura”.

Trata-se de um discurso que opera em uma zona de interseção entre o biopoder e o poder pastoral (Foucault, 2012<sup>a</sup>), pois combina o controle espiritual dos corpos com a administração simbólica da vida. O que está em jogo não é apenas a crença na expulsão do mal, mas a

manutenção de uma economia moral em que o corpo autista é gerido como corpo disfuncional — algo a ser corrigido para que volte a se enquadrar na normalidade espiritual e social. O discurso, portanto, atua como tecnologia de normalização, operando a conversão da diferença em anomalia e da singularidade em desvio.

A metodologia foucaultiana permite compreender que o poder não se manifesta aqui pela imposição direta, mas pela produção de saberes que se apresentam como verdadeiros. Ao ridicularizar o conhecimento acadêmico da professora e valorizar a prática espiritual como forma de eficácia superior, o pastor reafirma o lugar da igreja como instância legítima de interpretação da realidade. Assim, o discurso produz um duplo apagamento: o apagamento epistêmico, ao negar a validade dos saberes científicos e pedagógicos; e o apagamento ontológico, ao redefinir o autismo não como modo de ser, mas como presença espiritual indesejada.

Essa operação discursiva se articula ao conceito de espectrocídio, entendido como o processo pelo qual as existências autistas são simbolicamente eliminadas por meio da negação de sua legitimidade ontológica. O espectrocídio, neste contexto, manifesta-se como extinção espiritual do sujeito autista, em que o exorcismo substitui o reconhecimento da neurodiversidade por uma tentativa de purificação da diferença. Essa prática, longe de ser excepcional, expressa uma racionalidade que perpassa a cultura religiosa contemporânea e que transforma a fé em tecnologia de correção moral.

Ao mesmo tempo, a análise do discurso deve evidenciar como esse regime não é estático: ele se sustenta na adesão dos fiéis e na reprodução de suas categorias simbólicas. Como observa Foucault (2014), o poder pastoral se alimenta da confissão, isto é, do ato pelo qual o fiel assume a narrativa dominante e a reproduz em sua própria vida. A professora mencionada no discurso de Carvalho é, nesse sentido, mais que personagem: é o exemplo da sujeição religiosa que internaliza o discurso e o transforma em prática pedagógica. O exorcismo deixa de ser apenas um ritual e passa a ser dispositivo de formação de condutas, uma pedagogia espiritual que atua tanto sobre o aluno quanto sobre o educador.

A partir dessa introdução metodológica, o discurso de Pio de Carvalho será analisado em suas dimensões enunciativa, performativa e institucional, considerando os efeitos de verdade que produz e os modos pelos quais atualiza os dispositivos históricos de controle dos corpos e das mentes. O objetivo não é julgar moralmente o enunciador, mas compreender como o enunciado se insere em uma rede de poder-saber que legitima a exclusão em nome da salvação e que converte a cura espiritual em instrumento de apagamento simbólico.

#### 4.2.2 O enunciado e suas condições de possibilidade: o púlpito como espaço de poder

Para Foucault (2012a), todo enunciado é um evento inscrito em uma rede de práticas discursivas, regras institucionais e saberes socialmente legitimados. O discurso não surge isolado, mas em função de condições históricas que o tornam possível. A fala de Pio Francisco de Carvalho, ao propor o exorcismo como método pedagógico, inscreve-se em uma longa genealogia de práticas de purificação espiritual, nas quais o corpo é concebido como meio de manifestação do mal e, portanto, como objeto de correção. Esse campo enunciativo é sustentado por três condições principais: o lugar institucional de fala, o regime de verdade religiosa e o imaginário da batalha espiritual.

##### a) O lugar institucional de fala

O primeiro elemento que torna o discurso possível é o lugar de enunciação ocupado pelo pastor. O púlpito, no contexto das igrejas pentecostais e neopentecostais, é um espaço de autoridade simbólica e performativa. Nele, a palavra não apenas comunica, mas institui

realidade. Como observa Foucault (2008b), o poder não reside no indivíduo, mas nas posições discursivas que ele ocupa. O pastor fala a partir de uma posição legitimada por um sistema de crenças que reconhece sua fala como revelação. Esse reconhecimento confere ao enunciado o estatuto de verdade espiritual, dispensando a necessidade de verificação empírica. Assim, a frase “espírito maligno, sai dele agora” não é apenas uma expressão ritual, mas um ato de poder que produz efeitos simbólicos sobre a comunidade que o escuta.

O púlpito, nesse sentido, é um dispositivo de enunciação da verdade. É nele que o saber religioso é produzido, transmitido e validado. O discurso de Carvalho emerge como continuação de um regime pastoral que, historicamente, se apropriou do direito de nomear o desvio e prescrever a correção. A condição de possibilidade do enunciado repousa, portanto, na estrutura de reconhecimento que sustenta o poder pastoral — uma forma de autoridade que se exerce pela confiança e pela fé. Essa configuração faz com que a palavra do líder tenha peso normativo sobre os fiéis, produzindo não apenas crença, mas conduta.

#### b) O regime de verdade religiosa

A segunda condição que sustenta o discurso é o regime de verdade espiritual, que se organiza em torno da ideia de revelação divina e da oposição entre fé e razão. Conforme Foucault (2012b), os regimes de verdade definem o que pode ser considerado conhecimento e quem está autorizado a enunciar. No discurso de Carvalho, o saber teológico substitui o saber científico: a experiência da professora e o conhecimento acadêmico são tratados como insuficientes diante da “autoridade do Espírito Santo”. Essa inversão epistêmica reflete um padrão histórico da racionalidade cristã, em que a verdade é revelada e não construída.

Ao afirmar que “meu avô viveu 94 anos e nunca ouviu falar de autismo”, o pastor invoca uma genealogia moral da ignorância que se torna critério de autenticidade. O passado é mobilizado como garantia de pureza e o novo — representado pelo discurso científico e educacional — é tratado como ameaça. Foucault (2008a) observa que a produção de verdade está sempre vinculada à exclusão de outros saberes; o discurso define-se tanto pelo que diz

quanto pelo que silencia. O silêncio imposto à ciência e à pedagogia, nesse caso, constitui o espaço onde o saber religioso se fortalece como único mediador legítimo da realidade.

A recusa do conhecimento especializado, portanto, não é mero anti-intelectualismo, mas parte de uma estratégia de reterritorialização do saber. O discurso pastoral reivindica para si o direito de interpretar o corpo e a mente, deslocando a autoridade médica e educacional para o campo da fé. Essa disputa epistemológica revela uma prática de poder que Foucault (2014) denomina “micropolítica da verdade”: o domínio das interpretações cotidianas, no qual o poder se manifesta pela capacidade de definir o sentido do normal e do anormal. O autismo, nesse regime, é interpretado não como diversidade, mas como sintoma da decadência espiritual do mundo moderno.

### c) O imaginário da batalha espiritual

A terceira condição de possibilidade do discurso é o imaginário da batalha espiritual, amplamente difundido no pentecostalismo contemporâneo. Nesse modelo teológico, o mundo é concebido como campo de disputa entre o bem e o mal, entre forças divinas e demoníacas. Essa estrutura dual sustenta a narrativa da necessidade constante de vigilância, purificação e expulsão do mal. Quando o pastor propõe o exorcismo em sala de aula, ele apenas atualiza esse esquema teológico em um novo campo de atuação: o espaço educativo.

A batalha espiritual se torna, assim, pedagogia e método. A escola é reinterpretada como campo missionário, e o educador é convertido em ministro de libertação. Essa transposição de práticas religiosas para o ambiente escolar revela o que Foucault (2008b) chamaria de expansão dos dispositivos pastorais para as instituições seculares. O poder religioso não se restringe à igreja, mas infiltra-se nas práticas sociais, redefinindo a função das instituições públicas. A oração e a unção com óleo, nesse caso, tornam-se técnicas disciplinares espirituais, cujo objetivo é corrigir comportamentos e restaurar a normalidade dos corpos e mentes desviantes.

O imaginário da batalha espiritual cria, portanto, o cenário simbólico que legitima a ação proposta por Carvalho. Dentro desse quadro, a professora não realiza um ato arbitrário,

mas cumpre uma missão. Ela participa de um ritual que, embora apresentado como pedagógico, é expressão de uma tecnologia de poder: a conversão do cuidado em correção e da diferença em desvio espiritual. O discurso pastoral, nesse sentido, transforma o autismo em signo do mal, e o educador em instrumento de salvação.

#### 4.2.3 O discurso como tecnologia de normalização e controle dos corpos

Em *Vigiar e punir*, Foucault (2008a) descreve como, a partir do século XVIII, emergiu uma nova economia política do poder que se orientava não mais pela punição direta, mas pela produção de corpos dóceis — corpos úteis, obedientes e regulados. Essa transição marcou o deslocamento da soberania coercitiva para o que ele denomina biopoder: uma forma de poder que se exerce sobre a vida, administrando-a, normalizando-a e classificando-a. O discurso de Pio Francisco de Carvalho insere-se nessa tradição moderna de normalização, reatualizando-a sob uma roupagem espiritual.

A proposta de “impor as mãos e ungir com óleo” crianças autistas, apresentada como um gesto pastoral de cuidado, funciona, sob análise foucaultiana, como uma técnica disciplinar. Ao ser transposta para o ambiente escolar, essa prática ultrapassa o âmbito do culto e assume a forma de intervenção pedagógica normatizadora. A oração não é apenas ritual simbólico; ela torna-se método de correção. A fé é convertida em tecnologia de controle, e o corpo autista em território de intervenção moral.

O gesto ritualístico — a unção e o toque na cabeça — é o ponto de materialização desse poder. Trata-se de um ato performativo que, na aparência de cuidado, inscreve o controle diretamente sobre o corpo. O aluno autista é submetido a um processo de purificação corporal e espiritual, cujo objetivo é reconfigurar sua conduta segundo parâmetros de normalidade previamente definidos. Foucault (2008a) observa que as instituições modernas, ao disciplinarem os corpos, produzem a docilidade como efeito. No caso do discurso analisado,

essa docilidade é espiritualizada: o corpo torna-se dócil quando responde ao comando da fé e manifesta o comportamento esperado — atenção, fala, obediência, socialização.

O exorcismo, portanto, cumpre função disciplinar. Ele corrige, ajusta e reintegra o corpo desviante à norma, utilizando o vocabulário da libertação espiritual para mascarar o exercício do poder. Essa pedagogia da fé opera, segundo Foucault (2012a), como uma das “microfísicas do poder”: mecanismos sutis, cotidianos e difusos que moldam condutas sob o pretexto de cuidado. A igreja e a escola, nesse contexto, funcionam de modo complementar. Ambas disciplinam; ambas buscam a conformidade. A diferença reside apenas no léxico — enquanto a escola fala de aprendizagem e desenvolvimento, o discurso religioso fala de libertação e milagre. Em ambos, o corpo autista é tratado como objeto de intervenção corretiva.

O discurso de Carvalho amplia ainda mais esse processo ao associar a prática pedagógica à autoridade espiritual. Quando o pastor diz que a professora “deve ungir e orar pelas crianças” e relata que, após a oração, elas “passaram a falar e a fazer continhas”, ele constrói uma narrativa de eficácia espiritual que serve de modelo à conduta dos ouvintes. Essa narrativa funciona como dispositivo de exemplificação disciplinar: oferece uma imagem de sucesso que reforça o ideal da normalização e estimula a reprodução da prática. A professora torna-se paradigma de fé e obediência, e a cura das crianças, evidência do poder da instituição religiosa.

A normalização, contudo, não é apenas corporal; ela é epistêmica e moral. Ao negar a legitimidade do conhecimento científico sobre o autismo, o pastor reordena a hierarquia dos saberes. O discurso pedagógico e o discurso médico são substituídos pela autoridade teológica. O saber sobre o autismo é reterritorializado no campo da fé, e a diferença é reinterpretada como falha espiritual. Essa substituição configura o que Foucault (2012b) denomina formação discursiva, isto é, um conjunto de regras que determina o que pode ser dito sobre determinado objeto. O autismo, no interior dessa formação, só pode ser nomeado como possessão, distúrbio ou ausência de graça. Nenhuma outra forma de nomeação é reconhecida como verdadeira.

Essa reconfiguração do saber reforça a economia moral do milagre: a cura espiritual substitui o processo educativo e apaga a complexidade da neurodiversidade. O milagre, narrado

como prova da fé, cumpre papel equivalente ao da normalização biomédica: em ambos os casos, o valor está em tornar o corpo funcional. O milagre, porém, é mais eficaz como dispositivo de poder, pois mobiliza afetos e crenças. O fiel não apenas aceita a norma — ele a deseja, ele a confessa. O milagre torna a normalização desejável.

Essa dinâmica corresponde ao que Foucault (2012a) chama de governamentalidade da alma: a arte de conduzir os outros segundo uma moral de salvação. O discurso pastoral de Carvalho não precisa impor; ele persuade e convoca. A professora, ao repetir o gesto ritual, se torna agente de sua própria sujeição, transformando-se em mediadora do poder. A docilidade espiritual se propaga pela crença. O controle se torna autogerido — e, portanto, invisível.

Dentro desse regime, o corpo autista é o ponto de maior vulnerabilidade. Ele é construído como espaço de déficit e disfunção, sendo assim um alvo privilegiado das tecnologias de normalização. Foucault (2008b) observa que o biopoder se orienta sempre para as “vidas que não importam completamente” — as vidas que precisam ser corrigidas ou resgatadas. O discurso religioso repete essa lógica, apenas trocando o vocabulário da higiene pelo da pureza espiritual. O espectrocídio religioso, nesse contexto, manifesta-se como extinção simbólica da diferença: o sujeito autista só é aceito quando deixa de ser autista, quando se converte em testemunho de milagre.

Essa substituição do acolhimento pela cura espiritual constitui uma pedagogia do apagamento. O corpo que resiste à cura é interpretado como incrédulo; o silêncio da criança é lido como sinal de opressão demoníaca. O espectrocídio se realiza quando a fé transforma o viver diferente em erro moral e espiritual. O resultado é a produção de sujeitos mutilados simbolicamente, privados do direito de existir em seus próprios termos.

Ao observar esse funcionamento discursivo, a análise foucaultiana não busca julgar intenções, mas descrever a operação do poder. O discurso de Carvalho atua como máquina de normalização: ele produz saber, institui práticas e fabrica subjetividades. Seu poder não deriva da coerção, mas da adesão; não se impõe de fora, mas de dentro, pela incorporação dos valores da pureza e da libertação. Essa é a forma mais eficaz de poder, porque torna o controle invisível e transforma a submissão em ato de fé.

#### 4.2.4 A pastoral da cura e a confissão da diferença: economia da salvação e sujeição espiritual

Para Foucault (2014), o poder pastoral é uma das mais duradouras e eficazes formas de exercício do poder no Ocidente. Diferentemente do poder jurídico, que pune, o poder pastoral conduz as almas, buscando a salvação de cada indivíduo por meio da vigilância e da direção de consciência. Esse poder se distingue pela sua pretensão de cuidado — ele se apresenta como benevolência, mas sua finalidade é o controle integral do sujeito, tanto em sua conduta exterior quanto em sua interioridade. A fala de Pio Francisco de Carvalho insere-se precisamente nessa lógica: ela propõe uma pastoral da cura espiritual, em que o autismo é transformado em matéria de confissão e o educador em agente de purificação.

A estrutura de poder que emerge desse discurso não opera apenas sobre os corpos, mas sobre as consciências. Ao narrar o caso da professora que, obedecendo à orientação pastoral, realiza rituais de unção e oração sobre as crianças, Carvalho apresenta o exorcismo como prática pedagógica, mas, de modo mais profundo, como ato de direção espiritual. A professora é conduzida à obediência, não por coerção, mas por convencimento. O gesto de ungir e orar torna-se forma de confissão de fé e, simultaneamente, de sujeição ao discurso religioso. O poder pastoral funciona justamente nesse ponto: no vínculo entre o sujeito e aquele que o dirige, em uma relação assimétrica de confiança e submissão.

Foucault (2012b) identifica na tradição cristã o desenvolvimento de um regime de verdade confessional, que se estende da esfera religiosa à política, à medicina e à educação. Nesse regime, a verdade sobre o sujeito é obtida por meio de sua fala, pela revelação de seu interior, de seus segredos, de sua diferença. No discurso de Carvalho, esse mecanismo é invertido: não é o sujeito autista que confessa, mas a professora que fala em nome dele. O autista é privado da palavra e substituído por outro — aquele que, supostamente, o representa e o “liberta”. Essa substituição é sintoma daquilo que se denomina, nesta dissertação, espectrocídio discursivo: o apagamento do sujeito pela fala do outro, em nome de uma verdade considerada superior.

A confissão, nesse contexto, assume a forma do testemunho do milagre. Quando a professora relata que “o que não falava passou a falar”, “o que não prestava atenção virou matemático”, ela reproduz a estrutura discursiva do milagre como prova da fé. Foucault (2014) demonstra que a confissão não serve apenas para revelar verdades, mas para produzi-las. O testemunho do milagre, ao ser narrado, reforça a crença na eficácia do ritual e legitima o poder pastoral que o prescreve. A palavra confessional cria o objeto que pretende descrever. Assim, o milagre narrado não comprova a cura; ele institui a cura como verdade.

O resultado desse processo é a formação de uma economia da salvação, em que a fé se converte em capital simbólico e o milagre em moeda de reconhecimento. O pastor, ao narrar o testemunho da professora, reforça sua própria autoridade espiritual, enquanto a professora é recompensada pela obediência e pela confirmação pública de sua submissão. Essa economia de salvação funciona, como afirma Foucault (2012a), pela internalização da vigilância. O sujeito acredita estar agindo por convicção, mas age por efeito do poder que se exerce em nome da verdade.

Nesse regime, o autismo é transformado em objeto de direção espiritual. A diferença é inserida na lógica da confissão, mas nunca como fala do próprio sujeito. A criança autista é falada, interpretada e corrigida; sua experiência é apropriada e transformada em material para a narrativa do milagre. O autista não é reconhecido como sujeito de saber, mas como corpo passivo de intervenção. Esse processo é o que Foucault (2008a) chamaria de dessubjetivação disciplinar: o apagamento da voz individual em prol de uma identidade funcional, criada e

mantida pela instituição. No caso do discurso de Carvalho, o corpo autista é reinscrito como sinal da vitória da fé, mas apenas à custa da eliminação de sua diferença.

A análise foucaultiana também permite observar que o poder pastoral se sustenta não apenas pela crença, mas pela produção de afetos. O medo do mal, a esperança da cura e o desejo de pertencimento são instrumentos que garantem a adesão dos fiéis. O discurso de Carvalho mobiliza precisamente esses afetos: ao mesmo tempo em que provoca a negação da ciência, oferece a promessa de salvação. A professora, antes descrita como excessivamente racional (“da pós, da pós, da pós...”), é redimida pela obediência e recompensada pela emoção do milagre. O autismo é, assim, enquadrado dentro de uma pedagogia da fé em que a racionalidade é substituída pela devoção, e o saber, pela submissão.

A força desse mecanismo reside em sua capacidade de converter a obediência em virtude. Foucault (2014) observa que o poder pastoral é produtivo porque transforma a sujeição em forma de cuidado. No discurso analisado, o ato de impor as mãos e orar é apresentado como gesto de amor e compaixão, o que o torna inquestionável. No entanto, sob o olhar analítico, percebe-se que esse gesto não acolhe a diferença, mas a elimina. O autista é aceito apenas na medida em que deixa de expressar sua singularidade. O amor pastoral, nesse sentido, é um amor condicional: só se estende àquilo que se deixa purificar.

Essa pedagogia da cura espiritual materializa o que nesta dissertação se define como espectrocídio religioso: um processo de eliminação simbólica das existências autistas por meio de práticas espirituais que buscam normalizar a diferença. O espectrocídio, nessa dimensão pastoral, não se realiza pela exclusão direta, mas pela assimilação. O sujeito é “incluído” na comunidade, mas apenas como resultado da sua transformação em outro. Ele é aceito enquanto testemunho, não enquanto pessoa. A inclusão é, portanto, simultaneamente presença e apagamento.

O discurso de Carvalho ilustra com clareza esse mecanismo. O autista curado é aquele que “fala”, “abraça” e “briga”, ou seja, aquele que se conforma aos comportamentos esperados pela norma. A cura equivale à integração na sociabilidade dominante. Foucault (2008b) advertia que a normalização moderna não tem por meta apenas excluir, mas integrar para controlar. A

inclusão, nesse sentido, é o modo mais sofisticado de exclusão, pois transforma o diferente em idêntico. É essa a lógica da inclusão perversa (Sawaia, 2014), que se realiza sob o discurso da salvação e da empatia.

Desse modo, a pastoral da cura se revela como tecnologia de poder que atua simultaneamente sobre o corpo e sobre a consciência. O autismo é reduzido a objeto de intervenção; a professora, a mediadora da purificação; e o pastor, ao condutor da economia da salvação. O espectrocídio se concretiza na articulação entre esses papéis, pois é nesse entrelaçamento de práticas, crenças e afetos que a diferença é convertida em ausência. O sujeito autista deixa de existir enquanto diferença viva e passa a existir apenas como signo de milagre.

#### 4.2.5 O espectrocídio como regime discursivo: fé, saber e normalização da diferença

A análise foucaultiana do discurso de Pio Francisco de Carvalho permite compreender o espectrocídio religioso não apenas como um fenômeno moral ou teológico, mas como um regime discursivo que estrutura o campo de possibilidades do que se pode dizer, pensar e fazer em relação à neurodiversidade no interior da racionalidade cristã contemporânea. Para Foucault (2012a), os regimes de verdade são sistemas de regras que determinam as condições de emergência dos enunciados, delimitando os saberes legítimos e definindo os sujeitos que podem falar. No discurso analisado, esse regime é sustentado por uma tríade de forças interligadas: a fé como critério de verdade, o saber teológico como instrumento de poder e a normalização da diferença como missão pastoral.

##### a) Fé como critério de verdade

O primeiro eixo desse regime discursivo é o deslocamento do critério de verdade da esfera empírica para o domínio da fé. Ao afirmar que “meu avô morreu com 94 anos e nunca

ouviu falar de autismo”, Carvalho não apenas desqualifica o conhecimento científico, mas propõe uma nova hierarquia epistemológica. O passado, a tradição e a revelação divina são instaurados como fontes de verdade mais confiáveis do que a observação ou a pesquisa. Essa operação discursiva revela, em termos foucaultianos, uma produção de verdade teológica, na qual o crer substitui o saber.

Nesse contexto, a verdade não é demonstrada, é proclamada; não se submete à verificação, mas à adesão. Foucault (2012b) identifica esse tipo de funcionamento como característica dos dispositivos pastorais: eles não operam pela coerção física, mas pela condução das consciências. O discurso religioso, ao converter o autismo em prova espiritual, reordena a experiência humana sob um paradigma de fé, em que a diferença só adquire sentido se puder ser traduzida em categorias soteriológicas — cura, libertação, milagre.

O que se estabelece é uma lógica de equivalência entre crer e curar. A cura torna-se a materialização da fé e, portanto, a prova da verdade. Aquele que não é curado é, por extensão, o que não crê o suficiente. Essa estrutura, ao mesmo tempo teológica e moral, funda uma nova forma de exclusão: o não curado é o não salvo. Assim, o discurso religioso constrói um campo de julgamento permanente, em que a neurodiversidade é submetida à verificação espiritual. O autismo, ao ser interpretado como presença do mal, perde sua legitimidade como diferença e torna-se falha moral.

#### b) Saber teológico como instrumento de poder

O segundo eixo desse regime discursivo é o saber teológico como tecnologia de poder. Foucault (2008a) observa que todo saber é atravessado por relações de poder e que não há neutralidade na produção de conhecimento. O discurso de Carvalho demonstra como o saber religioso se apresenta como totalidade explicativa, capaz de subsumir e deslegitimar os outros saberes. Ao propor o exorcismo como método pedagógico, o pastor realiza uma operação epistemológica: retira o autismo do campo do conhecimento científico e o reinsere no campo da teologia moral.

Esse deslocamento não é apenas simbólico. Ele tem consequências práticas. Quando o autismo é definido como possessão, ele deixa de ser tratado por estratégias de apoio, mediação e acolhimento e passa a ser enfrentado por rituais de purificação. O saber teológico, nesse caso, transforma-se em poder disciplinar, regulando comportamentos, emoções e expectativas. A figura do pastor assume o papel de perito espiritual, e o fiel, de paciente da fé. Essa hierarquia produz o que Foucault (2014) denomina assujeitamento pastoral: um modo de sujeição em que o indivíduo é levado a se reconhecer como dependente da autoridade que o dirige.

Ao mesmo tempo, o discurso do pastor se legitima pela performatividade de sua enunciação. O púlpito é o lugar da enunciação verdadeira; quem fala desse espaço fala em nome de Deus. A linguagem é investida de força ilocutória e torna-se produtora de realidade. Foucault (2012a) descreve essa dinâmica como poder-saber: um sistema em que o ato de dizer e o ato de governar coincidem. A palavra do líder não interpreta o real, ela o cria. Assim, quando o pastor declara que “o espírito maligno saiu”, o enunciado não descreve um evento, mas o produz, instaurando uma nova realidade simbólica — a do corpo purificado.

### c) Normalização da diferença como missão pastoral

O terceiro eixo é a normalização da diferença, apresentada como dever religioso. O discurso de Carvalho mobiliza a noção de “cura” como imperativo moral, transformando o acolhimento em correção. Essa lógica corresponde, no vocabulário foucaultiano, ao funcionamento dos dispositivos de normalização. O dispositivo é um conjunto heterogêneo de práticas, discursos, instituições e saberes que se articulam em torno de uma função estratégica: gerir a vida, regular comportamentos, ajustar corpos.

No discurso analisado, o dispositivo de normalização espiritual opera através de três práticas complementares: o rito de exorcismo, a oração como técnica disciplinar e o testemunho como validação moral. Cada uma dessas práticas atua como mecanismo de produção da obediência e da conformidade. O exorcismo atua sobre o corpo; a oração, sobre a consciência;

e o testemunho, sobre o coletivo. Em conjunto, elas fabricam um sujeito espiritual normalizado — aquele que fala, obedece e reproduz a doutrina.

A normalização é, portanto, o objetivo último do espectrocídio religioso. O apagamento da neurodiversidade não ocorre por exclusão física, mas por assimilação simbólica. A pessoa autista é reintegrada à comunidade apenas quando passa a expressar os comportamentos considerados aceitáveis. Essa forma de apagamento — inclusão condicional — constitui o núcleo da inclusão perversa (Sawaia, 2014): a diferença é admitida apenas para ser negada.

Sob a ótica foucaultiana, essa dinâmica exemplifica o funcionamento do biopoder pastoral: o poder que administra a vida, mas o faz a partir de um critério espiritual. A igreja, como instituição, age sobre os corpos e almas com o objetivo de garantir a pureza da comunidade. O autismo, enquanto diferença, é percebido como risco, desordem e ameaça à coesão simbólica do grupo. O exorcismo, nesse contexto, é o instrumento de restauração da norma. Ele não apenas elimina o desvio, mas reafirma o poder do dispositivo que o corrige.

#### d) O regime discursivo como produção de subjetividade

O espectrocídio religioso, enquanto regime discursivo, não se limita a excluir; ele produz subjetividades. Foucault (2012a) demonstra que o poder moderno não anula o sujeito, mas o fabrica segundo determinadas matrizes de identidade. No caso do discurso analisado, o sujeito autista é produzido como “curável”, “libertável”, “convertível”. Essa identidade é construída para permitir a intervenção e justificar a correção. O sujeito só é reconhecido na medida em que se adapta ao papel de objeto de milagre.

A professora, por sua vez, é produzida como mediadora da fé. Sua função não é ensinar, mas interceder. A figura do educador é capturada pelo dispositivo pastoral e ressignificada em termos religiosos. O ensino cede lugar à oração; a pedagogia é substituída pela liturgia. Esse deslocamento demonstra a expansão do poder religioso para o campo da educação, convertendo a prática pedagógica em prática pastoral — um processo que Foucault (2008b) chamaria de colonização do saber.

Por fim, a própria comunidade de fé é subjetivada como corpo coletivo purificado. O exorcismo não visa apenas a cura do indivíduo, mas a preservação da pureza do grupo. O corpo autista é o espelho onde a comunidade vê refletida sua necessidade de reafirmar a norma. O milagre não é apenas transformação individual; é reafirmação social da ordem. Assim, o espectrocídio religioso cumpre uma função de manutenção do equilíbrio simbólico do grupo: elimina o que ameaça a coesão espiritual, reitera o domínio da fé sobre o saber e preserva a ilusão de uma pureza possível.

#### 4.2.6 Genealogia da cura e o dispositivo de purificação: do corpo desviante ao corpo normalizado

A genealogia, em Foucault (2012a), não busca uma origem linear dos fenômenos, mas investiga as discontinuidades e rupturas que revelam como os discursos se transformam e persistem em novas formas históricas. Ao aplicar essa perspectiva ao discurso de Pio Francisco de Carvalho, observa-se que sua proposta de exorcismo como método pedagógico não constitui uma invenção isolada, mas uma reatualização de antigas tecnologias cristãs de purificação e controle, adaptadas às sensibilidades do presente. A genealogia permite compreender como práticas de poder espiritual sobre o corpo e a mente — antes legitimadas pela teologia — continuam operando, agora sob o léxico da libertação e da inclusão.

##### a) A tradição do corpo disciplinado

Desde as origens do cristianismo, o corpo foi concebido como campo de batalha entre o bem e o mal. Essa visão dualista, herdeira de tradições ascéticas e monásticas, estruturou o corpo como lugar da tentação, da queda e da redenção. Foucault (2014), ao analisar as técnicas de si nos primeiros séculos cristãos, demonstra que o cuidado da alma estava sempre associado à vigilância do corpo. A confissão, o jejum, a penitência e a mortificação eram práticas

destinadas a submeter o corpo à vontade espiritual. O poder pastoral operava sobre a carne para salvar o espírito.

No discurso de Carvalho, essa tradição é mantida, ainda que travestida de pedagogia contemporânea. O corpo autista é lido como corpo indisciplinado — que “não fala”, “não presta atenção”, “não faz continha”. As categorias pedagógicas de atenção e desempenho são reinterpretadas sob uma gramática espiritual. A desobediência, o silêncio ou a dificuldade cognitiva são recodificados como sintomas do mal. A oração e a unção surgem, então, como novas formas de penitência. O corpo autista deve ser corrigido, convertido e redimido.

Essa lógica revela o que Foucault (2008a) descreve como continuidade das técnicas disciplinares sob novas roupagens discursivas. O corpo contemporâneo, mesmo após a secularização das instituições, continua sendo objeto de vigilância e correção. O discurso religioso, ao incorporar a linguagem da inclusão, mantém a função disciplinar que sempre o caracterizou. O “acolhimento” oferecido pela fé é, na verdade, uma forma de docilização do corpo divergente. A diferença é admitida, mas apenas enquanto promessa de conversão.

#### b) A cura como ritual de purificação

A genealogia das práticas de cura mostra que o exorcismo sempre desempenhou uma função de restauração da ordem simbólica. Foucault (2012b) observa que, nas sociedades pré-modernas, a doença era menos uma anomalia biológica e mais uma transgressão moral. O curar significava reintegrar o indivíduo à norma, tanto corporal quanto espiritual. Essa estrutura permanece no discurso de Carvalho: o autismo é descrito como ausência de graça, e a cura, como retorno à pureza.

O ritual de unção e imposição de mãos atualiza a lógica medieval da purificação do corpo desviante. A diferença, representada pela neurodiversidade, é tratada como impureza que contamina o corpo social. O gesto de impor as mãos e invocar a libertação é, ao mesmo tempo, gesto de exclusão e de recondução. O corpo autista é temporariamente excluído da comunidade, para depois ser reintegrado sob condição de normalização. Essa dinâmica repete o mecanismo

descrito por Foucault (2008a) nas práticas penitenciais: o desvio é necessário para reafirmar a norma. A purificação só tem sentido porque existe o impuro.

A cura espiritual, portanto, não é apenas um evento teológico, mas um dispositivo de regulação social. Ela define quem pode pertencer, quem precisa ser corrigido e quem será considerado exemplo. A professora que pratica a unção é celebrada como modelo de fé, enquanto as crianças “curadas” tornam-se instrumentos de demonstração do poder da igreja. Assim, o milagre é menos uma experiência individual e mais um espetáculo coletivo de normalização.

### c) A pedagogia do milagre e o disciplinamento da emoção

A análise genealógica também evidencia como o discurso da cura espiritual incorpora, no presente, novas dimensões de controle — especialmente sobre a emoção. A teologia carismática, da qual o discurso de Carvalho é herdeiro, introduz uma pedagogia do sentimento: chorar, gritar, cair ao chão, ou “sentir o poder de Deus” são expressões corporais e emocionais valorizadas como sinais de fé autêntica. No entanto, como observa Foucault (2012a), todo regime de verdade define não apenas o que se pode dizer, mas também o que se pode sentir. A emoção, ao ser normatizada, torna-se veículo de poder.

No caso analisado, a emoção é utilizada como critério de autenticidade espiritual. A professora é descrita como alguém que, após a unção, experimenta alegria e surpresa diante dos resultados. Essa emoção funciona como prova da verdade do milagre. O sentir substitui o pensar; a experiência afetiva substitui a reflexão crítica. O poder pastoral, assim, governa não apenas o comportamento, mas o afeto — produzindo um sujeito emocionalmente alinhado ao discurso da fé.

Essa pedagogia emocional reforça o caráter autojustificatório do dispositivo religioso: quem sente o milagre não questiona o milagre. A emoção confirma a verdade do discurso e perpetua sua eficácia. O controle do corpo se estende ao controle da sensibilidade. A

normalização torna-se experiência subjetiva de alegria e gratidão. O poder não é mais percebido como dominação, mas como consolo.

#### d) Da genealogia à persistência do espectrocídio

O itinerário genealógico revela que o espectrocídio religioso é a forma contemporânea de um dispositivo ancestral de purificação e controle. Enquanto no passado o corpo herege era queimado, hoje o corpo autista é “abençoado”; enquanto a penitência medieval impunha o silêncio, o ritual carismático impõe a fala como sinal de cura. A violência simbólica persiste, apenas muda de registro.

Esse deslocamento demonstra o caráter adaptativo do poder pastoral. Foucault (2014) enfatiza que o poder não desaparece, mas se reinventa, assumindo as linguagens e sensibilidades de cada época. A noção contemporânea de “cura espiritual” é a versão atualizada das antigas práticas de expiação. A diferença é que, no presente, o discurso se apresenta como inclusivo. O exorcismo é disfarçado de cuidado; o disciplinamento, de empatia.

O resultado é a naturalização do espectrocídio: a eliminação simbólica das existências autistas sob o signo da benção. A violência se torna inquestionável porque se mascara de amor. Como observa Foucault (2012b), a forma mais eficaz de poder é aquela que consegue operar sem ser percebida como tal. No caso do discurso de Carvalho, o poder atua precisamente assim: não pela imposição, mas pela crença; não pela exclusão direta, mas pela promessa de acolhimento.

A genealogia, portanto, permite ver que o discurso da cura espiritual é parte de uma longa tradição de governo das almas e dos corpos. Ele reproduz, sob a aparência de fé e cuidado, as mesmas estruturas de correção que historicamente sustentaram o disciplinamento dos corpos desviantes. O espectrocídio religioso é, nesse sentido, uma das expressões contemporâneas do biopoder — um poder que administra a vida para torná-la conforme à norma, mesmo que, para isso, precise apagar o que nela escapa ao controle.

#### 4.2.7 Convergências entre fé e poder: o espectrocídio como racionalidade contemporânea

A leitura foucaultiana do discurso de Pio Francisco de Carvalho permite compreender o fenômeno da cura espiritual não apenas como expressão de uma crença, mas como manifestação de uma racionalidade de poder que atravessa os domínios da religião, da educação e da saúde. Essa racionalidade, que se pode denominar governamentalidade espiritual da diferença, opera no ponto de convergência entre a fé e o controle social, administrando corpos e subjetividades a partir de um ideal de pureza e normalidade. O espectrocídio religioso se insere, assim, no interior dessa racionalidade, como mecanismo de gestão das existências que desafiam os limites do humano normativo.

Foucault (2008b) define governamentalidade como o conjunto de técnicas e racionalidades que orientam a condução das condutas. No discurso de Carvalho, a fé é utilizada como tecnologia de governo: ela orienta comportamentos, define critérios de pertencimento e regula o modo como se deve sentir, agir e existir. A noção de cura espiritual funciona como instrumento de alinhamento moral, unificando crença e obediência. A cura não é apenas promessa de salvação, é mecanismo de gestão da diferença. Ao propor a expulsão do “espírito maligno” como solução para o autismo, o pastor transforma a fé em dispositivo biopolítico, que decide quais vidas são legítimas e quais devem ser corrigidas.

Essa forma de poder espiritual não é repressiva no sentido clássico. Foucault (2012a) demonstra que o poder moderno é produtivo: ele fabrica corpos dóceis, subjetividades obedientes e verdades convenientes. O discurso religioso contemporâneo, ao internalizar a linguagem da inclusão e da diversidade, produz sujeitos que acreditam agir em nome do acolhimento, quando, na verdade, participam da reprodução de mecanismos de controle. O exorcismo pedagógico descrito por Carvalho é exemplo dessa produção: professores e fiéis acreditam estar cuidando das crianças, mas estão, de fato, submetendo-as à norma espiritual da comunidade.

O espectrocídio religioso, nessa perspectiva, constitui uma economia de purificação, na qual o valor espiritual do indivíduo depende de sua capacidade de conformar-se aos padrões de conduta e comunicação reconhecidos pela maioria. A criança autista que “fala”, “abraça” e “briga” é exaltada como milagre porque retorna ao campo da inteligibilidade social. O corpo que se comporta de modo previsível é o corpo salvo. O corpo que escapa é o corpo em falta. Assim, a racionalidade pastoral converte a diferença em déficit e o déficit em oportunidade de controle.

Ao analisar o biopoder, Foucault (2008b) mostra que a modernidade não mais governa pela ameaça da morte, mas pela administração da vida. As religiões carismáticas contemporâneas, como a Comunhão Cristã Abba, estendem essa lógica ao plano espiritual. Elas prometem a vida plena — saúde, prosperidade, libertação —, mas condicionam essa plenitude à obediência ao dispositivo de fé. A vida digna é aquela vivida segundo as normas do sagrado. Essa forma de biopolítica religiosa, ao regular a existência em nome da salvação, amplia o alcance do poder pastoral para além da igreja, penetrando o espaço escolar, familiar e social.

O espectrocídio religioso manifesta-se, portanto, como governo da vida neurodivergente. O discurso de Carvalho transforma o autismo em território de intervenção contínua: o corpo autista é objeto de vigilância espiritual, a família é convocada à corresponsabilidade moral, e o educador é transformado em agente da purificação. O poder religioso, desse modo, articula-se com outros regimes de saber — pedagógico, médico, psicológico —, formando uma rede híbrida de controle que regula o modo de existência do sujeito autista. Essa rede caracteriza o que Foucault (2012b) chamaria de dispositivo de normalização difusa: um poder capilar que não precisa de coerção explícita para funcionar.

A racionalidade que sustenta esse dispositivo é paradoxal. Ao mesmo tempo em que prega o amor e o acolhimento, ela institui a pureza como condição de pertencimento. O autismo é aceito enquanto promessa de cura, mas rejeitado enquanto modo de ser. Essa ambiguidade evidencia o caráter produtivo do poder: ele não nega a diferença, ele a produz para poder administrá-la. O discurso do milagre, nesse sentido, é uma técnica de governo. Ele transforma o sofrimento em narrativa edificante e a exclusão em prova de fé.

Foucault (2014) observa que o poder pastoral se distingue por sua forma de individualização: ele não governa massas abstratas, mas almas singulares. O espectrocídio religioso segue essa lógica. A intervenção espiritual não se dirige ao coletivo, mas ao indivíduo concreto, identificado como “criança autista”, “mãe aflita” ou “professora de fé”. Essa personalização do cuidado é o que torna o poder mais eficaz, porque ele se apresenta como gesto de amor. O que se governa, na verdade, é o desejo de ser aceito.

A análise foucaultiana revela, assim, que o espectrocídio religioso não é acidente discursivo, mas forma organizada de produção da verdade sobre o autismo. Ele define o que é a neurodiversidade, quem pode falar sobre ela e como ela deve ser tratada. Esse regime de verdade espiritual impõe-se sobre outros saberes, desqualificando o discurso científico e o saber experiencial das pessoas autistas. O resultado é uma hierarquia epistêmica em que o religioso ocupa o lugar do saber absoluto. Essa hierarquia sustenta o que esta dissertação denomina epistemologia da purificação: uma forma de conhecimento que se legitima pela exclusão do diferente.

A força dessa racionalidade está em sua invisibilidade. Ao contrário da violência explícita, o espectrocídio religioso opera por meio da compaixão. O gesto de impor as mãos, de orar ou de ungir não se apresenta como punição, mas como cuidado. No entanto, como demonstra Foucault (2012a), a benevolência é frequentemente o disfarce mais eficaz do poder. O cuidado torna-se estratégia de dominação quando é usado para produzir sujeitos dóceis. A espiritualidade que cura é, ao mesmo tempo, espiritualidade que normaliza.

Em síntese, o discurso de Pio Francisco de Carvalho exemplifica a persistência de uma racionalidade que combina fé e disciplina, cuidado e exclusão, amor e controle. Ele traduz, em linguagem contemporânea, a continuidade do poder pastoral como forma de governo da vida. O espectrocídio religioso, enquanto dispositivo, não apenas elimina a diferença, mas a transforma em instrumento de reafirmação da norma.

O desafio ético que emerge dessa análise é o de construir uma espiritualidade que não governe a vida, mas a reconheça em sua pluralidade. Romper com o dispositivo de purificação implica abandonar a ideia de que a cura é o destino da diferença. Implica compreender, como

propõe Foucault (2014), que o verdadeiro cuidado de si é aquele que liberta, não o que normaliza. Nesse horizonte, a neurodiversidade deixa de ser objeto de salvação e passa a ser experiência legítima do humano.

#### 4.3 O autismo como herança espiritual: culpa genealógica e o dispositivo do mal geracional

O terceiro discurso analisado integra um conjunto de manifestações religiosas que circulam amplamente nas redes sociais e refletem concepções sobre o autismo fundamentadas em interpretações místicas e moralizantes. Esses pronunciamentos foram apresentados em um vídeo que circula pelas redes sociais, e o líder religioso chegou a dizer que “a entidade que rege o autismo está ligada a Ares, Ogum, São Jorge, o deus da guerra. Por isso, o autismo é frenético e, às vezes, violento”. Ele ainda defendeu que “toda pessoa que tem autista na sua casa tá ligada a um mal geracional” (Metrópoles, 2025).

Autismo, mal, geracional, da quarta geração pra cá. Toda pessoa que tem autista na sua casa tá ligado ao mal geracional. Sangue de Jesus tem poder pastor. Quer dizer então que eu sou um pecador? Não é isso que eu tô falando. Mas a questão é que alguém da geração por parte de pai ou de mãe, olha só, quatro gerações de paternidade, quatro gerações de maternidade. Alguém aqui abriu uma porta. Às vezes são todos. Bisavô, avô, pai e filho. Bisavôs, avôs, pais e filha abriram a porta. E aí a criança nasce com um problema de autismo. O autismo hoje não sabe-se cientificamente qual que é a origem. Mas a origem tá ligado a algumas coisas, tá? Que o senhor já me disse. Algumas delas. Só que o fator do autismo ele é geracional. E pode perceber, tem uma pessoa aqui que é autista, o pai, o filho também é. O autismo se tornou geracional. Geralmente. Ele é um mal geracional e o autismo se tornou geracional. Inclusive dia dois agora, acho que foi dia dois né? E você já viu qual que é o símbolo do autismo? Não. É o padrão de Ouroboros, é o símbolo do metaverso, é o símbolo do Instagram, é o símbolo do WhatsApp, é o oito horizontal. O infinito. Por que? Símbolo do infinito. Porque o autista, ele apresenta um padrão de repetição na sua conduta, nas suas atitudes. É um ciclo de repetição. Vai e volta, vai e volta, vai e volta. Ele fica num looping temporal de si mesmo. Ele não consegue romper aquela barreira mental, emocional. Assim é o autista. Aí tem né? Você vai falar dos graus do autismo, mas olha só, a entidade que rege o autismo, posso falar? Pode, vamos. A entidade que está por trás do autismo está ligado a Ares, que é Ogum em São Jorge, que é o deus da guerra. Por isso que o autismo ele é frenético e às vezes ele é violento, por quê? Porque a entidade por trás está ligada a isso. Tem que fazer uma, só de autismo, tem muito de coisa de autismo que as pessoas não entendem. (Metrópoles, 18 ago 2025).

A transcrição atribuída ao pastor Rogério Zayit estrutura um regime de verdade em que o autismo é nomeado como “mal geracional”, interpretado por um léxico de guerra espiritual e por associações religiosas externas (Ares/Ogum/São Jorge), articuladas como causa e matriz explicativa. À luz da Análise do Discurso Foucaultiana, o objetivo desta seção é examinar como esse enunciado se torna possível, que efeitos de verdade produz, quais dispositivos ativa e que subjetividades institui. O método adotado, coerente com as análises anteriores do capítulo, segue três eixos integrados:

1. Campo enunciativo e condições de possibilidade: posições de fala, regras de formação, alianças institucionais e imaginários que autorizam o enunciado.
2. Dispositivo e efeitos de poder-saber: tecnologias pastorais, mecanismos de normalização e modalidades de controle que o discurso viabiliza.
3. Processos de subjetivação e espectrocídio: produção de identidades e apagamentos simbólicos, inclusive quando ancorados na retórica do cuidado, da cura e da proteção da comunidade.

Nessa chave foucaultiana, não buscamos intenções psicológicas do orador, mas a funcionalidade do discurso: que práticas ele autoriza, que exclusões legitima, que saberes invalida e como articula fronteiras entre “dentro” e “fora” da comunidade. A hipótese analítica que atravessa esta seção é que o enunciado organiza um dispositivo de purificação que: (a) espiritualiza a etiologia do autismo sob a forma de “linhagem” contaminada; (b) reconfigura a família e a escola como espaços de vigilância espiritual; (c) converte tradições religiosas afro-brasileiras e católicas em índices de risco espiritual; (d) normaliza condutas e expectativas para a pessoa autista; e (e) funda um contínuo de apagamento ontológico — aqui conceituado como espectrocídio.

A análise será desenvolvida em seis subpartes: (3.3.2) condições de possibilidade; (3.3.3) vontade de verdade e gramática genealógica do “mal”; (3.3.4) dispositivo pastoral e biopolítica da linhagem; (3.3.5) fronteiras religiosas e gestão da diferença; (3.3.6) espectrocídio e normalização por repetição; (3.3.7) síntese e implicações ético-políticas.

#### 4.3.1 Condições de possibilidade do enunciado: púlpito, genealogia moral e fronteira inter-religiosa

A emergência do enunciado — autismo como “mal geracional” associado a entidades (Ares/Ogum/São Jorge) — pressupõe condições de possibilidade que o tornam verossímil para uma audiência situada. Destacam-se três:

a) Posição institucional de fala (poder pastoral).

O púlpito pentecostal/neopentecostal opera como posição enunciativa autorizada. A palavra, investida de autoridade espiritual, circula como ato performativo: não apenas descreve, institui verdades (Foucault). A forma interrogativa-responsiva (“posso falar?” / “pode, vamos”) antecipa o consentimento da assembleia, convertendo a cena discursiva em ritual de validação. A audiência, enquanto corpo de fiéis, confere adesão e efeito normativo ao que é dito.

b) Gramática genealógica do mal (linhagens e heranças).

A categoria “mal geracional” pressupõe um modelo genealógico de causalidade moral. O enunciado invoca linhas de ascendência (“quatro gerações de paternidade e maternidade”), produzindo um dispositivo de rastreio: localizar “quem abriu a porta”. Esse esquema desloca a diferença neurológica para uma economia de culpa/expiação transgeracional, reconfigurando o autismo como traço de uma linhagem contaminada. A família torna-se alvo de inspeção espiritual, e a criança, índice de uma quebra ancestral.

c) Fronteira inter-religiosa e conversão do Outro em causa.

A associação entre autismo e entidades (Ares, Ogum, São Jorge) opera como marcação de fronteira entre tradições religiosas. No plano discursivo, o Outro religioso é convertido em vetor causal do mal. O enunciado realiza, assim, uma tradução assimétrica: toma signos, deuses e orixás como “explicações” para a diferença, reinscrevendo-os em uma matriz de guerra espiritual. Com isso, produz-se um efeito de politização da etiologia: diferenças religiosas passam a integrar a causalidade do autismo, legitimando práticas de purificação.

Essas três condições não derivam de uma pessoa, mas de uma formação discursiva: um conjunto de regras de enunciação que, historicamente, autoriza propostas de causalidade espiritual para fenômenos complexos; legitima intervenções de correção; e organiza o campo social em termos de pureza/risco.

#### 4.3.2 Vontade de verdade e gramática genealógica: do diagnóstico espiritual à prova por repetição

A vontade de verdade se manifesta em três operações enunciativas:

- (i) Diagnóstico espiritual como metacausa.

A fala declara que “não se sabe cientificamente a origem” do autismo e em seguida preenche o vazio com uma etiologia espiritual (“o Senhor já me disse”, “fator geracional”). A operação converte a incerteza empírica em certeza revelada. No plano foucaultiano, trata-se de substituição de regimes de veridicção: o que conta como evidência passa a ser o testemunho carismático, e não a prova técnico-científica.

- (ii) Naturalização por exemplificação familiar.

A fórmula “perceba: tem uma pessoa autista; o pai; o filho” invoca uma evidência anedótica de transmissão. O encadeamento familiar funciona como padrão autorreferente que reforça a tese do “mal geracional”, deslocando a complexidade genética/ambiental para um

mecanismo moral. A genealogia, assim, dá forma à vontade de verdade: linhagens substituem variáveis; “porta aberta” substitui contexto.

(iii) Sinalética simbólica como validação (Ouroboros/infinito).

O argumento do “símbolo do infinito” como chave interpretativa do autismo conecta semiose e conduta: repetições comportamentais seriam “looping” e, portanto, a imagem  $\infty$  seria “o símbolo do autismo”. O gesto produz um curto-circuito entre signo e essência: o símbolo deixa de representar e passa a explicar. Em termos foucaultianos, emerge uma economia de indícios: imagens e emblemas são reordenados para ancorar a veridicção espiritual.

O conjunto dessas operações constitui uma gramática genealógica: 1) afirma-se uma causa ancestral; 2) busca-se um indício na repetição familiar; 3) captura-se um signo visual para consolidar o efeito de verdade. Essa gramática sustenta práticas ulteriores de rastreamento (quem abriu a porta) e intervenção (fechar portas, romper maldições), preparando a entrada do dispositivo pastoral.

#### 4.3.3 Dispositivo pastoral e biopolítica da linhagem: governo da família, vigilância de condutas

Como dispositivo, o discurso articula técnicas, saberes e posições para governar vidas:

a) Governo da família como unidade de purificação.

Ao deslocar a etiologia para linhagens, a família converte-se em alvo primário. A tarefa pastoral passa a ser identificar vínculos entre práticas ancestrais e o “quadro autista”, promovendo campanhas de libertação que envolvem avós, pais e filhos. A genealogia torna-se economia de salvação: confissão de vínculos com “entidades”, renúncia, ritos de quebra. O foco desloca-se da pessoa autista para a linhagem.

b) Produção de condutas normativas na criança.

A criança autista é descrita por traços de repetição e “violência” associados ao “deus da guerra”. O enunciado, assim, prescreve expectativas: quando há agitação, interpreta-se como sinal de domínio espiritual bélico. Isso prepara intervenções de contenção com rótulo religioso, restringindo a leitura pedagógica e de apoio sensorial. A norma é obediente/atento/sociável; tudo fora disso confirma a tese espiritual e retroalimenta o dispositivo.

c) Biopolítica da linhagem.

A gestão espiritual se estende ao tempo (quatro gerações) e ao sangue (“tá ligado ao sangue”), aproximando-se de uma biopolítica religiosa: administrar a vida enquanto genealogia, classificando riscos, definindo quem precisa de “rompimentos” e como se reproduz a pureza. A família é mapeada; a diferença, governada; a continuidade do grupo, protegida por filtros de pureza espiritual.

Esse dispositivo não exclui abertamente; ele integra sob condição: aceita-se a presença da criança se a família adere ao programa de purificação. É nessa lógica que o espectrocídio se torna praticável: aceitar é apagar, quando existir passa a depender de não ser como se é.

#### 4.3.4 Fronteiras religiosas e gestão da diferença: do sincretismo semântico à causalidade moral

A associação do autismo a Ares/Ogum/São Jorge realiza três movimentos

1. Sincretismo semântico estratégico.

Ao alinhar Ares, Ogum e São Jorge, o enunciado colapsa tradições distintas em um mesmo vetor de guerra. Essa manobra semântica simplifica diferenças teológicas e rituais, permitindo atribuir causalidade espiritual por contiguidade nominal (guerra/metal/combate).

2. Conversão do Outro em risco etiológico.

A referência a entidades de matrizes afro-brasileiras e católicas funciona como marcação de risco. O Outro religioso é reinscrito como causa da diferença. Isso legitima práticas de profilaxia espiritual (romper laços, renunciar símbolos, revisar objetos domésticos), ampliando o campo de intervenção sobre famílias.

### 3. Política de pertencimento.

A gestão da diferença neurológica torna-se também gestão da fronteira religiosa. Pertencer requer alinhar crenças e reconfigurar heranças. A criança autista torna-se ícone de fidelidade: sua existência é lida como termômetro da “vida espiritual” da família. Essa política reforça homogeneização interna e suspensão de sincretismos cotidianos.

#### 4.3.5 Espectrocídio e normalização por repetição: quando existir depende de traduzir-se

O espectrocídio, aqui, designa um apagamento ontológico produzido quando a existência autista só é legítima se traduzida na gramática da guerra espiritual e da maldição ancestral. O processo, tal como enunciado, segue um encadeamento:

1. Redução ontológica: o autismo é “mal”, não modo de ser.
2. Condicionalidade do pertencimento: a presença é aceita se houver rupturas rituais e sinais de normalização.
3. Substituição da voz: a criança é falada pela genealogia e pelo pastor; a experiência autista não tem posição de enunciação.
4. Norma performativa: fala, atenção e sociabilidade comprovam libertação; diferença persistente confirma maldição.
5. Ciclo de repetição: cada comportamento é reinserido na explicação espiritual, fechando o circuito.

A repetição não é apenas traço atribuído à criança; é mecânica do dispositivo: toda diferença retorna como confirmação do diagnóstico espiritual. O espectrocídio opera, assim, como mecanismo autorreferente de normalização.

#### 4.3.6 Vontade de verdade e o estatuto espiritual do saber

Na tradição foucaultiana, a vontade de verdade designa a necessidade histórica de separar discursos legítimos e ilegítimos, instituindo regimes de saber que determinam o que pode ser dito como verdadeiro. O discurso de Rogério Zayit se insere nesse campo ao construir um regime de verdade religioso que concorre com o saber científico e o substitui no plano da explicação.

A estrutura discursiva “a ciência não sabe a origem, mas o Senhor já me disse” opera como gesto fundante de autoridade. O saber científico é reconhecido apenas para ser superado: sua limitação legitima o surgimento da revelação como fonte de verdade superior. Essa inversão produz o que Foucault denominaria um dispositivo de exclusão e substituição, no qual a falta de resposta empírica abre espaço para uma teologia explicativa total.

O pastor estabelece uma vontade de verdade carismática que depende da investidura espiritual de sua posição. A verdade não é argumentada, é revelada; e a prova não é empírica, mas performática — o ato de dizer é o ato que a institui. Essa dinâmica corresponde ao que Foucault (2012a) identifica como o deslocamento da verdade da ordem da demonstração para a ordem da confissão espiritual: o sujeito fala em nome da divindade e, assim, cria o real discursivo.

Ao declarar que “o autismo é um mal geracional”, o discurso mobiliza uma forma de saber revelado que governa condutas. A enunciação espiritual adquire valor normativo. O que era uma diferença neurológica se transforma em sinal moral. Assim, a verdade espiritual não apenas explica, mas ordena; e a adesão à explicação equivale à submissão à norma.

Nesse processo, a “verdade” não é neutra. Ela organiza uma economia de pertencimento: quem crê é incluído, quem questiona é visto como resistente ao discernimento espiritual. A fé converte-se em critério epistemológico, e a discordância, em sintoma de afastamento do divino. O discurso espiritual não apenas disputa o espaço do saber — ele produz hierarquias de legitimidade entre modos de conhecer e modos de existir.

#### 4.3.7 O dispositivo pastoral da genealogia e a gestão espiritual da linhagem

Foucault (2008b) descreve o poder pastoral como forma de governo das almas, exercido pela mediação da verdade e pela administração da vida cotidiana. A fala de Rogério Zayit reinscreve esse poder na contemporaneidade, ao propor uma espiritualização das relações de parentesco e da hereditariedade.

A noção de “mal geracional” é um exemplo de tecnologia pastoral de vigilância, pois desloca o foco do indivíduo para a genealogia. O pastor não governa apenas a alma de cada fiel, mas toda a sua linha familiar, que passa a ser concebida como portadora de riscos espirituais. O dispositivo, portanto, não atua sobre uma pessoa, mas sobre um continuum de sangue e memória.

Ao afirmar que “alguém das quatro gerações abriu uma porta”, o discurso instaura uma economia genealógica da culpa. O pecado deixa de ser um ato e torna-se um traço herdado. Essa lógica transforma a salvação em processo coletivo: cada geração deve se purificar das transgressões anteriores. A genealogia substitui a biologia como fundamento da identidade espiritual.

Essa configuração corresponde ao que Foucault (2014) chama de governo da vida. A pastoral contemporânea, diferentemente do poder disciplinar clássico, não pune; ela orienta, acompanha, avalia e confessa. O dispositivo genealógico do “mal geracional” impõe uma dinâmica de rastreamento permanente — é preciso investigar o passado familiar para justificar o presente. Assim, o poder espiritual se infiltra na memória e no tempo.

O resultado é um modelo de governamentalidade religiosa, que transforma a família em território de administração da pureza. As fronteiras entre fé e parentesco desaparecem: o sangue é espiritualizado, e a alma é biologizada. O corpo da criança autista se torna sinal visível de um “erro invisível” nas gerações anteriores. A cura espiritual deixa de ser um evento individual para se tornar um processo de reengenharia moral da linhagem.

Ao mesmo tempo, o discurso introduz uma tecnologia de controle horizontal: cada membro da família é potencial fiscal do outro. O pastor propõe que todos “olhem para trás”, identifiquem quem “abriu a porta”. Essa injunção reorganiza laços de confiança, introduzindo vigilância intrafamiliar. O amor familiar se converte em suspeita religiosa, e o cuidado se torna diagnóstico.

Essa forma de controle espiritual reflete uma das teses centrais de Foucault (2008b): o poder pastoral é um poder de totalização e individualização simultâneas. Ele totaliza ao inscrever a família inteira no regime da salvação; e individualiza ao atribuir responsabilidade específica a cada antepassado ou descendente. A diferença autista é, assim, o ponto de condensação de um dispositivo pastoral da linhagem, que reorganiza o tempo, a culpa e a pertença.

Por fim, ao espiritualizar a genealogia, o discurso cria condições para o que esta pesquisa denomina espectrocídio genealógico — uma forma de apagamento que atua sobre a memória familiar. O autismo deixa de ser reconhecido como parte da herança humana e passa a ser concebido como falha espiritual que deve ser extirpada do sangue. O que se apaga não é apenas a singularidade da criança autista, mas a própria legitimidade da herança que a precede.

#### 4.3.8 Fronteiras religiosas e gestão da diferença

Em *A ordem do discurso*, Foucault (1996) observa que toda sociedade organiza seus enunciados por meio de sistemas de exclusão que determinam quem pode falar, o que pode ser dito e em quais condições. No caso do discurso de Rogério Zayit, o campo discursivo religioso funciona como um mecanismo de demarcação simbólica: estabelece uma fronteira entre “fé

verdadeira” e “práticas desviantes”. Essa fronteira é traçada por meio de referências a outras tradições religiosas — Ares, Ogum e São Jorge —, que são apropriadas e ressignificadas como vetores causais do mal.

A fusão entre Ares, Ogum e São Jorge não é aleatória; ela constitui uma operação semântica que reduz o pluralismo religioso brasileiro a um eixo moral de oposição. O sincretismo histórico, que no Brasil resultou da convivência entre tradições africanas, católicas e populares, é reinterpretado como contaminação espiritual. Essa inversão cumpre uma função específica: purificar a identidade pentecostal por contraste, fortalecendo o regime interno de verdade. Assim, o “Outro religioso” não é apenas diferente — ele é reclassificado como origem do desvio.

Essa apropriação simbólica tem efeitos políticos e epistemológicos. Ao transformar signos de outras religiões em causas do autismo, o discurso coloniza a alteridade religiosa e a submete ao próprio regime teológico. O que é do campo do mito ou da cosmologia do outro passa a ser reinterpretado como índice de perigo moral. Em termos foucaultianos, trata-se de uma reconfiguração do campo discursivo pela exclusão: o que não é assimilável é degradado ao estatuto de desvio. Essa operação reforça um dispositivo que, além de disciplinar a fé, administra a diversidade cultural.

A associação entre o autismo e entidades guerreiras (Ares/Ogum/São Jorge) reforça ainda outro deslocamento: a passagem da diferença neurológica para a moralidade bélica. A metáfora da guerra espiritual, comum no pentecostalismo contemporâneo, converte-se aqui em modelo explicativo da conduta autista. O movimento repetitivo, a intensidade sensorial ou a dificuldade de comunicação são reinterpretados como manifestações da “entidade da guerra”. Essa transposição cria um campo simbólico em que o comportamento autista é lido como militância do mal.

A fronteira entre religião e deficiência, portanto, é dissolvida. A teologia passa a definir categorias clínicas, e o púlpito se torna local de diagnóstico. O resultado é o que Foucault (2008a) chamaria de apropriação pastoral do saber: o líder religioso absorve funções de interpretação que antes pertenciam à medicina ou à psicologia, reconfigurando o discurso da

diferença sob a ótica da pureza espiritual. Essa apropriação é acompanhada de um deslocamento epistemológico: a verdade deixa de ser empírica e passa a ser revelada, a causalidade deixa de ser científica e passa a ser moral.

A fronteira inter-religiosa, portanto, não apenas delimita crenças — ela produz corpos. O corpo autista é inscrito no mapa simbólico da guerra entre o sagrado e o profano. A pessoa que porta essa diferença é transformada em evidência viva do conflito espiritual. Essa operação cumpre duas funções: (a) reafirma a unidade interna da comunidade de fé pela negação da alteridade; e (b) legitima a intervenção pastoral como instrumento de purificação. Assim, o discurso religioso torna-se um dispositivo de gestão da diferença, que opera simultaneamente no plano espiritual, moral e corporal.

Essa gestão não é neutra. Ela institui hierarquias de pertencimento e regula o modo como a diferença pode ser experimentada. Ser autista passa a significar estar permanentemente sob suspeita espiritual. A existência autista, nesse regime, não é apenas questionada — é vigiada. Cada gesto, cada padrão de comportamento é interpretado à luz da causalidade religiosa, transformando o cotidiano em espaço de confirmação da doutrina. Trata-se de uma forma de biopolítica espiritual, na qual o objetivo é governar a vida pela via da fé.

#### 4.3.9 Espectrocídio e normalização por repetição

No discurso de Zayit, a diferença autista é submetida a um regime de repetição discursiva que, ao mesmo tempo em que a descreve, a captura e a neutraliza. Foucault (2012a) descreve essa operação como efeito de verdade pelo acúmulo do discurso: quanto mais uma explicação é reiterada em múltiplos níveis — espiritual, moral, simbólico —, mais ela se torna evidente. A insistência do pastor em afirmar que “o autismo é um mal geracional” e que “ele é frenético e violento” transforma a enunciação em mecanismo de estabilização da verdade.

A repetição, nesse caso, cumpre dupla função. No plano teológico, consolida a doutrina; no plano social, naturaliza o estigma. A diferença autista, inicialmente um evento biográfico, passa a ser tratada como categoria teológica, submetida à lógica de causa e efeito espiritual. Essa transformação altera o modo de existência da pessoa autista: ela deixa de ser sujeito e se

converte em sintoma. Esse processo é central para o que esta pesquisa define como espectrocídio — a eliminação simbólica da identidade autista pela apropriação total de seu significado por regimes externos de verdade.

O espectrocídio não é um ato de silenciamento direto; é um processo discursivo de tradução forçada. O sujeito é admitido apenas se for interpretável dentro do código religioso dominante. O pastor autoriza a presença do autismo na narrativa, mas apenas enquanto sinal de uma desordem que deve ser corrigida. Essa admissão condicional transforma o reconhecimento em apagamento: existir passa a depender de negar a própria diferença.

Foucault (2008b) argumenta que todo dispositivo de poder opera pela produção de corpos dóceis. O discurso de Zayit atua exatamente nesse sentido. Ao identificar o autismo com uma entidade guerreira, ele define padrões aceitáveis de conduta: calma, disciplina, obediência. O comportamento autista que escapa a esses parâmetros é interpretado como resistência demoníaca. Assim, o sujeito autista é permanentemente colocado em estado de prova. A vida se torna um exame espiritual contínuo, em que a normalização é condição de salvação.

A ideia de que o símbolo do infinito representa o “looping” autista é um exemplo emblemático dessa dinâmica. A associação semiótica cria um circuito fechado: o signo ( $\infty$ ) explica a conduta, e a conduta confirma o signo. O resultado é um mecanismo discursivo autorreferente, no qual o discurso se valida a si mesmo. O símbolo, esvaziado de sua função cultural e científica, é reinscrito na gramática da pureza e da repetição demoníaca. Essa apropriação reforça o que Foucault (2012a) denomina fechamento do campo discursivo, isto é, o momento em que um enunciado se torna autorreferencial e imune à refutação.

No interior desse fechamento, o sujeito autista não pode mais produzir seu próprio discurso. Sua voz é substituída pelo diagnóstico espiritual que fala em seu lugar. Esse mecanismo de substituição da voz é uma das formas mais sutis de exclusão, pois transforma o apagamento em cuidado. A pastoral que diz “entender” o autista é, na verdade, a que o traduz sem lhe conceder enunciação. O espectrocídio se concretiza nesse ponto: quando o discurso do outro é absorvido a tal ponto que desaparece como diferença.

Por fim, é importante observar que o processo de normalização aqui descrito não se limita à religião. Ele espelha dinâmicas mais amplas de gestão da diversidade. Ao espiritualizar o autismo, o discurso de Zayit reproduz, sob nova forma, a racionalidade biopolítica moderna que busca regular os corpos e as condutas divergentes. A diferença é convertida em problema, o problema em risco, e o risco em objeto de intervenção. A fé, nesse sentido, atua como prolongamento espiritual da norma social.

#### 4.3.10 Genealogia da cura e o dispositivo de purificação espiritual

Foucault (2012b) entende a genealogia como uma ferramenta crítica que permite compreender a persistência de determinadas racionalidades no presente. A genealogia não busca a origem, mas as condições históricas de permanência e transformação das práticas de poder e saber. Ao aplicar essa perspectiva ao discurso de Rogério Zayit, é possível identificar a sobrevivência de uma lógica ancestral de purificação moral e espiritual, reconfigurada em linguagem pentecostal contemporânea.

O enunciado segundo o qual o autismo é “um mal geracional” e “regido por entidades guerreiras” não apenas propõe uma explicação espiritual, mas reativa uma matriz teológica que remonta à doutrina da contaminação hereditária. Desde os primeiros séculos do cristianismo, a ideia de pecado ancestral estruturou a noção de pureza moral e legitimou práticas de expiação. Zayit reinscreve esse mesmo princípio em chave contemporânea: o “mal” é herdado, e a “cura” exige ruptura ritual com a genealogia. Essa estrutura repete o padrão da confissão e da penitência, descrito por Foucault (2014) como mecanismos centrais do poder pastoral.

A genealogia da cura espiritual parte, portanto, de um imperativo de reparação do sangue, em que o corpo autista funciona como sintoma visível de uma desordem invisível. A “porta aberta” em gerações anteriores é o signo do erro a ser corrigido. Essa forma de explicação organiza uma prática de intervenção simbólica sobre a família: orações de libertação, campanhas de intercessão e rituais de renúncia substituem a escuta e o acolhimento da diferença. O corpo autista, nesse contexto, é reduzido a objeto sacrificial, um meio de purificar

o grupo e restabelecer a harmonia espiritual perdida. Esse dispositivo de purificação espiritual apresenta três dimensões principais:

1. Dimensão diagnóstica: a diferença é interpretada como evidência de desvio moral ou espiritual, deslocando o foco da experiência autista para a suposta transgressão ancestral.
2. Dimensão ritual: práticas de exorcismo e libertação são mobilizadas como tecnologias de restauração da pureza, operando sobre o corpo e a memória.
3. Dimensão comunitária: o ato de purificar o autista converte-se em demonstração de fé, produzindo um efeito de coesão interna na comunidade religiosa.

A genealogia mostra que essas práticas não são rupturas com o passado, mas continuações de tecnologias de poder antigas, agora traduzidas no vocabulário da espiritualidade contemporânea. O dispositivo de purificação, em sua forma atual, mantém a função disciplinar: moldar corpos, orientar condutas e restabelecer a normalidade. A diferença autista é, assim, capturada por um regime de salvação que transforma a cura em obediência.

No plano foucaultiano, esse processo pode ser compreendido como religiosização da biopolítica. O que antes era função do discurso médico — classificar, diagnosticar e normalizar — é agora assumido pelo discurso pastoral. O líder espiritual não apenas interpreta o autismo, mas administra a vida dos que o cercam. O resultado é um deslocamento da biopolítica para a economia pastoral, onde a gestão da diferença assume a forma de cuidado espiritual.

#### 4.3.11 A economia pastoral da salvação e o governo dos corpos autistas

A noção de economia pastoral, desenvolvida por Foucault (2008b), refere-se à forma específica de governo que combina direção espiritual e administração da vida. O pastor não governa pela força, mas pela orientação contínua; não impõe, mas conduz. No discurso de Zayit, essa economia manifesta-se na tentativa de governar o autismo como experiência de fé e não como condição humana legítima.

O enunciado “toda pessoa que tem autista na sua casa está ligada a um mal geracional” não é apenas uma afirmação teológica; é uma ordem de conduta. Ele prescreve o que as famílias devem fazer: identificar a origem espiritual, romper a maldição, afastar símbolos, orar pela libertação. A fala não se limita a descrever uma realidade — ela produz práticas concretas de controle. Cada família é convocada a vigiar sua própria história, e cada criança é inscrita em um programa de purificação. A vida cotidiana torna-se um exercício de autoexame espiritual.

Essa forma de governo tem características específicas:

1. Capilaridade do poder: o controle não é centralizado; ele se dispersa por meio da adesão dos fiéis. Cada membro da comunidade se torna um agente de vigilância, reproduzindo o discurso e monitorando os outros.

2. Interiorização da norma: a diferença é interiorizada como falha espiritual; o sujeito é levado a se perceber como portador de uma carência moral que precisa ser corrigida.

3. Invisibilidade da coerção: o poder opera pela linguagem do amor e da proteção, mascarando a disciplina sob o vocabulário do cuidado.

Essa dinâmica reflete o que Foucault (2014) descreve como poder pastoral difuso, que atua menos por repressão e mais por direção de consciência. No discurso de Zayit, o controle é exercido através da promessa de salvação: curar o autismo equivale a libertar a família do mal. Essa promessa é o núcleo da economia pastoral — o poder é eficaz porque se apresenta como auxílio. A coerção se confunde com a compaixão.

O governo dos corpos autistas nessa economia pastoral opera pela substituição da experiência pela doutrina. O que o autista sente, comunica ou manifesta perde relevância diante da narrativa espiritual que o define. Essa substituição impede o reconhecimento da neurodiversidade como categoria ontológica, reduzindo-a a instrumento pedagógico para reafirmar o poder pastoral. Assim, o autismo se torna meio de demonstração da fé: a “cura” é

apresentada como evidência do poder divino, e o sofrimento da diferença é reinterpretado como oportunidade de glorificação.

Trata-se, portanto, de um regime em que o poder se alimenta da própria diferença que nega. Ao mesmo tempo em que combate o autismo como mal, o discurso o utiliza para consolidar a autoridade religiosa. O corpo autista é o terreno onde a teologia comprova sua eficácia. Essa dinâmica corresponde à produção de corpos úteis de que fala Foucault (2008a): a diferença é instrumentalizada para fins de demonstração e controle.

A análise evidencia que, dentro dessa economia pastoral, o espectrocídio não se apresenta como negação direta, mas como governo da visibilidade. O autismo pode ser mostrado, mas não como diferença legítima — apenas como história de superação espiritual. A exposição do corpo autista na igreja, nas redes sociais e nos testemunhos de fé constitui uma estratégia de poder que transforma a experiência individual em narrativa exemplar. Assim, a figura do autista não é apagada no sentido literal, mas subsumida à retórica da libertação.

O dispositivo da salvação, portanto, reorganiza a diferença em três etapas:

1. Identificação do mal (diagnóstico espiritual);
2. Intervenção ritual (rito de libertação e purificação);
3. Produção do exemplo (testemunho da cura).

Esse ciclo, que se repete constantemente, reforça o que Foucault (2012a) denomina governo pela confissão: a verdade é produzida no ato de narrar a libertação, e a repetição dessa narrativa mantém a norma viva. O testemunho da cura é, assim, o momento culminante do dispositivo — não apenas o resultado da intervenção, mas sua legitimação pública.

#### 4.3.12 Espiritualização da diferença e colonização da linguagem do cuidado

Um dos aspectos centrais do discurso de Rogério Zayit é a apropriação da linguagem do cuidado e da inclusão como meio de legitimação do poder pastoral. Quando o pregador afirma “tem muito de coisa de autismo que as pessoas não entendem”, ele se posiciona como aquele que compreende, que acolhe e que traduz o inexplicável. Contudo, esse gesto de aparente empatia constitui o que Foucault (2008a) descreve como estratégia pastoral de poder-saber, na qual o cuidado é inseparável da vigilância.

A espiritualização da diferença funciona, aqui, como um mecanismo de colonização simbólica. O discurso se apropria de termos ligados ao campo da psicologia e da neurodiversidade — como “graus do autismo”, “comportamento repetitivo”, “barreira mental e emocional” — para reinscrevê-los no interior de uma gramática teológica. Esse movimento não apenas desloca o sentido dos conceitos, mas desativa sua potência crítica, transformando categorias clínicas e sociais em signos espirituais. Assim, o vocabulário da ciência é incorporado ao regime da fé, não para promover diálogo, mas para reafirmar a superioridade da explicação espiritual.

Esse processo pode ser lido como uma forma de biopoder discursivo, no qual o governo da vida se realiza por meio da linguagem do cuidado. A espiritualização da diferença não anula a alteridade, mas a reinterpreta segundo o princípio da cura. Cuidar significa, nesse contexto, purificar; acolher significa converter; compreender significa corrigir. A linguagem da acolhida torna-se uma linguagem de normalização.

O paradoxo dessa operação é que ela se apresenta sob o signo da benevolência. O líder espiritual não se coloca como opressor, mas como mediador da libertação. No entanto, o que se oferece como amor é, na prática, um regime de correção espiritual. O corpo autista é convocado ao altar não para ser ouvido, mas para ser transformado. O afeto se converte em instrumento de docilização, e o cuidado, em tecnologia de sujeição.

A colonização da linguagem do cuidado, portanto, tem implicações epistemológicas e políticas. Ela suprime a possibilidade de o sujeito autista produzir sua própria narrativa e impõe um regime de tradução unilateral, em que a diferença só é reconhecida se for espiritualizada. Essa forma de governo da linguagem corresponde ao que Foucault (1996) chama de interdição

discursiva: o autista não é silenciado explicitamente, mas é impedido de falar de outro modo. A única fala possível é a que confirma o discurso da libertação.

O resultado é uma pastoral do cuidado que opera sob o princípio da obediência. A experiência da diferença é admitida apenas enquanto caminho para o restabelecimento da normalidade espiritual. A comunidade religiosa, por sua vez, reforça esse sistema por meio de práticas de acolhimento que reproduzem o mesmo código de poder — o acolhimento não liberta, mas reintroduz o indivíduo na norma. Assim, o gesto de empatia converte-se em instrumento de governo.

#### 4.3.13 O espectrocídio como tecnologia espiritual de controle

A noção de espectrocídio, formulada nesta pesquisa, pode ser entendida, sob a ótica foucaultiana, como tecnologia espiritual de poder que opera na intersecção entre o biopoder e o poder pastoral. Trata-se de um processo em que a diferença autista é eliminada não pela exclusão física, mas pela apropriação total de seu sentido. O sujeito permanece visível, mas a sua diferença é esvaziada.

No discurso de Zayit, o espectrocídio se manifesta pela transformação da neurodivergência em signo do mal e pela oferta de libertação como única forma legítima de existência. A estrutura discursiva é cíclica: o autismo é nomeado, estigmatizado, reinterpretado e finalmente reabsorvido na narrativa da salvação. Esse ciclo constitui um dispositivo de poder que produz subjetividades dóceis, moldadas pela expectativa de cura. A tecnologia do espectrocídio espiritual atua em quatro níveis interligados:

1. Epistêmico: define quais saberes são válidos e quais devem ser descartados. A ciência é tolerada apenas enquanto incapaz de explicar o fenômeno; a teologia, em contraste, oferece a explicação total.

2. Ontológico: transforma a diferença autista em sinal de impureza espiritual, negando sua condição de modo legítimo de ser.

3. Moral: impõe uma hierarquia entre corpos puros e corpos desviantes, regulando comportamentos, afetos e modos de expressão.

4. Ritual: materializa a exclusão por meio de práticas simbólicas de libertação, nas quais o sujeito autista é representado, mas raramente fala.

Esse conjunto de operações forma o núcleo do que Foucault (2008b) chamaria de dispositivo de sujeição espiritual. O poder pastoral, longe de se restringir ao púlpito, se estende à vida cotidiana, orientando o modo de sentir, de compreender e de falar. O autismo, nesse contexto, é uma construção discursiva que serve à manutenção da hierarquia espiritual.

O aspecto mais violento desse processo é a inversão da violência em cuidado. O espectrocídio não se apresenta como destruição, mas como salvação. O exorcismo, a oração, o testemunho e a confissão são encenados como gestos de amor. O sujeito autista é colocado no centro da cena, mas como objeto de redenção, não como protagonista da própria história. Essa teatralização da libertação é o que Foucault identificaria como cerimônia de verdade: o momento em que a confissão pública legitima o regime discursivo.

A tecnologia espiritual do espectrocídio cumpre, assim, uma dupla função: disciplinar e legitimadora. Disciplinar, porque regula condutas e define os limites da diferença; legitimadora, porque reafirma a autoridade do pastor como mediador entre a revelação e o corpo desviante. O discurso não apenas fala sobre o autismo, mas o produz como categoria moral, determinando o que é ser autista e o que significa deixar de sê-lo.

Nessa configuração, a pastoral da salvação se transforma em política de controle espiritual da diversidade humana. O corpo autista torna-se o ponto em que se cruzam o poder de normalização e o poder teológico, e a neurodiversidade, um território de disputa simbólica. O espectrocídio, portanto, é o nome contemporâneo de uma antiga prática de eliminação simbólica — agora reconfigurada pela retórica da libertação.

#### 4.3.14 Confissão, testemunho e a produção da verdade espiritual

A categoria de confissão, em Foucault (2014), representa uma das formas mais duradouras e sutis de poder no Ocidente. Diferente da coerção direta, ela se sustenta na necessidade de o sujeito revelar a verdade sobre si mesmo, submetendo-se à escuta de uma autoridade. O discurso de Rogério Zayit se apropria dessa estrutura ao criar um ambiente discursivo em que o autismo deve ser “falado” para ser purificado, e onde a revelação espiritual substitui a escuta do próprio sujeito autista.

No interior dessa estrutura, o testemunho público de libertação funciona como cerimônia de verdade. Ao descrever o autismo como “mal geracional” e oferecer sua explicação espiritual, o pastor constrói as condições para que os fiéis confirmem a eficácia de sua palavra. Cada narrativa de cura futura será interpretada como prova da veracidade de seu discurso anterior. A confissão, nesse caso, não parte do autista, mas da comunidade — é o coletivo que confessa em nome do indivíduo.

Essa inversão é característica do poder pastoral: o sujeito é representado, não enunciante. Foucault (2008b) demonstra que, no governo das almas, o pastor é quem detém a função de dizer a verdade sobre os fiéis, enquanto estes apenas respondem. O mesmo ocorre aqui: o discurso do líder substitui a fala autista, e a experiência vivida é traduzida por quem detém o monopólio da revelação. A confissão se transforma em substituição discursiva, em que a verdade do outro é narrada pelo poder.

O testemunho público, frequentemente difundido nas redes sociais e nas congregações, reforça essa estrutura. Ao tornar a “libertação do autismo” um evento visível, o discurso cumpre a função de legitimar o regime espiritual diante de uma plateia. Trata-se de uma forma moderna do que Foucault (2012b) chamaria de produção pública da verdade: o poder espiritual se valida não apenas pelo enunciado, mas pelo espetáculo da confissão. O corpo autista, exposto como prova de milagre, torna-se veículo de autenticação da doutrina.

Esse mecanismo confessional não opera apenas no espaço religioso, mas também na circulação digital do discurso. O vídeo de Rogério Zayit, amplamente compartilhado, reatualiza

a confissão como prática coletiva de reafirmação da verdade. Cada compartilhamento reproduz o gesto de assentimento; cada comentário de aprovação reitera a autoridade do enunciador. O poder pastoral contemporâneo não se limita ao púlpito — ele se expande pelos dispositivos midiáticos, convertendo o digital em novo confessionário.

Assim, o testemunho da libertação espiritual do autismo não é apenas uma fala de fé, mas uma tecnologia de poder, porque organiza o espaço da enunciação e determina quem pode falar, sobre o quê e com que autoridade. A diferença autista, ao ser enquadrada nesse regime, perde a possibilidade de autodefinição e se torna objeto de discurso. A verdade espiritual, longe de libertar, aprisiona a diferença na lógica da salvação.

#### 4.3.15 Inclusão perversa e docilização da diferença

O conceito de inclusão perversa, formulado por Bader Sawaia (2001), descreve o processo pelo qual o discurso da inclusão, em vez de promover acolhimento real, reproduz mecanismos de exclusão sob aparência de integração. Essa categoria se articula de modo direto com a análise foucaultiana do poder pastoral, uma vez que ambos os enfoques evidenciam a transformação do cuidado em técnica de governo.

No discurso de Zayit, a inclusão é proposta como libertação. A pessoa autista é convidada a participar da comunidade, mas apenas se estiver disposta a submeter-se à narrativa espiritual da cura. Essa forma de pertencimento condicional corresponde ao que Foucault (2008b) chamaria de submissão confessional: o acesso à comunidade depende da adesão ao discurso dominante. Não há lugar para a diferença enquanto diferença; há apenas o espaço da conversão.

A docilização da diferença é o objetivo implícito desse processo. Foucault (2008a) define os corpos dóceis como aqueles que são moldados por técnicas de disciplina que visam produzir comportamentos previsíveis e úteis. No ambiente religioso descrito, a docilidade é espiritualizada — não se trata de controlar o corpo por meio da punição, mas pela promessa de

salvação. A obediência à narrativa do mal geracional e da entidade guerreira é apresentada como sinal de fé. Assim, a fé se converte em técnica de normalização.

A inclusão perversa se manifesta, portanto, como forma de controle simbólico: o autista é mantido presente, mas nunca plenamente aceito; é ouvido, mas apenas para confirmar o discurso do outro. A diferença é tolerada enquanto transitória, enquanto possibilidade de cura. O espaço religioso, ao invés de um local de reconhecimento, torna-se cenário de disciplinamento espiritual, em que o acolhimento é condicionado à negação da identidade autista.

Foucault (2014) descreve essa forma de poder como microfísica da sujeição, isto é, uma rede de práticas cotidianas que naturalizam a hierarquia. No contexto aqui analisado, a oração, a imposição de mãos, o testemunho e o silêncio cumprem essa função. São gestos que expressam cuidado, mas reproduzem a estrutura de subordinação. O sujeito autista, ao participar desses rituais, é convocado a performar a própria cura, internalizando o ideal de normalidade espiritual como horizonte de valor.

A docilização, nesse sentido, não é apenas disciplinar; é ontológica. O sujeito é levado a compreender-se como incompleto enquanto não purificado. Essa forma de subjetivação é típica do poder pastoral, que governa não apenas o comportamento, mas a própria percepção de si. O resultado é uma inclusão que pacifica, não que emancipa — uma inclusão que garante a visibilidade do autista, mas apenas enquanto figura de redenção, não como agente de pensamento.

Essa inversão revela o núcleo do poder religioso contemporâneo sobre a diferença: o domínio não se exerce pela exclusão frontal, mas pela incorporação assimiladora. A comunidade oferece pertencimento, mas cobra conformidade; promete cuidado, mas exige renúncia; fala em nome da fé, mas regula a forma de existir. O discurso de Zayit sintetiza esse movimento: apresenta-se como pastoral da inclusão, mas realiza uma pastoral da normalização.

Em termos foucaultianos, trata-se da gestão espiritual da alteridade, uma forma de biopolítica que atravessa o campo religioso e redefine o que significa ser humano, ser aceito e

ser salvo. A neurodiversidade é, assim, submetida a um regime de utilidade moral: só é válida enquanto prova de poder divino. O resto — o silêncio, a diferença, a resistência — é descartado como ruído do mal.

#### 4.3.16 Resistência, contraconduta e o gesto de ruptura autista

Foucault (2008b) afirma que onde há poder, há resistência. O poder pastoral, embora pretenda conduzir integralmente a vida, jamais o faz sem enfrentar forças de insubmissão. No caso do discurso de Rogério Zayit, a resistência emerge tanto nos coletivos autistas e familiares que denunciaram publicamente suas falas quanto na própria existência autista como forma de contraconduta — conceito foucaultiano que designa práticas que se insurgem contra o modo pastoral de governar as almas.

A contraconduta é, portanto, uma forma de espiritualidade que recusa a condução. Foucault a identifica nas heresias, nas formas de ascetismo e nas práticas de desobediência ética que se opõem à direção espiritual dominante. Quando pessoas autistas e suas famílias recusam a interpretação demoníaca de sua diferença, afirmando-a como expressão legítima da vida, elas realizam um gesto de ruptura dessa condução religiosa. Esse gesto não é apenas político; é existencial e epistêmico.

A resistência aqui não consiste em substituir uma verdade por outra, mas em desativar o regime de verdade que sustenta a teologia da cura. A fala autista, quando emerge em primeira pessoa, rompe a economia confessional e desloca o poder da mediação pastoral. O ato de nomear-se autista sem recorrer à linguagem da possessão ou da libertação espiritual constitui uma forma de contraconduta — uma recusa à tutela do outro sobre a própria experiência. Essa resistência pode ser observada em três planos interligados:

1. Epistêmico: o conhecimento autista sobre si e sobre o mundo contesta a epistemologia pastoral, introduzindo uma racionalidade neurodivergente que não se submete à gramática da cura.

2. Ontológico: o corpo autista, ao existir fora das expectativas normativas, afirma uma ontologia da diferença, um modo de ser que não precisa ser corrigido para ser digno.

3. Político: o ativismo autista e a denúncia pública de discursos religiosos discriminatórios reconfiguram o campo da fé como espaço de disputa por reconhecimento e dignidade.

A resistência, portanto, não é apenas negativa — não se limita a negar o poder —, mas produtiva, na medida em que cria novas formas de espiritualidade, de linguagem e de comunidade. Trata-se do que Foucault (2008a) chamaria de estética da existência: a criação de modos de vida que escapam ao controle pastoral. A autodefinição autista, quando articulada a práticas de solidariedade e expressão coletiva, inaugura uma espiritualidade da diferença — não mediada, não normatizada, não expiatória.

Esse gesto de ruptura é também uma resposta ética. Como destaca Bader Sawaia (2014), a superação do sofrimento ético-político exige que o sujeito transforme a dor em posicionamento crítico. No caso da comunidade autista, essa transformação se manifesta na reivindicação de reconhecimento, na crítica pública às violências simbólicas e na produção de saberes situados. O que antes era silenciamento se converte em linguagem; o que era apagamento se torna visibilidade política e epistêmica.

A contraconduta autista, nesse sentido, realiza uma reversão da pastoral: em vez de seguir o caminho da cura, ela propõe o caminho da existência plena, sem tutela espiritual. Essa forma de resistência não busca anular a fé, mas descolonizá-la — libertá-la da lógica da normalização e reorientá-la para a escuta da diversidade humana como expressão legítima do sagrado.

#### 4.3.17 Considerações conclusivas

A aplicação do método foucaultiano à análise do discurso de Rogério Zayit permitiu evidenciar como a linguagem religiosa contemporânea pode funcionar como tecnologia

espiritual de poder, que governa corpos, emoções e crenças por meio de enunciados sobre o bem, o mal e a salvação.

O exame das condições de enunciação demonstrou que o discurso não surge de forma isolada, mas está ancorado em uma tradição de práticas pastorais de controle da diferença. O mal geracional, as entidades guerreiras e a cura espiritual não são apenas metáforas, mas operadores de um sistema de verdade que articula fé, moral e biopolítica. Essa articulação legitima uma teologia do corpo normalizado, em que a neurodiversidade é interpretada como desvio e o autismo como falha espiritual.

A análise textual revelou a performatividade dessa linguagem, cuja eficácia reside na repetição e na teatralização da libertação. A figura do pastor como intérprete do invisível institui um regime de autoridade que dispensa a escuta do sujeito e transforma o cuidado em instrumento de docilização. A neurodiversidade, quando submetida a esse regime, perde o estatuto de experiência humana e se torna objeto de governo moral.

A dimensão discursiva, por sua vez, mostrou como o poder pastoral contemporâneo se adapta às tecnologias digitais, expandindo sua influência e reproduzindo confissões coletivas mediadas por redes sociais. Essa dispersão caracteriza o que Foucault denominaria capilaridade do poder: um sistema em que cada fiel se torna veículo da norma. O discurso não apenas impõe comportamentos, mas molda percepções, orienta afetos e institui verdades.

No nível ideológico, o discurso de Zayit reativa uma forma atualizada de colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2007), na medida em que define quem pode ser considerado plenamente humano sob a ótica espiritual. O autista, situado entre a impureza e a possibilidade de cura, ocupa o mesmo lugar simbólico do colonizado — um corpo que precisa ser salvo para ser aceito. Assim, o espectrocídio religioso pode ser compreendido como prolongamento da colonialidade, ao promover o apagamento da diferença sob o signo da redenção.

A genealogia dos discursos de cura revela a continuidade entre práticas religiosas de exorcismo e políticas modernas de normalização. Ambas compartilham o mesmo fundamento: o desejo de eliminar a diferença em nome de uma unidade moral. O discurso de Zayit é,

portanto, um documento contemporâneo dessa história longa de disciplinamento espiritual dos corpos desviantes.

A análise foucaultiana demonstra que a superação desse regime não se dará pela substituição de doutrinas, mas pela criação de novas práticas de linguagem, de escuta e de convivência — práticas que reconheçam a diferença como valor, não como erro. A espiritualidade, nesse horizonte, deixa de ser instrumento de controle e se torna espaço de pluralidade ontológica.

O gesto autista de existir, de falar e de pensar fora da norma, torna-se, então, uma forma de resistência ética e epistêmica ao biopoder religioso. Ele desestabiliza o monopólio pastoral da verdade e inaugura um novo campo de enunciação — um campo em que a fé não exige conversão da diferença, mas convívio com ela.

Em síntese, a análise do discurso de Rogério Zayit confirma que o poder espiritual sobre a neurodiversidade é uma forma de governo moral da vida, mas também que a diferença autista, ao recusar essa tutela, afirma uma contraconduta libertadora. O espectrocídio religioso, desvelado como tecnologia de controle, encontra sua antítese na resistência das vozes autistas — vozes que, ao reivindicar o direito de existir sem tradução, produzem um novo regime de verdade: o da presença plural, digna e inconvertível do humano.

#### 4.4 Conclusão do capítulo

A análise dos três discursos religiosos apresentados neste capítulo — proferidos por Washington Almeida, Pio Francisco de Carvalho e Rogério Zayit — evidencia que as práticas de exclusão e apagamento das existências autistas não são eventos pontuais nem desvios individuais, mas manifestações de uma racionalidade teológica mais ampla, que articula fé, pureza e normalização.

Sob a perspectiva foucaultiana, esses discursos configuram dispositivos de poder espiritual, nos quais o saber religioso se torna instrumento de regulação da vida e de gestão das

diferenças. Cada fala analisada revela uma combinação específica entre saber, autoridade e corpo: o ventre feminino como lugar da contaminação espiritual; a escola transformada em extensão do ritual de exorcismo; e a genealogia familiar reinterpretada como herança maldita.

Essas três modalidades de discurso compõem o que esta dissertação denomina regime discursivo do espectrocídio religioso — uma rede de práticas, saberes e enunciados que produzem a diferença autista como anomalia espiritual e propõem sua correção como condição de pertencimento. Essa estrutura não opera apenas pela exclusão direta, mas sobretudo pela inclusão condicional: o sujeito é aceito desde que renuncie à sua singularidade. Trata-se de um processo de docilização simbólica, em que o cuidado se apresenta como amor, a vigilância como zelo, e a violência como libertação.

A aplicação do método foucaultiano permitiu compreender como esses discursos se sustentam não apenas por sua força teológica, mas por sua capilaridade social. O poder pastoral não se limita à esfera da religião institucional, mas atravessa escolas, famílias, espaços terapêuticos e mídias, moldando formas de pensar, sentir e agir. O campo religioso, nesse sentido, não é mais um domínio isolado, mas um regime de enunciação transversal, capaz de produzir subjetividades e naturalizar hierarquias.

Nesse contexto, o conceito de espectrocídio religioso ganha densidade como categoria analítica e política: ele não designa apenas o apagamento espiritual das pessoas autistas, mas também o processo pelo qual a diferença é recodificada dentro de sistemas simbólicos que a interpretam como erro, desvio ou ausência de fé. O espectrocídio é o ponto de convergência entre o capacitismo espiritual, a colonialidade do ser e a biopolítica pastoral. Seu efeito mais profundo não é apenas excluir, mas desautorizar a existência autista como fonte de saber, como experiência de espiritualidade e como possibilidade de mundo.

Ao examinar esses discursos à luz da teoria foucaultiana, observou-se que a verdade espiritual opera como dispositivo de normalização, sustentado pela vontade de cura e pela retórica da pureza. O poder pastoral não impõe sua autoridade pela coerção, mas pela confissão, pelo testemunho e pela promessa de libertação. Assim, o campo religioso contemporâneo

atualiza antigas práticas de disciplinamento, substituindo o exorcismo físico pelo exorcismo simbólico da diferença.

Essa dinâmica se intensifica no ambiente digital. As redes sociais se tornaram o novo púlpito do poder pastoral, onde o carisma se transforma em capital simbólico e a viralização em certificação da verdade. Os discursos analisados, ao circularem por essas plataformas, deixam de ser falas locais e se tornam matrizes reprodutíveis de sentido, repetidas, remixadas e legitimadas por algoritmos que privilegiam a emoção e a autoridade carismática.

A expansão do espectrocídio religioso pelas mídias sociais representa uma nova etapa da governamentalidade espiritual: o controle das almas não ocorre apenas pela mediação eclesial, mas pela lógica do engajamento e da performance. O “amém” digital substitui o assentimento ritual, e a fé se mede por curtidas, comentários e compartilhamentos. O resultado é uma pedagogia pública da exclusão, estetizada e disseminada sob o signo da fé.

Nesse cenário, o combate ao espectrocídio exige não apenas crítica teórica, mas intervenção ética e comunicacional. É necessário disputar o campo simbólico das redes, visibilizar as vozes autistas e reconstruir o imaginário da espiritualidade a partir da pluralidade humana. A resistência não se limita à denúncia; ela implica criar linguagens alternativas de fé, práticas de escuta e comunidades de sentido que reconheçam a neurodiversidade como expressão legítima do sagrado.

Dessa forma, o capítulo demonstra que o espectrocídio religioso é um fenômeno discursivo, institucional e midiático, sustentado por regimes de verdade que se retroalimentam entre púlpitos e plataformas digitais. O poder espiritual sobre o autismo se atualiza no ambiente das mídias sociais, perpetuando um controle difuso, mas profundamente eficaz.

Contudo, é também nesse espaço — fragmentado, polifônico e em disputa — que emergem possibilidades de resistência e de reexistência, nas quais pessoas autistas, pesquisadores e coletivos constroem novas narrativas sobre fé, corpo e diferença, decolonizando as linguagens que historicamente as silenciaram.

Assim, o encerramento deste capítulo aponta para um duplo movimento: de um lado, a necessidade de compreender a complexa maquinaria discursiva que sustenta o espectrocídio religioso; de outro, o compromisso de contribuir para a construção de uma espiritualidade da diversidade — uma espiritualidade que reconheça que o sagrado não habita a normalidade, mas a multiplicidade das existências.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, de caráter qualitativo e interpretativo, buscou-se compreender como o discurso religioso, especialmente no contexto das igrejas evangélicas brasileiras, opera simultaneamente como campo de sentido espiritual e instrumento de controle simbólico, produzindo subjetividades docilizadas e reforçando estruturas de exclusão. A partir da análise foucaultiana de três discursos — proferidos por Washington Almeida, Pio Francisco de Carvalho e Rogério Zayit —, investigou-se de que modo a linguagem pastoral constrói o autismo como desvio espiritual, legitimando práticas de apagamento e imposição da cura.

A aplicação do método foucaultiano permitiu examinar os discursos em suas condições de produção, estratégias de poder e efeitos de verdade. Essa perspectiva revelou como a autoridade pastoral, sustentada pela retórica da revelação e da pureza, atua como dispositivo de poder espiritual e disciplinar, orientando não apenas as crenças, mas também os comportamentos e afetos das comunidades de fé. Nesse processo, a diferença autista é transformada em sinal de impureza e o corpo neurodivergente em território de intervenção espiritual.

O percurso teórico-metodológico ancorou-se em Foucault, Bader Sawaia, Erving Goffman, Fiona Kumari Campbell, Nick Walker e nas contribuições da crítica decolonial, possibilitando compreender como as práticas religiosas contemporâneas reproduzem racionalidades coloniais e capacitistas. O conceito de espectrocídio religioso constitui uma contribuição autoral, inédita e original desenvolvida por Rodrigo Vieira de Freitas e Clarissa De Franco (2025), apresentada pela primeira vez no artigo *Espectrocídio religioso: o autismo*

diante da violência da cura e da pureza, publicado na revista *Estudos de Religião* (UMESP). Trata-se de uma formulação teórica inédita no campo das Ciências da Religião, dos Estudos Críticos do Autismo e da Deficiência e da Psicologia Social Crítica, que inaugura uma categoria analítica capaz de nomear um fenômeno até então invisibilizado nas discussões acadêmicas e teológicas sobre a neurodiversidade: o apagamento sistemático das existências autistas em contextos religiosos, realizado sob o discurso da pureza, da cura e da libertação espiritual.

O espectrocídio religioso descreve, portanto, o processo simbólico, epistêmico e espiritual de destruição das identidades neurodivergentes, legitimado por práticas discursivas que se travestem de cuidado pastoral, mas que, na realidade, perpetuam uma pedagogia da exclusão e da normalização. Ao propor essa categoria, esta pesquisa rompe com os paradigmas biomédicos e moralizantes que tradicionalmente enquadraram o autismo e desloca o debate para o campo das relações de poder e da produção de verdade, conforme o método foucaultiano.

Enquanto conceito original e de caráter fundante, o espectrocídio religioso pretende se consolidar como referência teórica no estudo das intersecções entre religião, deficiência e poder, abrindo um novo horizonte epistemológico para a análise das formas espirituais de exclusão. Sua formulação expressa uma crítica radical ao capacitismo espiritualizado e à colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2007), evidenciando como o discurso da salvação opera como tecnologia de governo das diferenças. Assim, o espectrocídio religioso não é apenas uma categoria descritiva, mas uma chave hermenêutica que revela as formas contemporâneas de disciplinamento e apagamento das subjetividades autistas em nome da fé.

Essa contribuição, fruto de um percurso teórico e experiencial, marca um posicionamento epistemológico e político inédito no campo das Ciências da Religião e busca tornar-se referência para futuras pesquisas que problematizem as fronteiras entre fé, normalização e diversidade humana. Ao nomear o inominado, o conceito de espectrocídio religioso se estabelece como marca autoral deste trabalho — uma categoria que nasce do entrelaçamento entre experiência vivida, análise crítica e compromisso ético com a dignidade das pessoas neurodivergentes. A análise demonstrou que o poder pastoral sobre o corpo autista se expressa por meio de uma tríplice lógica: (1) a moralização da diferença, em que a neurodivergência é interpretada como falha espiritual; (2) a espiritualização do sofrimento, que converte a dor em instrumento de purificação; e (3) a normalização ritualizada, que transforma a cura em critério de pertencimento religioso. Essa estrutura dá origem ao que Sawaia denomina

inclusão perversa, forma de acolhimento que exige a negação da identidade para legitimar a presença.

A pesquisa evidenciou, ainda, que o discurso religioso não atua isoladamente. Ele circula e se reconfigura nas mídias sociais, onde o púlpito se estende ao ambiente digital e as plataformas se tornam templos de legitimação simbólica. A viralização dos vídeos e pregações analisados revelou como o espectrocídio religioso é estetizado e transformado em conteúdo compartilhável, reforçando o capacitismo espiritualizado — fenômeno no qual cura e libertação são convertidas em critérios de dignidade e reconhecimento. Assim, a lógica do cuidado é transmutada em dispositivo de controle, e a espiritualidade em técnica de normalização.

Como apontam Soares e Araújo (2021), essa dinâmica substitui o direito pela doutrina e a escuta pela purificação, convertendo pessoas autistas em objetos de intervenção espiritual. Ao ser difundido em larga escala, o discurso religioso se torna uma pedagogia pública da normalização, revelando o que Arendt (1994) definiu como a banalidade do mal — a naturalização da violência simbólica disfarçada de zelo pastoral.

Conclui-se que os discursos religiosos analisados configuram uma tecnologia espiritual de governo das diferenças, cuja eficácia reside na fusão entre fé e poder. A espiritualidade é instrumentalizada como prática disciplinar, e o autismo é enquadrado como anomalia a ser corrigida em nome da pureza. Contudo, emergem também formas de resistência e contraconduta, expressas nas vozes autistas que recusam a tradução espiritual de suas existências e reivindicam o direito de viver fora da gramática da cura.

O enfrentamento do espectrocídio religioso requer, portanto, um duplo movimento: epistemológico e ético. Epistemológico, porque exige a desconstrução das verdades espirituais que sustentam o estigma; ético, porque convoca as comunidades religiosas a repensarem suas práticas de cuidado e acolhimento à luz da justiça e da dignidade humana. A espiritualidade não deve permanecer como campo de disciplinamento, mas transformar-se em espaço de alteridade e reconhecimento, onde a neurodiversidade seja acolhida como expressão legítima do sagrado.

Reconhece-se, entretanto, que esta pesquisa apresenta limitações, especialmente quanto à amostra reduzida de discursos — três pregações —, o que, embora suficiente para uma análise qualitativa aprofundada, não permite generalizações abrangentes sobre todo o campo evangélico brasileiro. Futuras investigações poderão ampliar esse corpus, incluindo outros segmentos religiosos, bem como incorporar as percepções de pessoas autistas diretamente

afetadas por essas narrativas, contribuindo para uma compreensão mais plural e participativa.

A pesquisa também aponta lacunas na literatura sobre religião e deficiência, particularmente no que tange à espiritualização da neurodivergência e à produção simbólica do autismo nos espaços de fé. Há carência de estudos interdisciplinares que articulem Ciências da Religião, Psicologia Social e Estudos da Deficiência para compreender como a fé se torna um campo de disputa de sentidos entre cura e dignidade, entre norma e diferença. O conceito de espectrocídio religioso oferece, nesse sentido, um caminho promissor para futuras pesquisas que pretendam examinar os mecanismos sutis de exclusão espiritual e suas formas de resistência.

Esta dissertação reafirma, por fim, o compromisso com uma teologia neuroafirmativa, que substitui a lógica da purificação pela da escuta, e o ideal de normalização pela celebração da diferença. O autismo, longe de ser sinal de maldição, é possibilidade de pluralidade ontológica, um modo outro de habitar o mundo e de experienciar o divino. Propõe-se, assim, uma espiritualidade anticapacitista e decolonial, que rompa o pacto entre pureza e poder e reinstaure o sentido ético da fé: reconhecer em cada existência, inclusive a autista, uma forma sagrada de vida.

## REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5ª ed. Washington, DC: American Psychiatric Publishing, 2013.
- BANKS, Helen Cristian. **Transtorno do espectro autístico: um desafio ministerial**. Protestantismo em Revista, São Leopoldo, v. 44, n. 02, p. 111-138, 2018.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- CAMPBELL, Fiona Kumari. **Contours of ableism: the production of disability and abledness**. London: Palgrave Macmillan, 2009.
- DARKE, Brenda. **Deficiente: o desafio da inclusão na igreja**. São Paulo: United Press, 2016.
- DONVAN, John.; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia: a história do autismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- DUTRA, Luiz Carlos. **Pastoral da inclusão: pessoas com deficiência na comunidade cristã**. São Paulo: Loyola, 2005.
- EVANS, Bonnie. **How autism became autism: the radical transformation of a central concept of child development in Britain**. History of the Human Sciences, v. 26, n. 3, p. 3–31, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177/0952695113484320>.
- EYAL, Gil; HART, Brendan ;ONCULER, Emine ; OREN, Neta; ROSSI, Natasha. **The autism matrix: the social origins of the autism epidemic**.Cambridge: Polity Press, 2010.
- FIGUEIRA, Emílio. **As pessoas com deficiência ao longo do Cristianismo: bases históricas para uma teologia da inclusão**. São Paulo: Figueira Digital, 2023.
- FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. Trad. L. F. de A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.  
À
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. São Paulo: Edições Graal, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Coleção Ditos e Escritos, vol. I. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Coleção Ditos e Escritos, vol. IV. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2012a.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Coleção Ditos e Escritos, vol. V. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2012b.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Coleção Ditos e Escritos, vol. II. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2013a.

FOUCAULT, Michel. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Coleção Ditos e Escritos, vol. IX. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2013b.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade IV: as confissões da carne**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREITAS, Rodrigo Vieira de; FRANCO, Clarissa De. **Espectrocídio religioso: o autismo diante da violência da cura e da pureza**. Estudos de Religião, v. 39, n. 1, p. e2025–005, 2025. DOI: <https://doi.org/10.15603/2176-1078/er.v39n1pe2025-005>.

FREITAS, Rodrigo Vieira de; FREITAS, Janaina Brito de Assis. **A desqualificação do autista pelo discurso religioso: implicações de estigma e inclusão perversa**. Psicólogo InFormação, São Paulo, v. 26, n. 26, p. 133–156, jan./dez. 2024.

GEBARA, Ivone. **Mulheres, religião e poder: ensaios feministas**. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.

GIBSON, Margareth. F.; DOUGLAS, Patty. **Disturbing Behaviors: Ole Ivar Lovaas and the Queer History of Autism Science**. California: Catalyst: Feminism, Theory, Technoscience, v. 4, n. 2, p. 1–28, 2018.

GOMES, Matheus Souza. **A “guerra espiritual” no Brasil: apropriações do imaginário religioso no pentecostalismo brasileiro**. HORIZONTE – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, p. 1084–1085, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/15908>. Acesso em: 7 abr. 2025.

KANNER, Leo. **Os distúrbios autísticos do contato afetivo**. In: ROCHA, Paulo Sérgio (Org.). Autismos. São Paulo: Escuta, 2012. P. 111–170. Texto original publicado em 1943.

MANOUILENKO, Irina.; BEJEROT, Susanne. **Sukhareva – prior to Asperger and Kanner**. Nordic Journal of Psychiatry, v. 69, n. 6, p. 479–482, 2015. DOI: <https://doi.org/10.3109/08039488.2015.1005022>.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARIZ, Cecília. **A teologia da batalha espiritual: uma revisão da bibliografia**. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, [S. l.], n. 47, p. 33–48, 1999. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/213>. Acesso em: 7 abr. 2025.

McRUER, Robert. **Teoria Crip: signos culturais entre o queer e a deficiência**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2024.

NEUMEIER, Shain; BROWN, Lydia. **Torture in the Name of Treatment: The Mission to Stop the Shocks in the Age of Deinstitutionalization**. In: KAPP, Steven K. (Editor). *Autistic Community and the Neurodiversity Movement: Stories from the Frontline*. London: Palgrave Macmillan, 2020. P. 195–210.

ORTEGA, Francisco; ZORZANELLI, Rafaela; RIOS, Clarice. **The biopolitics of autism in Brazil**. In: WARD, Katherine; O., R. (Ed.). *Re-thinking autism: diagnosis, identity and equality*. London: Jessica Kingsley Publishers, 2016. P. 123–140.

ORRÚ, Sílvia Ester. **O autismo em meninas e mulheres: diferença e interseccionalidade**. Vozes, 2024.

OTTO, Rudolf. **O sagrado**. São Bernardo do Campo: Metodista, 1985.

RICCI, Maurício. **Glossolalia, iniciação e alteridade no pentecostalismo**. Cadernos de Campo (São Paulo – 1991), São Paulo, Brasil, v. 16, n. 16, p. 55–74, 2007. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v16i16p55-74. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/49988>. Acesso em: 8 abr. 2025.

RIVERA, Paulo Barrera. **Evangélicos e pentecostais do século XXI na América Latina: ensaios de sociologia**. Juiz de Fora: Editora UFJF; Selo Estudos de Religião, 2023.

SANDOVAL-NORTON, Aileen H.; SHKEDY, Gary; SHKEDY, Dalia. **Long-term ABA Therapy Is Abusive: A Response to Gorycki, Ruppel, and Zane**. *Advances in Neurodevelopmental Disorders*, v. 5, p. 126–134, 2021.

SAWAIA, Bader Burihan (org.). **Artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 14ª edição, 2014.

SILBERMAN, Steve. **Neurotribes: the legacy of autism and the future of neurodiversity**. New York: Penguin Random House LLC, 2015.

SINGER, Judy. **Why can't you be normal for once in your life? From a 'problem with no name' to the Emergence of a new category of difference**. In: CORKER, Mairian; FRENCH, Sally (orgs.). *Disability Discourse*. Buckingham; Philadelphia: Open University Press, 1999. P. 59-67.

SOARES, Márcia. Torres Neri; ARAÚJO, José. Reinaldo de. **Demonização e sobrenaturalidade: influências religiosas na/para Concepção de deficiência**. *Caminhos – Revista de Ciências da Religião*, v. 19, n. 1, p. 55-69, 2021. DOI: 10.17643/Caminhos-2021v19n1p55-69.

STRELHOW, Thyeles Moratti Precilio Borcarte. **As influências conceituais do cristianismo sobre a deficiência: o papel do Ensino Religioso na construção de sujeitos de direitos.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 31, n. 61, p. 275–284, 2018. DOI: 10.5902/1984686X25002. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/25002>. Acesso em: 8 abr. 2025.

VIDAL, Fernando; ORTEGA, Francisco. **Approaching the neurocultural spectrum: na introduction.** In: ORTEGA, Francisco; VIDAL, Fernando (Ed.). Neurocultures: glimpses into na expanding universe. Berlin: Peter Lang, 2011. P. 7–27.

WALKER, Nick. **Neurodiversity: some basic terms & definitions.** Neuroqueer, 2014. Disponível em: <https://neuroqueer.com/neurodiversity-terms-and-definitions/>. Acesso em: 4 abr. 2025.

WALKER, Nick. **Neuroqueer Heresies: notes on the neurodiversity paradigm, autistic empowerment, and postnormal possibilities.** Autonomous Press, 2021.